

BOLETIM INFORMATIVO

SESI

*Sindicato das Empresas
de Seguros Privados e de Capitalização
no Estado de São Paulo*

ANO XVI - São Paulo, 30 de novembro de 1983

BIBLIOTECA Nº 374

- * A Associação Baiana de Estudo e Pesquisa do Seguro - ABEPS promoveu de 9 a 11 de dezembro de 1983, o II Encontro Anual da ABEPS, em Salvador - Bahia. A convite daquela entidade o presidente do Sindicato, Octávio Cezar do Nascimento, fará uma conferência, dia 9, subordinada ao tema: "Gerência Financeira e Criatividade", seguida de debates.
- * O Sindicato das Seguradoras de São Paulo e a Sociedade Brasileira de Ciências do Seguro promoveram um jantar em homenagem ao Prof. Dr. Ignácio de Larramendi, dia 24 último, no Salão Bandeirante do São Paulo Hilton Hotel. Na tarde daquele dia, com a presença do presidente do IRB, Ernesto Albrecht, do Superintendente da Susep, Francisco de Assis Figueira, do presidente da Fenaseg, Victor Arthur Renault, de dirigentes de entidades representativas e empresários do setor de seguros, o ilustre segurador espanhol proferiu uma palestra no Auditório do IRB em São Paulo, versando sobre o tema "A Moderna Empresa de Seguros" (ver seção Estudos e Opiniões).
- * Representando o Sindicato das Seguradoras de São Paulo e a Fenaseg, o Dr. José Sollero Filho participou do Encontro Nacional de Bombeiros Voluntários, dia 17 último, no Palácio das Convenções do Parque Anhembi, promovido pelas Secretarias do Interior, da Segurança Pública e da Polícia Militar do Estado de São Paulo. Na ocasião, o Dr. Sollero fez um pronunciamento sobre os benefícios para os segmentos comunitários e cidades carentes do interior, com a formação dos corpos de bombeiros voluntários (ver seção Estudos e Opiniões).
- * O Presidente da República assinou o Decreto nº. 89.056, de 24.11.83, regulamentando a Lei nº. 7.102, de 20.06.83, que dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores. De acordo com o Decreto, é vedado o funcionamento de qualquer estabelecimento financeiro, onde haja guardas de valores ou movimentação de numeração, que não possua sistema de segurança aprovado pelo Banco Central do Brasil. Chamamos a atenção das empresas de seguros para os artigos 21, 55 e 56 que tratam, respectivamente, do seguro de vida em grupo e da emissão de apólice de seguro garantindo riscos de roubo e furto qualificado de numerário e outros valores. Publicamos a íntegra do referido Decreto na seção Poder Executivo.

NOTICIÁRIO - (2)

Informações Gerais

SETOR SINDICAL DE SEGUROS - (4)

FENASEG - Resoluções da Diretoria

- Circular nº. 63/83

S E S P C - Circulares nºs. 036 e 037/83

PODER EXECUTIVO - (7)

Decreto nº. 89.056, de 24.11.83

Ministério do Trabalho - Gabinete
do Ministro - Portaria de 08.11.83

SISTEMA NACIONAL DE SEGUROS - (5)

SUSEP - Circulares nºs. 42 e 43/83

ENTIDADES CULTURAIS E TÉCNICAS - (2)

Sociedade Brasileira de Ciências
do Seguro - Notícias da Sociedade

ESTUDOS E OPINIÕES - (26)

- Encontro Nacional de Bombeiros
Voluntários - Palestra do
Dr. José Sollero Filho

- Conferências do Professor Dr.
Ignácio Hermando de Larramendi

PUBLICAÇÕES LEGAIS - (2)

Diário Oficial da União - Sociedades
Seguradoras e de Capitalização

IMPRESSA - (11)

Reprodução de matéria sobre seguros

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE SEGUROS - (12)

Resoluções de órgãos técnicos



- * A Delegacia da Susep em São Paulo comunicou ao Sindicato o cancelamento temporário, a pedido, dos seguintes Corretores de Seguros:- ISABEL CRISTINA BRANCO GOMES, Carteira de Registro nº. 9988 (OF. DL/SP/Nº. 1380/83 - Proc. Susep nº. 005-3318/83); BERNARDINO LAVIERI GOMES, Carteira de Registro nº. 10.811 (OF. DL/SP/Nº. 1384/83 - Proc. Susep nº. 005-3320/83); BRUNO BRANCO GOMES, Carteira de Registro nº. 11.377 (OF. DL/SP/Nº. 1388/83 - Proc. Susep nº. 005-3319/83). Ainda daquela Delegacia, o Sindicato foi informado sobre o cancelamento definitivo do registro do Corretor de Seguros ALOYSIO RÊGO FARIA, Carteira de Registro nº. 9271, em virtude de seu falecimento (OF. DL/SP/Nº. 1434/83 - Proc. Susep nº. 005-3576/83).
- * O Decreto da Presidência da República, sob o nº. 88.986, de 10.11.83, publicado no Diário Oficial da União do dia 11 subsequente, fixou em 0 (zero), até 31 de dezembro de 1983, o limite a que se refere o artigo 27 do Decreto-lei nº. 2.065 (ver Boletim Informativo nº. 373).
- * O Ministério do Trabalho atualizou os valores das tabelas expedidas pela Portaria nº. 2.056, de 4 de maio de 1983, para cálculos da contribuição sindical das diversas categorias. A Portaria Ministerial de 6 de novembro de 1983 está reproduzida na seção Poder Executivo.
- * O Diário Oficial da União, edição do dia 17 do mês findante, publicou as Resoluções nºs. 4, 5 e 7/83, do Conselho Nacional de Seguros Privados, as quais foram divulgadas pelo Boletim Informativo nº. 373, deste Sindicato. A Resolução CNSP nº. 6/83, constou do mesmo Boletim Informativo e foi publicada no órgão oficial do dia 23 subsequente.
- * A Secretaria da Receita Federal baixou a Instrução Normativa nº. 107, de 01.11.83 (D.O.U. de 18.11.83), alterando os formulários da DIRF - Declaração do Imposto de Renda na Fonte, e antecipando o prazo de sua apresentação pelas empresas para 31 de janeiro de 1984. Na mesma edição do D.O.U. foi divulgada a Instrução Normativa do SRF nº. 108, de 01.11.83, que dispõe sobre a apresentação da DIRF através de fita magnética.
- * Dia 8 de dezembro de 1983, às 16 horas no Auditório do IRB em São Paulo, à Rua Manoel da Nóbrega, 1280, sob o patrocínio do Sindicato dos Corretores de Seguros de São Paulo, o Engº. Alberto Gonçalves de Moura proferirá palestra sobre "AVALIAÇÃO E SEUS MÚLTIPLOS ASPECTOS - FINALIDADES - VANTAGENS". Os convites para a palestra podem ser retirados pelos interessados na Secretaria do Sindicato, à Rua Líbero Badaró, 293 - 15º andar, durante o horário comercial.
- * Em solenidade realizada dia 28 de outubro de 1983, no Clube Cidade de São Paulo, foi procedida a entrega dos Certificados de Conclusão a 85 formandos do Primeiro Curso de Técnicas de Faturamento Vida em Grupo e Acidentes Pessoais Coletivo, promovido pelo Clube Vida em Grupo - São Paulo, no período de 19 a 30 de setembro de 1983. Em comemoração à apresentação da sua Bandeira, o Clube Vida em Grupo - São Paulo realizou um almoço dia 23 último no Clube da Cidade de São Paulo, com a presença de associadas e autoridades ligadas ao setor.
- * A Companhia Sol de Seguros comunicou ao Sindicato a eleição da sua nova Diretoria, com a seguinte composição: Gustavo Affonso Capanema, presidente; Warley Isaac Verçosa Pimentel, Orlando Moreira da Silva e Luiz Eduardo Soares de Arruda, diretores.
- * A Diretoria do Sindicato das Seguradoras do Rio Grande do Sul vai realizar, dia 6 de dezembro próximo, um Simpósio sobre FURTO DE VEÍCULOS - LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA, a ser presidida pelo Exmo. Doutor Desembargador Adroaldo Furtado Fabrício. A iniciativa, que terá lugar no Auditório da Ordem dos Advogados do Brasil, se insere no ciclo do FORUM DE DEBATES em desenvolvimento pela Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização.

.../.

- CONTINUAÇÃO DO NOTICIÁRIO -

- * O Decreto-Lei nº. 2.067, de 9 de novembro de 1983 (D.O.U. de 10.11.83), altera as tabelas do imposto de renda incidente na fonte sobre rendimentos do trabalho. De acordo com o Art. 2º, no mês de dezembro de 1983, a renda líquida de Cr\$ 250.000,00 do trabalho assalariado está isenta do IRF; o que exceder desse valor terá uma retenção única de 10%.
- * Os trabalhos do Painel sobre "Seguro de Engenharia x Economia Recessiva", promovido pela Associação Paulista dos Técnicos de Seguro, foram gravados em vídeo, podendo ser adquirida cópia ao custo de Cr\$ 35.000,00, na sede da Associação - Largo Paissandú nº. 72 - 17º andar - Cj. 1703 - Centro - São Paulo, ou pelo telefone 227-2655 - Srta. Ednalva.
- * Na Secretaria do Sindicato encontra-se à disposição de interessados currículo de profissional do sexo feminino, com formação universitária, especialista em técnica financeira atuarial e experiência no ramo de seguros de vida em companhias de seguros estrangeiras.
- * As empresas associadas reunidas em Assembleia Geral Ordinária, dia 24 último, aprovaram, por unanimidade dos representantes presentes, a proposta orçamentária da Diretoria do Sindicato para 1984. De acordo com a legislação que rege a atividade sindical, o resumo da Previsão Orçamentária está sendo publicado no jornal Diário do Comércio, edição desta data.
- * Está em pleno desenvolvimento a campanha de Redução de Acidentes no Trânsito, promovida pela Prefeitura de São Paulo e entidades ligadas à problemática do trânsito da cidade. O sucesso da campanha depende da ajuda da comunidade, motivo porque a Diretoria do Sindicato dirigiu mensagem às seguradoras deste Estado solicitando a sua colaboração à nobre iniciativa.
- * A Secretaria do Sindicato vem recebendo regularmente informações de fraudes ou ocorrências importantes destinadas ao cadastro geral do SERVIÇO DE PREVENÇÃO À FRAUDE CONTRA O SEGURO, sistema recém criado com o objetivo de defender os interesses das companhias de seguros.



Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização - FENASEG

F E N A S E G

(ATA Nº 09/83)

Resoluções de 08.11.83:

- 01) Oficiar ao IRB, propondo que nos pagamentos de honorários relativos a vistorias realizadas no exterior, com retenção de imposto de renda na fonte, seja adotado o critério previsto no subitem 1.4 e respectivo subitem, da Circular PRESI-098/78. Baixar o processo à Comissão de Assuntos Jurídicos, também ouvida a Comissão de Assuntos Contábeis, a fim de que seja elaborada minuta de consulta à Secretaria da Receita Federal a propósito da incidência de imposto de renda na fonte, nos reembolsos de despesas com sinistros, despesas essas efetuadas pelos importadores (no exterior), inclusive honorários de vistorias. (830 216)
- 02) Designar os Srs. Américo Peon de Sã e Adolpho Bertoche Filho para integrar a Comissão do BNH incumbida de elaborar normas e rotinas da Caderneta de Poupança-Seguro, para a relação Seguradora-agentes financeiros do S.F.H. (810 487)
- 03) Oficiar ao IRB, sugerindo que, nos cosseguros relativos a seguros de sorteio, o acerto entre líderes e cosseguradoras nos pagamentos de sinistros e endossos de restituições até 2.000 ORTNs, seja feito através do IRB, com lançamentos de débitos e créditos nas respectivas contas-correntes. (830 490)
- 04) Oficiar à SUSEP, propondo que, nas operações de cosseguro, as líderes sejam dispensadas de pagar quotas de prêmios às cosseguradoras, e destas receberem participações em sinistros, quando o valor unitário da quota não seja superior a 50% do valor da ORTN. (830 344)
- 05) Autorizar a Comissão de Assuntos Jurídicos a contatar a O.A.B. sobre a possibilidade da realização de Painel de Debates sobre o capítulo de Direito e Obrigações e Contrato de Seguros, no projeto do Código Civil. (830 364)
- 06) Propor à SUSEP a inclusão de dispositivo na Tarifa de Automóveis, concedendo à empresa seguradora a faculdade de fornecer ao segurado, sem ônus para este, mecanismos antifurto para instalação no veículo coberto pela apólice. (830 622 e 820 648)
- 07) Designar o Sr. Roberto Luz para representar a FENASEG, como Observador, na próxima reunião (dia 10.11.83) da COPLANC- Comissão de Planejamento e Combate ao Contrabando. (830 571)



CIRCULAR
FENASEG-63/83

Rio de Janeiro, 18 de novembro de 1983.

TABELA DE CUSTO DE APÓLICE

A partir de 1º de janeiro de 1984 passará a ser aplicável a seguinte tabela:

PRÊMIO (EM CR\$)		CUSTO DE APÓLICE (EM CR\$)
ACIMA DE	ATE	
-	14.147	1.415
14.147	28.295	2.829
28.295	56.590	4.244
56.590	113.179	5.659
113.179	282.948	8.488
282.948	565.896	11.318
565.896	-	14.147

A tabela acima foi atualizada com base no MVR fixado pelo Decreto nº 88.931 (D.O.U. de 01.11.83) e de acordo com o disposto no item 2 da Resolução CNSP-08/82.

Com os protestos de elevada estima e consideração, subscrevemo-nos

atenciosamente


Victor Arthur Renault
Presidente

800812
1/98-M.1-1/31
M.2-1/11-C.1/22
./WB/TR

CIRCULAR-SSP
PRESI - 036/83

17 de novembro de 1983

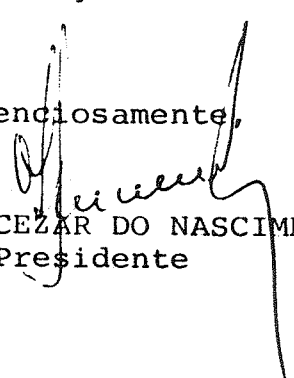
A Federação do Comércio do Estado de São Paulo e o Centro do Comércio estão empenhados na Campanha de Redução de Acidentes no Trânsito, da qual participam entidades que mais diretamente estão ligadas à problemática do trânsito da cidade.

A Campanha visa a redução dos índices de acidentes em São Paulo e conta com a colaboração das empresas do setor privado, motivo porque esta Diretoria resolveu dar conhecimento dos elevados objetivos da iniciativa às empresas associadas desta entidade, a fim de que, se houver interesse, se incorporem ao evento.

A colaboração das seguradoras pode ser prestada através da confecção de cartazes e volantes alusivos à Campanha, material esse de custo modesto e altamente promocional.

Para tal fim, as empresas interessadas devem se dirigir ao Dr. Pirilo, telefone: 825-2666-Ramal 211, 207 e 201, coordenador das peças promocionais relativas à Campanha de Redução de Acidentes no Trânsito.

Atenciosamente,


OCTÁVIO CEZAR DO NASCIMENTO
Presidente

RL/mmt.

P. 1.20.040.008

CIRCULAR-SSP
PRESI - 037/83

28 de novembro de 1983

ANUIDADE SOCIAL - 1984

As empresas associadas deste Sindicato, reunidas em Assembléia Geral Ordinária, dia 24 último, apreciaram a proposta da Diretoria para atualização dos valores da contribuição social referente à anuidade do exercício de 1984.


Examinada e discutida a matéria, as empresas associadas, deliberando por unanimidade, aprovaram o reajuste da contribuição social, a partir de 1º de janeiro de 1984, da seguinte forma:

- 1 - Anuidade de Cr\$ 947.853,00, para empresas associadas que operam em Ramos Elementares;
- 2 - Anuidade de Cr\$ 575.790,00, para empresas associadas que operam no ramo de Capitalização.

A título de esclarecimento, informamos que os novos valores aprovados foram calculados com base no Art. 11 dos Estatutos Sociais da entidade, que estabelece o critério para correção das anuidades sociais.

Nesta oportunidade, reiterando os agradecimentos pela colaboração, enviamos atenciosas

Saudações,


RUBENS DOS SANTOS DIAS
Vice - Presidente
R. M. M.
P. Especial.



Decreto nº 89.036, de 24 de novembro de 1983

Regulamenta a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, que dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores e dá outras providências.

O Presidente da República, usando as atribuições que lhe confere o artigo 81, inciso III, da Constituição Federal, D E C R E T A :

Art. 1º É vedado o funcionamento de qualquer estabelecimento financeiro, onde haja guarda de valores ou movimentação de numerário, que não possua sistema de segurança aprovado pelo Banco Central do Brasil na forma da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, e deste Regulamento.

Parágrafo único. Os estabelecimentos financeiros referidos neste artigo compreendem bancos oficiais ou privados, caixas econômicas, sociedades de crédito, associações de poupança, suas agências, subagências e seções.

Art. 2º O sistema de segurança será definido em um plano de segurança compreendendo vigilância ostensiva com número adequado de vigilantes, sistema de alarme e pelo menos mais um dos seguintes dispositivos:

- I - equipamentos elétricos, eletrônicos e de filmagens instalados de forma a permitir captar e gravar as imagens de toda a movimentação de público no interior do estabelecimento;
- II - artefatos que retardem a ação dos criminosos, permitindo sua perseguição, identificação ou captura; ou
- III - cabina blindada com permanência ininterrupta de vigilante durante o expediente para o público e enquanto houver movimentação de numerário no interior do estabelecimento.

Art. 3º O estabelecimento financeiro ao requerer a autorização para funcionamento deverá juntar ao pedido o plano de segurança, os projetos de construção, instalação e manutenção do sistema de alarme e demais dispositivos de segurança adotados.

Art. 4º O Banco Central do Brasil autorizará o funcionamento do estabelecimento financeiro após verificar o atendimento dos requisitos mínimos de segurança indispensáveis, oposta a Secretaria de Segurança Pública da Unidade da Federação onde estiver situado o estabelecimento.

Parágrafo único. O sistema de segurança dos estabelecimentos financeiros localizados em dependências das sedes de órgãos da União, Estados, Territórios, Distrito Federal e Municípios poderá ser aprovado pelo Banco Central do Brasil, independentemente das exigências do art. 2º.

Art. 5º Vigilância ostensiva, para os efeitos deste Regulamento, consiste em atividade exercida no interior dos estabelecimentos e em transporte de valores, por pessoas autorizadas e adequadamente preparadas para impedir ou inibir ação criminosa.

Art. 6º O número mínimo de vigilantes adequado ao sistema de segurança de cada estabelecimento financeiro será definido no plano de segurança a que se refere o art. 2º, observadas, entre outros critérios, as peculiaridades do estabelecimento, sua localização, área, instalações e encaixe.

Art. 7º O sistema de alarme será de reconhecimento de eficiência, conforme projeto de construção, instalação e manutenção executado por empresa idônea, e de modo a permitir a imediata comunicação do estabelecimento financeiro com órgão policial mais próximo, outro estabelecimento da mesma instituição ou empresa de vigilância.

Art. 8º Os dispositivos de segurança previstos nos incisos I, II e III do art. 2º, adotados pelo estabelecimento financeiro, obedecerão a projetos de construção, instalação e manutenção executados por empresas idôneas, observadas as especificações técnicas asseguradoras de sua eficiência.

Art. 9º O transporte de numerário em montante superior a 500 (quinhentas) vezes o maior valor de referência do País, para suprimento ou recolhimento do movimento diário dos estabelecimentos financeiros, será efetuado em veículo especial da própria instituição ou de empresa especializada.

§ 1º. Consideram-se especiais para os efeitos deste Regulamento, os veículos com especificações de segurança e dotados de guarnição mínima de vigilantes a serem estabelecidas pelo Ministério da Justiça.

§ 2º. Os veículos especiais para transporte de valores deverão ser mantidos em perfeito estado de conservação.

§ 3º. Os veículos especiais para transporte de valores serão periodicamente vistoriados pelos órgãos de trânsito e policial competentes.

Art. 10. Nas regiões onde for comprovada a impossibilidade do uso de veículo especial pela empresa especializada ou pelo próprio estabelecimento financeiro, o Banco Central do Brasil poderá autorizar o transporte de numerário por via aérea, fluvial ou outros meios, condicionado à presença de, no mínimo, dois vigilantes.

Art. 11. O transporte de numerário entre 200 (duzentas) e 500 (quinhentas) vezes o maior valor de referência do País poderá ser efetuado em veículo comum, com a presença de 2 (dois) vigilantes.

Art. 12. A vigilância ostensiva e o transporte de valores serão executados:

- I - por empresa especializada contratada; ou
- II - pelo próprio estabelecimento financeiro, desde que organizado e preparado para tal fim e com pessoal próprio.

§ 1º. O Estabelecimento financeiro que mantiver serviço próprio de vigilância e de transporte de valores somente poderá operar com vigilantes habilitados ao exercício profissional nos termos deste Regulamento.

§ 2º. Nos estabelecimentos financeiros federais ou estaduais, o serviço de vigilância ostensiva poderá ser desempenhado pelas Polícias Militares, a critério do Governo do respectivo Estado, Território ou do Distrito Federal.

§ 3º. Os serviços de vigilância ostensiva em estabelecimentos financeiros e o de transporte de valores poderão ser prestados por uma mesma empresa especializada.

Art. 13. O Banco Central do Brasil, por seu órgão competente ou mediante convênio com as Secretarias de Segurança Pública dos Estados, Territórios e do Distrito Federal, procederá pelo menos a uma fiscalização anual no estabelecimento financeiro, quanto ao cumprimento das disposições relativas ao sistema de segurança.

Art. 14. O estabelecimento financeiro que infringir qualquer das disposições da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, e deste Regulamento, ficará sujeito às seguintes penalidades, aplicáveis pelo Banco Central do Brasil, conforme a gravidade da infração e levando-se em conta a reincidência e a condição econômica do infrator:

- I - advertência;
- II - multa, de 1 (uma) a 100 (cem) vezes o maior valor de referência;
- III - interdição do estabelecimento.

Parágrafo único. O Banco Central do Brasil divulgará sobre o procedimento para aplicação das penalidades previstas neste artigo, assegurado ao infrator direito de defesa e possibilidade de recurso.

Art. 15. Vigilante, para os efeitos deste Regulamento é a pessoa contratada por empresas especializadas em vigilância ou transporte de valores ou pelo próprio estabelecimento financeiro, habilitada e adequadamente preparada para impedir ou inibir ação criminosa.

Art. 16. Para o exercício da profissão, o vigilante deverá registrar-se na Delegacia Regional do Trabalho do Ministério do Trabalho, comprovando:

- I - ser brasileiro;
- II - ter idade mínima de 21 (vinte e um) anos;
- III - ter instrução correspondente à quarta série do ensino do primeiro grau;
- IV - ter sido aprovado em curso de formação de vigilantes;
- V - ter sido aprovado em exame de saúde física, mental e psicotécnico;

- VI - não ter antecedentes criminais registrados;
- VII - estar quite com as obrigações eleitorais e militares.

§ 14. O requisito previsto no inciso III deste artigo não se aplica aos vigilantes em exercício da profissão, desde que admitidos por empresa especializada até o dia 21 de junho de 1983.

§ 15. O exame de sanidade física e mental será realizado de acordo com o disposto em norma regulamentadora do Ministério do Trabalho.

§ 16. O exame psicotécnico será realizado conforme instruções do Ministério do Trabalho.

Art. 17. O registro de que trata o artigo anterior poderá ser promovido pela entidade realizadora do curso de formação de vigilantes.

Art. 18. O vigilante deverá submeter-se anualmente a rigoroso exame de saúde física e mental, bem como manter-se adequadamente preparado para o exercício da atividade profissional.

Art. 19. O vigilante usará uniforme somente quando em efetivo serviço.

Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo, considera-se efetivo serviço o exercício da atividade de vigilância ostensiva no local de trabalho, conforme o disposto no art. 5º.

Art. 20. É assegurado ao vigilante:

- I - uniforme especial aprovado pelo Ministério da Justiça, a expensas do empregador;
- II - porte de arma, quando no exercício da atividade de vigilância no local de trabalho;
- III - prisão especial por ato decorrente do exercício da atividade de vigilância; e
- IV - seguro de vida em grupo, feito pelo empregador.

Art. 21. A contratação do seguro de vida em grupo assegurado ao vigilante será disciplinada pelo Conselho Nacional de Seguros Privados.

Art. 22. Será permitido ao vigilante, quando em efetivo serviço, portar revólver calibre 32 ou 38 e utilizar cassetete de madeira ou de borracha.

Parágrafo único. Os vigilantes, quando empenhados em transporte de valores, poderão, também, portar espingarda de uso permitido, de calibre 12, 16 ou 20, de fabricação nacional.

Art. 23. O curso de formação de vigilantes somente poderá ser ministrado por instituição capacitada e idônea, autorizada a funcionar pelo Ministério da Justiça.

§ 1º. Não será autorizado a funcionar o curso que não disponha de instalações seguras e adequadas, de uso exclusivo, para treinamento teórico e prático dos candidatos a vigilantes.

§ 2º. Na hipótese de não haver disponibilidade de utilização de estande de tiro no município sede do curso, pertencente a organizações militares ou policiais civis, será autorizada a instalação de estande próprio.

Art. 24. O Ministério da Justiça fixará o currículo do curso de formação de vigilantes e a carga horária para cada disciplina.

Art. 25. São requisitos para a inscrição do candidato ao curso de formação de vigilantes:

- I - ser brasileiro;
- II - ter instrução correspondente à quarta série do ensino do primeiro grau;
- III - ter sido aprovado em exame de saúde física, mental e psicotécnico;
- IV - não ter antecedentes criminais registrados;
- V - estar quite com as obrigações eleitorais e militares.

Parágrafo único. Aos vigilantes em exercício na profissão, contratados até 21 de junho de 1983, não se aplica a exigência do inciso II.

Art. 26. A avaliação final do curso em formação de vigilantes será constituída de exame teórico e prático das disciplinas do currículo.

Parágrafo único. Somente poderá submeter-se à prova de avaliação final o candidato que houver concluído o curso com frequência de 90% (noventa por cento) da carga horária de cada disciplina.

Art. 27. O candidato aprovado no curso de formação de vigilantes receberá certificado nominal de conclusão do curso expedido pela instituição especializada e registrado no Ministério da Justiça.

Art. 28. O curso de formação de vigilantes será fiscalizado pelo Ministério da Justiça.

Art. 29. A instituição responsável pelo curso de formação de vigilantes remeterá ao órgão fiscalizador, até 5 (cinco) dias após o início de cada curso, relação nominal e qualificação dos candidatos nele matriculados.

Art. 30. As empresas especializadas serão constituídas sob a forma de empresas privadas, regidas pela Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, e ainda pelas normas da legislação civil, comercial e trabalhista.

§ 1º. A propriedade e a administração das empresas especializadas que vierem a se constituir são vedadas a estrangeiros.

§ 2º. Os diretores e demais empregados das empresas especializadas não poderão ter antecedentes criminais registrados.

§ 3º. O capital integralizado das empresas especializadas não poderá ser inferior a 1.000 (mil) vezes o maior valor de referência vigente no País.

Art. 31. Consideram-se empresas especializadas, para os efeitos deste Regulamento, as organizações instituídas para prestação de serviços de vigilância ou de transporte de valores a estabelecimentos financeiros ou a outros estabelecimentos.

Art. 32. O pedido de autorização para funcionamento de empresas especializadas será dirigido ao Ministério da Justiça e será instruído com:

- I - requerimento assinado pelo titular da empresa;
- II - cópia ou certidão dos atos constitutivos devidamente registrados no registro de pessoas jurídicas;
- III - comprovante de inscrição nos órgãos administrativos federais competentes;
- IV - modelo de uniforme especial de seus vigilantes;
- V - cópia da Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor e Certificado de Reservista ou documento equivalente, dos sócios-proprietários, diretores e gerentes da empresa;
- VI - prova de que os sócios-proprietários, diretores e gerentes da empresa não tenham antecedentes criminais registrados.

Parágrafo único. Qualquer alteração referente aos incisos II e IV deste artigo dependerá de prévia autorização do Ministério da Justiça.

Art. 33. O uniforme será adequado às condições climáticas do lugar onde o vigilante prestar serviço e de modo a não prejudicar o perfeito exercício de suas atividades profissionais.

§ 1º. Das especificações do uniforme constará:

- I - apito com cordão;
- II - emblema da empresa; e
- III - plaqueta de identificação do vigilante.

§ 2º. A plaqueta de identificação prevista

... / .

o inciso III do parágrafo anterior será autenticada pela empresa, terá validade de 6 (seis) meses e conterá o nome, número de registro na Delegacia Regional do Trabalho do Ministério do Trabalho e fotografia tamanho 3x4 do vigilante.

Art. 34. O modelo de uniforme especial dos vigilantes não será aprovado pelo Ministério da Justiça quando se melhante aos utilizados pelas Forças Armadas e Forças Auxiliares.

Art. 35. Não será autorizado o funcionamento de empresa especializada que não disponha de recursos humanos e financeiros ou de instalações adequadas ao permanente treinamento de seus vigilantes.

Parágrafo único. Aplica-se às empresas especializadas o disposto no § 2º do art. 23.

Art. 36. Não será autorizado o funcionamento de empresa especializada em transporte de valores sem a apresentação dos certificados de propriedade e laudo de vistoria dos veículos especiais.

Art. 37. Não será autorizado o funcionamento de empresa especializada e de curso de formação de vigilantes quando seus objetivos ou circunstâncias relevantes indicarem destino ou atividades ilícitos, contrários, nocivos ou perigosos ao bem público e a segurança do Estado e da coletividade.

Art. 38. Para que as empresas especializadas operem nos Estados, Territórios e Distrito Federal, além de autorizadas a funcionar na forma deste Regulamento, deverão promover comunicação à Secretaria de Segurança Pública do respectivo Estado, Território ou Distrito Federal.

§ 1º. Da comunicação deverá constar:

- I - cópia do instrumento de autorização para funcionamento;
- II - cópia dos atos constitutivos da empresa;
- III - nome, qualificação e endereço atualizado dos sócios-proprietários, diretores e gerentes da empresa, bem como dos responsáveis pelo armamento e munição;
- IV - relação atualizada dos vigilantes e demais funcionários;
- V - endereço da sede, escritório e demais instalações da empresa;
- VI - especificações do uniforme especial aprovado para uso dos vigilantes;
- VII - relação pormenorizada das armas e munições de propriedade e responsabilidade da empresa;
- VIII - relação dos veículos especiais, no caso de empresa especializada em transporte de valores;
- IX - relação dos estabelecimentos aos quais são prestados serviços de vigilância ou de transporte de valores; e
- X - outras informações, a critério da respectiva Secretaria de Segurança Pública.

§ 2º. Qualquer alteração dos dados a que se refere o parágrafo anterior será comunicada à respectiva Secretaria de Segurança Pública.

Art. 39. O Ministério da Justiça fiscalizará as empresas especializadas autorizadas a funcionar na forma deste Regulamento.

Parágrafo único. A fiscalização a que se refere este artigo será realizada ao menos uma vez por ano.

Art. 40. Verificada a existência de infração ao dispositivo da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1963, e deste Regulamento, as empresas especializadas e os cursos de formação de vigilantes ficam sujeitos às seguintes penalidades, aplicadas pelo Ministério da Justiça, conforme a gravidade da infração e levando-se em conta a reincidência e a condição econômica do infrator:

- I - advertência;
- II - multa de até 40 (quarenta) vezes o maior valor de referência;
- III - proibição temporária de funcionamento; e
- IV - cancelamento do registro para funcionamento.

Parágrafo único. O Ministério da Justiça dispõe sobre o procedimento para a aplicação das penalidades previstas neste artigo, assegurado ao infrator direito de defesa e possibilidade de recurso.

Art. 41. Os números máximo e mínimo de vigilantes das empresas especializadas em cada unidade da Federação serão fixados pelo Ministério da Justiça.

Parágrafo único. O número de vigilantes das empresas especializadas em cada unidade da Federação compreenderá o número de vigilantes contratados por empresas especializadas que tenham um mesmo sócio-proprietário.

Art. 42. As armas e as munições destinadas ao uso e treinamento dos vigilantes serão de propriedade e responsabilidade:

- I - das empresas especializadas;
- II - dos estabelecimentos financeiros quando dispuserem de serviço organizado de vigilância, ou mesmo quando contratarem empresa especializada.

Art. 43. As armas e as munições utilizadas pelos instrutores e alunos do curso de formação de vigilantes serão de propriedade e responsabilidade da instituição autorizada a ministrar o curso.

Art. 44. O Ministério da Justiça fixará a natureza e a quantidade de armas de propriedade e responsabilidade do estabelecimento financeiro, do curso de formação de vigilantes e da empresa especializada.

Art. 45. A aquisição e a posse de armas e munições pelo curso de formação de vigilantes, estabelecimento financeiro e empresa especializada dependerão da autorização do Ministério da Justiça.

Art. 46. As armas e munições de propriedade e responsabilidade dos cursos de formação de vigilantes, das empresas especializadas e dos estabelecimentos financeiros serão guardadas em lugar seguro, de difícil acesso a pessoas estranhas ao serviço.

Art. 47. Todo armamento e munição destinados à formação, ao treinamento e ao uso dos vigilantes serão fiscalizados e controlados pelo Ministério da Justiça.

Art. 48. Incurrerão nas penas previstas no art. 43 os cursos de formação de vigilantes, as empresas especializadas e os estabelecimentos financeiros responsáveis pelo extravio de armas e munições de sua propriedade e responsabilidade.

Art. 49. O armamento e as munições de que tratam os arts. 42 e 43 serão recolhidos ao Ministério da Justiça, para custódia, no caso de paralisação ou extinção da empresa especializada, do curso de formação de vigilantes ou do estabelecimento financeiro.

Art. 50. As empresas já em funcionamento no País em 21 de junho de 1983 deverão adaptar-se a este Regulamento, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar de sua publicação, sob pena de teres suspenso o seu funcionamento até que comprovem essa adaptação.

Parágrafo único. As empresas, após a adaptação prevista neste artigo, deverão requerer a fiscalização do órgão competente e apresentar ao Ministério da Justiça relação memorializada das armas e munições de sua propriedade e responsabilidade.

Art. 51. O Ministério da Justiça, o Ministério do Trabalho e o Banco Central do Brasil, baixarão normas ditando sobre a competência que lhes é atribuída pela Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983.

Art. 52. A competência prevista nos arts. 23, 27, 28, 32 e seu parágrafo único, 39, 40, "caput", 41, 44, 45 e 47 poderá ser objeto de convênio com as Secretarias de Segurança Pública dos Estados, Territórios ou do Distrito Federal.

Art. 53. As empresas especializadas ficam autorizadas a prestar serviços a outros estabelecimentos não financeiros.

Art. 54. O Ministério da Justiça pelo seu órgão próprio encaminhará, no prazo de 30 dias, ao competente Serviço de Fiscalização de Produtos Controlados Regional - SFPC do Ministério do Exército, com relação as empresas especializadas já em funcionamento e às que vierem a ser constituídas, os seguintes dados:

- I - nome dos responsáveis;
- II - números máximo e mínimo de vigilantes com que opera ou está autorizada a operar;
- III - quantidade de armas que possui ou está autorizada a possuir e respectiva dotação de munição;
- IV - qualquer alteração na quantidade de armas a que se refere o item anterior;
- V - certificado de segurança para guarda de armas e munições;
- VI - transferência de armas e munições de uma para outra unidade da Federação; e
- VII - paralisação ou extinção de empresas especializadas.

§ 19. Para as empresas já em funcionamento, o prazo referido neste artigo será contado a partir da sua adaptação, nos termos do art. 50 deste Regulamento.

§ 29. Para as novas empresas o prazo será contado a partir da data da autorização para seu funcionamento.

Art. 55. Nenhuma sociedade seguradora poderá emitir, em favor de estabelecimento financeiro, apólice de seguro que inclua cobertura garantindo riscos de roubo e furto qualificado de numerário e outros valores, sem comprovação de cumprimento, pelo segurado, das exigências quanto ao sistema de segurança previstas na Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, e neste Regulamento.

Parágrafo único. As apólices com infringência do disposto neste artigo não terão cobertura de reaseguro pelo Instituto de Reaseguros do Brasil.

Art. 56. Nos seguros contra roubo e furto qualificado de estabelecimentos financeiros, serão concedidos descontos sobre os prêmios aos segurados que possuírem, além dos requisitos mínimos de segurança, outros meios de proteção.

§ 19. Os descontos sobre prêmios previstos neste artigo constarão das tarifas dos seguros aprovados pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

§ 29. Enquanto as taxas e descontos não forem incluídos nas tarifas, as Seguradoras, de comum acordo com o Instituto de Reaseguros do Brasil, darão tratamento privilegiado aos segurados que dispuserem de outros meios de proteção além dos requisitos mínimos exigidos.

Art. 57. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de novembro de 1983, 1629 da Independência e 959 da República

JOÃO FIGUEIREDO
Ibrahim Abi-Ackal

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - 25.11.83

Ministério do Trabalho

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA DE 08 DE NOVEMBRO DE 1983

O Ministro de Estado do Trabalho, no uso de suas atribuições legais,

considerando o parágrafo único do artigo 2º da Lei nº 6.205, de 29 de abril de 1975, combinado com a Lei nº 6.423, de 17 de junho de 1977;

considerando a Lei nº 7.047, de 01 de dezembro de 1982 que altera os itens II e III e o § 3º do artigo 580 da Consolidação das Leis do Trabalho;

considerando o Decreto nº 88.931, de 31 de outubro de 1983, que fixa o coeficiente de atualização monetária, aplicável sobre os valores-padrão vigentes em 1º de maio de 1983 e estabelece os novos valores de referência a serem adotados em cada região, resolve:

Nº 3.184 - I - Atualizar na forma dos anexos que acompanham a presente Portaria, os valores das tabelas expedidas pela Portaria Ministerial nº 3.056, de 04 de maio de 1983 para cálculo da contribuição sindical das categorias indicadas.

II - Os efeitos desta Portaria vigoram a partir de 1º de novembro de 1983.

MURILLO MACEDO

TABELAS PREPARADAS PARA CÁLCULOS DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL, ANEXAS A PORTARIA MTB-3184/83, de 08.11.83.

TABELA I

Para os agentes ou trabalhadores autônomos (inclusive do setor rural), e para os profissionais liberais (item II do art. 580 da CLT, alterado pela Lei nº 7.047, de 01/12/82, e § 3º do artigo 4º do Decreto-lei nº 1.166/71), com o arredondamento da fração de cruzeiros.

$$30\% \times 28.294,80 = 8.489,00$$

TABELA II

Para os empregadores (inclusive do setor rural), agentes ou trabalhadores autônomos e profissionais liberais organizados em firma ou empresa e para as entidades ou instituições com capital arbitrado (item III, alterado pela Lei nº 7.047, de 01/12/82, e §§ 4º e 5º do art. 580 da CLT e § 1º do art. 4º do Decreto-lei nº 1.166/71).

Base: Cr\$ 28.295,00

Linha	CLASSE DE CAPITAL SOCIAL CR\$	Alíquota %	PARCELA A ADICIONAR Cr\$
1	de 1,00 até 2.122.125,00		contrib. única de 16.977,00
2	de 2.122.125,01 até 4.244.250,00	0,8 %	-
3	de 4.244.250,01 até 42.442.500,00	0,2 %	25.465,50
4	de 42.442.500,01 até 4.244.250.000,00	0,1 %	67.908,00
5	de 4.244.250.000,01 até 22.636.000.000,00	0,02 %	3.463.308,00
6	de 22.636.000.000,01 em diante	contrib. única de	7.990.508,00

NOTAS: 1 - As firmas ou empresas e as entidades ou instituições cujo capital social seja igual ou inferior a Cr\$ 2.122.125,00 estão obrigadas ao recolhimento da contribuição sindical mínima de Cr\$ 16.977,00 (dezesseis mil, novecentos e setenta e sete cruzeiros), em conformidade com o disposto no § 3º do artigo 580 da CLT (alterado pela Lei nº 7.047, de 01/12/82).

.. / .

2 - As firmas ou empresas com capital social superior a Cr\$
 22.636.000.000,00 recolherão a contribuição máxima de Cr\$
 7.990.508,00 (sete milhões, novecientos e noventa mil e quinhentos
 e oito cruzeiros), na forma do disposto no § 3º do art. 580 da
 CLT (alterado pela Lei nº 7.047, de 01/12/82).

MODO DE CALCULAR

- I - enquadre o capital social na "classe de capital" correspondente;
- II - multiplique o capital social pela alíquota correspondente à linha onde for enquadrado o capital;
- III - adicione ao resultado encontrado o valor constante da coluna "Parcela a Adicionar", relativo à linha de enquadramento do capital.

EXEMPLOS PRÁTICOS DE CÁLCULO

1º) CAPITAL SOCIAL DE Cr\$ 2.760.000,00

I - classe de enquadramento:

2.122.125,01 |—————| 4.244.250,00 (2ª linha)

II - alíquota correspondente à linha:

0,8% ou $\frac{8}{1.000}$

donde:
 $2.760.000,00 \times \frac{8}{1.000} = 22.080,00$

III - parcela a adicionar: não existe.

IV - contribuição devida:

Cr\$ 22.080,00

2º) CAPITAL SOCIAL DE Cr\$ 35.430.000,00

I - classe de enquadramento:

4.244.250,01 |—————| 42.442.500,00 (3ª linha)

II - alíquota correspondente à linha:

0,2% ou $\frac{2}{1.000}$

donde:
 $35.430.000,00 \times \frac{2}{1.000} = 70.860,00$

III - parcela a adicionar: 25.465,50

IV - contribuição devida:

70.860,00 + 25.465,50 = 96.325,50

.../.

39) CAPITAL SOCIAL DE Cr\$ 89.660.500,00

I - classe de enquadramento:

42.442.500,01 |—————| 4.244.250.000,00 (4ª linha)

II - alíquota correspondente à linha:

0,1% ou $\frac{1}{1.000}$

donde:
 $89.660.500,00 \times \frac{1}{1.000} = 89.660,50$

III - parcela a adicionar: 67.908,00

IV - contribuição devida:

89.660,50 + 67.908,00 = 157.568,50

49) CAPITAL SOCIAL DE Cr\$ 20.340.125.000,00

I - classe de enquadramento:

4.244.250.000,01 |—————| 22.636.000.000,00 (5ª linha)

II - alíquota correspondente à linha:

0,02% ou $\frac{2}{10.000}$

donde:
 $20.340.125.000,00 \times \frac{2}{10.000} = 4.068.025,00$

III - parcela a adicionar: 3.463.308,00

IV - contribuição devida:

4.068.025,00 + 3.463.308,00 = 7.531.333,00

59) CAPITAL DE Cr\$ 500.000,00

A contribuição devida será de Cr\$ 16.977,00 (contribuição mínima), posto que o capital está situado abaixo do limite mínimo Cr\$ 2.122.125,00.

69) CAPITAL DE Cr\$ 30.000.000.000,00

A contribuição devida será de Cr\$ 7.990.508,00 (contribuição máxima), visto que o capital está situado acima do limite máximo (... 22.636.000.000,00), da quinta classe de capital.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - 11.11.83



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

CIRCULAR Nº 42 DE 14 DE novembro DE 1983

Altera as Tarifas para os Seguros de Transportes (viagens nacionais) - Terrestre de Mercadorias, em Rios, Lagos, Baías e no Mesmo Porto, Marítimos de Cabotagem e as Condições de Cobertura (inclusive Disposições Tarifárias) para o Seguro de Transportes Aéreos de Mercadorias.

O Superintendente da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), na forma do disposto no art. 36, alínea "c", do Decreto-lei nº 73, de 21 de novembro de 1966; considerando o proposto pelo Instituto de Resseguros do Brasil e o que consta do processo SUSEP nº 001-06459/83; resolve:

1 - Alterar as Tarifas para os Seguros de Transportes - viagens nacionais, e as Condições de Cobertura (inclusive disposições tarifárias) para os Seguros Aéreos de Mercadorias em território nacional, na forma constante do anexo, que fica fazendo parte integrante desta circular.

2 - Esta circular entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Francisco de Assis Figueira
Superintendente

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - 23.11.83

.../.

ANEXO À CIRCULAR Nº 42 /83.

Alterações na Tarifa para os Seguros de Transportes Terrestres de Mercadorias (Circular SUSEP nº 20/68), Tarifa para os Seguros de Transportes em Rios, Lagos, Baías e no Mesmo Porto (Circular SUSEP nº 20/73), Tarifa Marítima de Cabotagem (Circular SUSEP nº 23/82) e nas Condições de Cobertura (inclusive Disposições Tarifárias) do Seguro de Transportes Aéreos de Mercadorias no Território Nacional (Circular SUSEP nº 12/83):

a) nova redação para o subitem 3.1, Art. 6º - Propostas, Apólices, Averbacões e Endossos - da Tarifa Marítima de Cabotagem e da Tarifa para os Seguros de Transportes em Rios, Lagos, Baías e no Mesmo Porto, bem como para o subitem 8.31 do Art. 8º da Tarifa para os Seguros de Transportes Terrestres de Mercadorias:

.....
..... - "Para as apólices com grande movimento de averbações ou que apresentem características especiais, será permitida a inserção de Cláusula Especial de Averbações Simplificadas, possibilitando a entrega das averbações após o início dos riscos, conforme Cláusula(*)"

(*) nº 111 - Tarifa para Seguros de Transportes Terrestres de Mercadorias.

nº 201 - Tarifa para Seguros de Transportes em Rios, Lagos, Baías e no Mesmo Porto.

nº 01 - Tarifa Marítima de Cabotagem".

OBS.: Mantido o subitem 3.11 da Tarifa para Seguros de Transportes em Rios, Lagos, Baías e no Mesmo Porto.

.....
b) substituição das Cláusulas Especiais de Averbações já mencionadas, pelo texto único de Cláusula Especial de Averbações Simplificadas a seguir, bem como a sua inclusão no Seguro de Transporte Aéreo de Mercadorias no Território Nacional, Condições de Cobertura (Inclusive Disposições Tarifárias), devendo constituir o Anexo nº 6 das referidas Condições.

.....
"CLÁUSULA ESPECIAL DE AVERBAÇÕES SIMPLIFICADAS PARA OS SEGUROS DE TRANSPORTES — VIAGENS NACIONAIS".

1 - Pela presente cláusula, não obstante o disposto em contrário no item da Cláusula das Condições Gerais desta apólice, fica entendido e acordado que as averbações simplificadas referentes aos despachos efetuados em cada mês deverão ser entregues à Seguradora dentro dos 10 (dez) primeiros dias úteis, seguintes ao período a que se refiram, acompanhadas da relação dos embarques realizados.

2 - Os elementos mínimos a serem obrigatoriamente indicados na relação de embarques são aqueles constantes do modelo aprovado pelo IRB.

3 - O Segurado assume a obrigação de:

.../.

3.1 - averbar nesta apólice todos os embarques abrangidos pela mesma, quaisquer que sejam seus valores;

3.2 - fornecer à Seguradora e ao Instituto de Resseguros do Brasil os elementos e provas que lhe forem solicitados para a verificação do fiel cumprimento dessa obrigação de averbar todos os seus embarques.

4 - O não cumprimento da obrigação de averbar todos os embarques abrangidos pela apólice, quaisquer que sejam seus valores, implica, de pleno direito, a imediata rescisão deste contrato e a perda do direito de receber desta Seguradora indenização por força deste seguro, tenha ou não sido averbado o embarque.

5 - Se o Segurado deixar de observar o prazo de entrega das averbações, conforme previsto no item 1, a Seguradora poderá promover o cancelamento unilateral desta Cláusula, mediante aviso escrito ao

6 - Fica ainda expressamente convencionado que, pela presente Cláusula Especial de Averbações Simplificadas, só serão concedidas as coberturas automáticas desta apólice.

6.1 - Para as garantias facultativas desta apólice, deverão ser emitidas averbações que serão entregues antes do início do risco.

7 - Ratificam-se as demais Condições Gerais e Particulares desta apólice.

.....
c) inclusão do item 8 - Propostas, Apólices, Averbações e Endossos, no Seguro de Transportes Aéreos de Mercadorias no Território Nacional - Condições de Cobertura (Inclusive Disposições Tarifárias).
.....

"8 - Para os seguros sujeitos à presente Tarifa, poderão ser emitidas apólices simples ou de averbação, sendo expressamente proibida a emissão de apólices de prêmio fixo, cobrindo englobadamente diversos embarques por período de tempo determinado, sem a especificação de cada um.

8.1 - Num mesmo formulário de averbação, somente será permitido averbar seguro de bens transportados de uma mesma localidade de início.

8.2 - A entrega de averbação à Seguradora deverá ser efetuada antes do início dos riscos.

8.2.1 - Para as apólices com grande movimento de averbações ou que apresentem características especiais, será permitida a inserção de Cláusula Especial possibilitando a entrega das averbações após o início dos riscos, conforme Anexo nº 6".

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS.

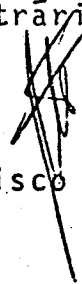
CIRCULAR SUSEP Nº ⁴³ DE 14 DE novembro DE 1983

Altera o Seguro de Riscos de Engenharia (Circular SUSEP nº 16/83).

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDENCIA DE SEGUROS PRIVADOS (SUSEP), na forma do disposto no art. 36, alínea "c" do Decreto lei nº 073, de 21 de novembro de 1966; Considerando o proposto pelo Instituto de Resseguros do Brasil e o que consta do processo SUSEP nº 001.07975/82; resolve:

1 - Aprovar as alterações introduzidas no Seguro de Riscos de Engenharia, na forma constante do anexo, que fica fazendo parte integrante desta Circular.

2 - Esta Circular entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.


Francisco de Assis Figueira

/eas...

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - 23.11.83

.../.

ANEXO A CIRCULAR SUSEP Nº43/83

ALTERAÇÕES NO SEGURO DE RISCOS DE ENGENHARIA

- 1 - Incluir no item XLIV - Indústria Química - Produção de Etanol, da Tabela B-2 da 2a. Parte do Capítulo II, o seguinte subitem 3:

TAXAS MENSAIS

	1º mês	meses seguintes	Testes
3 - Moendas	0,165	0,015	0,065

- 2 - Efetuar na 2a. Parte do Capítulo III, as seguintes alterações:

2.1 - Incluir na rubrica X - Indústria Metalúrgica, da Tabela A, o item "Fábricas de Cabos", após "Fábricas de Aparelhos".

2.2 - Alterar na Tabela B - TAXAS, Título I - Usinas geradoras a vapor, de utilidade pública:

a - para 1,45 a taxa da letra "d" do item 3;

b - para 0,27 a taxa do subitem 2 do item 12.

2.3 - Alterar na Tabela B - TAXAS, Título VI - Usinas geradoras de força e máquinas motrizes na indústria, a taxa da letra "g" do item 15 para 0,80.

2.4 - Na Tabela B - TAXAS, Título VII - Máquinas e Equipamentos em todas as indústrias, substituir o parêntese da "nota referente aos itens 3, 4 e 5" pelo seguinte:
"(vide grupo da rubrica correspondente ou rubrica VI)".

2.5 - Na Tabela B - TAXAS, Título XXIV - Indústria de Construção civil, alterar no item 2 - Transformadores - o grupo de franquia para F.

2.6 - No item C - FRANQUIAS DEDUZÍVEIS, Tabela V - GRUPO E, incluir no rodapé da tabela a seguinte observação:

Obs.: "Para os equipamentos de controle elétrico e outros painéis de controle, a franquia é de 1% do valor de reposição dos objetos danificados".



SOCIEDADE BRASILEIRA DE CIÊNCIAS DO SEGURO
SEDE: SÃO PAULO
PRAÇA DA BANDEIRA 40 - 17º ANDAR - CONJUNTO 17-M - FONE 219-3767

BOLETIM Nº 12/83

São Paulo, 25 de novembro de 1.983.-

NOTÍCIAS DA SOCIEDADE

X - 30º Aniversário da Sociedade Brasileira de Ciências do Seguro

1. Conferência de Dr. Ignácio de Larramendi

A convite da Sociedade Brasileira de Ciências do Seguro veio ao Brasil o Dr. Ignácio de Larramendi, ilustre Segurador Espanhol e Presidente da Seccional Espanhola da AIDA - Associação Internacional do Direito de Seguro, para proferir uma palestra sobre "A Moderna Empresa de Seguros". Coordenada pelo Dr. José Francisco de Miranda Fortuna, Presidente da Sociedade Brasileira de Ciências do Seguro, a Conferência foi prestigiada pelas autoridades do Mercado Segurador Brasileiro, dentre as quais destacamos: Dr. Ernesto Albrecht, Presidente do IRB; Dr. Francisco de Assis Figueira, Superintendente da SUSEP; Dr. Victor Arthur Renault, Presidente da FENASEG; Dr. Octávio Cesar do Nascimento, Presidente do Sindicato das Empresas de Seguros no Estado de São Paulo; Dr. Clínio Silva, Presidente do Sindicato das Empresas de Seguros no Estado do Rio de Janeiro; Dr. Alborito Oswaldo Continontino de Araujo, Presidente do Sindicato das Empresas de Seguros no Estado de Minas Gerais; Dr. Caio Cardoso de Almeida, Presidente da Associação das Companhias de Seguros; Sr. Wolfgang Siebner, Presidente do Sindicato dos Corretores de Seguros no Estado do São Paulo; Dr. Waldemar Castilho do Amaral, Presidente do Sindicato dos Securitários no Estado de São Paulo; Dr. Maurício Accioly das Neves, Delegado do IRB em São Paulo; Dra. Haydée Judith Zemella, Delegada da SUSEP em São Paulo; Sr. Roberto da Silva - Porto, membro efetivo do Conselho Nacional de Seguros Privados; Sr. Enrico Lindonheim, Mentor do Clube dos Corretores de São Paulo; Dr. Carlos Augusto de Lima, Presidente da Associação dos Advogados da Sociedade Seguradoras no Estado do São Paulo; Dr. Manuel Sebastião Soares Póvoas, Presidente do Comitê Latino Americano da AIDA; Sr. Luiz Lopes Vasquez, Presidente da Associação Paulista de Técnicos de Seguros; Eng. Flávio Eugênio Raia Bossi, Presidente da Associação dos Engenheiros de Seguros; Sr. Elias Fattach, Presidente do Clube de Vida em Grupo de São Paulo.

A Conferência foi, desta forma, marcada não só pelo número de autoridades exponenciais do nosso mercado como pelo elevado nível de seu conteúdo, que muito contribuiu para o Mercado de Seguros Brasileiro, como bem ressaltou o Dr. Ernesto Albrecht.

.. / .

2. Jantar em Homenagem ao Dr. Ignácio de Larramendi

Após a Conferência o Dr. Larramendi foi homenageado pelo Sindicato das Empresas de Seguros no Estado de São Paulo, e pela Sociedade Brasileira de Ciências do Seguro com um jantar no São Paulo Hilton Hotel. O jantar foi marcado pela confraternização de todos os convidados, caracterizando um evento de conagração do nosso Mercado Segurador.

Por deliberação da Diretoria, o Presidente da Sociedade Brasileira de Ciências do Seguro, Dr. José Francisco de Miranda Fontana outorgou ao Dr. Ignácio de Larramendi o título de Sócio Honorário desta entidade, constituindo, assim, seu primeiro sócio internacional. Numa deferência ao ilustre Segurador Espanhol, o título foi entregue em conjunto pelo atual e pelos anteriores Presidentes da Sociedade, Cav. Humberto Roncarati, Sr. Alberico Ravedutti Bulcão e Sérgio Túbero.

3. Reunião da Comissão Executiva

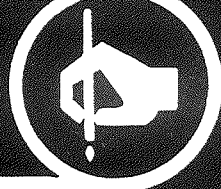
Dentro de sua programação de aniversário a Sociedade promoveu uma reunião no último dia 24, no sentido de organizar o ciclo de palestras de nominado " Panorama do Seguro Brasileiro na Década de 80 ". A próxima reunião já está marcada para o dia 15 de dezembro, às 8:30 horas, na sede da Sociedade.

III - Curso de Habilitação de Corretores de Seguros - Santos e São Paulo -

Estão abertas até o dia 09 de dezembro próximo (sem possibilidade de prorrogação) as inscrições para o teste psicotécnico obrigatório para os candidatos ao Curso de Corretores. As inscrições para o Curso de São Paulo estão sendo processadas na sede da Sociedade - Praça da Bandeira nº 40 - 17º andar, Conj. 17-H; e para o Curso de Santos as inscrições devem ser feitas à Rua Amador Bueno nº 59 - 8º andar - sala 84 - Santos.

IV - Entrega de Certificado do Curso de Habilitação de Corretores de Seguros

No próximo dia 29 de novembro, às 18:30 horas, no prédio da FECAP (Largo São Francisco nº 19), serão entregues os certificados dos 135 alunos aprovados no último Curso de Corretores realizado na Capital. Aos três primeiros colocados de cada turma será oferecido uma prêmio pela Sociedade Brasileira de Ciências do Seguro e, ao primeiro colocado dentre todos será também oferecido um prêmio pela Editora Manuais Técnicos, numa gentileza de seu Diretor o Sócio-fundador da Sociedade Cav. Humberto Roncarati.



Palestra do Dr. José Sollero Filho no Segundo Encontro Nacional de Bombeiros Voluntários, dia 17.11.83.

Política é arte. Não é "locubração teórica". Mas não dispensa o estudo, o exame mais acurado possível das questões em causa, a consulta aos especialistas, a formação de conselhos, chamem-se assembleias, comissões ou senados, sejam as decisões coletivas ou individuais, mas o ato final de realização do bem comum, é pratica, é nobre arte.

Não importa que com tanta frequência, o professor de estética saia de suas teorias - necessariamente abstratas - e tome os pinceis e as tintas ou a máquina de escrever e saiam borrões inqualificáveis. Pancetti faz mais pintura do que Humberto Eco e Guimarães Rosa ou Fernando Sabino fizeram obras mais belas do que os nossos gramáticos...

Mas enquanto aí só a vaidade do crítico de arte é ferida, quando se trata de política, muito diferentes as conclusões, as consequências, os efeitos daninhos.

A realização do Primeiro Encontro Nacional de Bombeiros Voluntários promovido pela Secretaria do Interior do Estado de São Paulo coloca-se na linha de realização do bem comum que incumbe mais imediatamente aos prefeitos reunidos nesta assembleia.

De fato o bem comum, cuja realização incumbe a cada pessoa, mais em especial ao político, ao homem público, tem como exigência básica a paz, a tranquilidade, a harmonia social. Essa paz é ferida de muitas formas, e a cada uma dessas formas destruidoras cumpre atender dentro dos limites contingenciais, certo que a alguns elementos danosos, a comunidade local pode por termo. Talvez sejam pouco significativos diante do oceano de males que nos afogam, mas, resolvidos os problemas pequeninos do dia a dia, o todo também poderá ser melhorado.

E nem são tão pequenos. Vejamos os incêndios, as inundações, as enchentes e os acidentes. E no tocante a incêndio, quantas cidades foram destruídas no passado pelo fogo, voluntariamente ateado ou não, em tempo de paz ou de guerra? Nos tempos modernos, em 6 de setembro de 1.666 ocorreu o "grande incêndio" de Londres, destruindo quase toda a cidade, do que decorreu o incentivo ao desenvolvimento da instituição do seguro incêndio. Em Hamburgo em 1842 em incêndio durou 100 horas e um século depois, mais de 300.000 casas foram destruídas e 750.000 pessoas ficaram desabrigadas. No Japão em 1923, 70% de Tokio foi destruída por incêndio decorrente de terremoto e 22 anos depois um ataque aéreo destruiu "o maior número de vidas de toda a história do homem no curto espaço de seis horas".

.../.

Foi nesse tempo que se criou o termo "coventrizar", relativo a destruição de Coventry. Nos tempos antigos nem se fala: em 64 DC, Roma ardeu durante 8 dias e praticamente foi destruída. A destruição de Jerusalém enche as páginas da Bíblia. E não estamos falando na bomba atômica de Nagasaki, onde 68.000 dos 75.000 edifícios foram destruídos sem falar em milhões de vítimas pessoais."

Mas não se diga que foi só lá no estrangeiro. Quem não se lembra do incêndio que há alguns anos destruiu uma grande área do norte do Paraná, com prejuízos muito grandes? Quem não viu com o coração apertado o incêndio do "Andraus" e do "Joelma"?

O fato é que as condições higrométricas, o regime de ventos, a natureza das construções pode provocar a destruição de muitas cidades - ainda hoje, com grandes perdas patrimoniais, de vidas e condições de sobrevivência! As perdas e danos vultosíssimas. Em 1982 as Seguradoras pagaram quase dezoito bilhões de indenização em seguro incêndio.

Saliente-se mais uma vez a importância dos corpos de bombeiros locais. Atendido no seu início, quando o fogo está na cesta de papel, no carpete, na cortina, no quadro de fúzeis de luz, ele pode ser extinto sem maior dificuldade. O bombeiro voluntário, individualmente ou a sua corporação, atendendo prontamente ao fato evitará a tragédia, o grande dano. No entanto se for esperado o socorro da cidade vizinha ou da capital, será tarde, irremediavelmente tarde, e só poderá ser isolado o foco...

Não só aí haverá campo para as atividades benéficas dos Corpos de Bombeiros Voluntários. As enchentes, as inundações, os afogamentos, os "socorros impossíveis", é que podem ser realizados pelos bombeiros, com a eficiência e a generosidade bem conhecidas por todos.

Mesmo sem tragédias, vantagens econômico-financeiras podem ser trazidas para as comunidades que organizem seus corpos de bombeiros, apoiados em convenientes estruturas locais e treinamento adequado. De fato, a tarifação do seguro-incêndio no Brasil se baseia em três elementos conhecidos abreviadamente como LOC: a localização onde está o risco, a sua ocupação e a construção que o abriga. É evidente que uma fábrica de fogos de artifício oferece mais risco de incêndio do que uma igreja, e um prédio de cimento armado incombustível tem de ser taxado mais baixo do que uma casa coberta de madeira. Influi estar o risco situado junto de Corpo de Bombeiros que pode atendê-lo com rapidez, eficiência, meios adequados.

Na tarifa brasileira nessas cidades são distribuídas em quatro classes, atendendo às possibilidades de socorro, às condições de abastecimento de água e distribuição, facilidade de acesso e organização e aprimoramento dos Corpos de Bombeiros locais, voluntários ou oficiais.

Na Classe I encontram-se cidades como Belo Horizonte, Rio, Porto Alegre, Recife. Aqui, estão na Classe I, São Paulo (exceto a zona periférica), Campinas, Ribeirão Preto, Santo André, Santos, São Bernardo do Campo.

.../.

Na Classe 2 de alinham entre nós, Araraquara, Cubatão, Guarulhos, Osasco, São Caetano do Sul, São Carlos, São José do Rio Preto, São José dos Campos e São Vicente.

Na Classe 3 se colocam, Americana, Fernandópolis, Franca, Guarujá, Ilha Solteira, Itapetininga, Jacareí, Jundiaí, Limeira, Mogi das Cruzes, Ourinhos, Paulínia, Piracicaba, Presidente Prudente, Sorocaba, Taubaté.

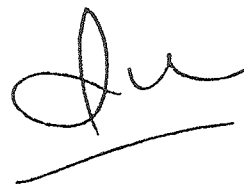
As restantes localidades ficam na Classe 4 de localização, sendo de notar que há possibilidade de reclassificação das cidades - a lista acima pode até estar desatualizada sendo facultado passar de uma categoria para outra obedecidas as exigências do Poder Público, da própria natureza do seguro onde tem de haver o equilíbrio entre o risco e o prêmio.

As vantagens da reclassificação são muito grandes e se ligam à existência de bombeiros no local. Dependem os benefícios da natureza do risco, ressalvada a possibilidade de meios de prevenção: um depósito de gasolina com manuseio é perigoso igualmente numa pequena cidade ou no sertão. Mas examinados alguns riscos, verifica-se que há uma redução de 10% a 15% de uma classe de localização para outra.

Assim se tomarmos uma panificadora, com tipo 2 de construção, a taxa para os seguros de prédio nas cidades de Classe 4 é de 0,50% ao ano e é de 0,35% para as cidades de Classe 1. Quer dizer uma padaria do interior em cidade L.4 paga 60% mais de prêmio de seguro incêndio do que nas cidades como Campinas ou Ribeirão Preto. Isto no período de um ano. Veja-se em um largo período de tempo e se pode concluir pela real vantagem econômica financeira consequente.

Mas não é aí que reside a maior vantagem dos Corpos de Bombeiros Voluntários. O que mais faz falta hoje é a criação de meios de aplicação de generosidade, de preocupação de servir, da boa vontade de nosso povo. É por não haver esse canais, essas pontes, que estamos na crise de violência, de desespero, de desemprego, de tumulto atuais. A criação de Corpos de Bombeiros Voluntários cooperará seriamente para o crescimento do sentido comunitário das pequenas localidades carentes, cooperando para lhes permitir transformarem-se em células vivas da sadia vida democrática, que é de serviço, de amor, de patriotismo, de dedicação, de solidariedade. E é aos nobres Prefeitos aqui reunidos, que cabe, a cada momento de sua gestão e com o auxílio do Governo do Estado do Estado, dar nova saída para esta caminhada de permanente aspiração de dias melhores que esperamos possam ser atingidos.

É o que lhes deseja a Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e o correspondente Sindicato de São Paulo.



LA NUEVA EMPRESA DE SEGUROS
Consideraciones de un asegurador para el año dos mil

Ignacio Hemando de Larramendi. Consejero Delegado de MAPFRE
Sao Paulo - 23 de Noviembre de 1983

Distinguidas autoridades, excelentísimos señoras y señores, colegas y amigos:

Constituye para mí especial satisfacción expresar de nuevo en Brasil - delante de tantas altas autoridades aquí presentes y de una gran representación de vuestro seguro - mis puntos de vista sobre nuestra profesión después de haber tenido el honor de dirigirme a vosotros hace tres años en Belo Horizonte. En esta tarde me voy a referir mucho al cambio y a las nuevas situaciones y preocupaciones para las que es indispensable prepararse. Para esto, es cada vez más necesario el conocimiento de diferentes puntos de vista sobre nuestro futuro, de interés no sólo para los que de un modo u otro estamos en él inmersos sino para el conjunto de nuestra sociedad, en la que el seguro debe ser pieza importante de cohesión ciudadana, objetivo que a todos nos corresponde en nuestros respectivos países.

I. CAMBIOS Y MUNDO MODERNO

El cambio y, sobre todo, su rapidez en lo sociológico y tecnológico, son características importantes en el mundo en que vivimos en estos sesenta años trascendentes en la historia de la humanidad, más que ningún otro período, y probablemente más que ningún otro en el futuro. A él recientemente hacía referencia la revista "TIME", al celebrar su sesenta aniversario, e impresionaba la lectura de los acontecimientos que había contemplado. Nuestra generación, la mía porque muchos de vosotros pertenecéis a otras más jóvenes, es la que probablemente ha tenido en la historia oportunidad de presenciar un mayor número de cambios trascendentes, todos con velocidad increíble. La penicilina, la vacuna antipolio, la ingeniería genética, la aviación comercial, la televisión, los computadores, el video, los "chips", el viaje a la luna, los medios de comunicación y la bomba atómica; y, por otra parte, los cambios morales y de costumbres, de tanta trascendencia como los anteriores, los nuevos países en libertad, el acceso de unas capas sociales a otras y de unos países a otros y, muy especialmente, la "universalización del mercado de trabajo" con emigración y establecimiento de centros laborales, y acceso al mercado mundial de países anteriormente no industriales, incluso apenas civilizados. Todos vosotros, y no soy yo quien debe citarlo, conocéis los cambios impresionantes de vuestro país, el gran Brasil, y su extraordinario futuro industrial, a pesar de las dificultades monetarias actuales y otras que no dejarán de surgir en el futuro. En el mío igualmente todo es distinto, en lo social, lo económico y lo moral, a como yo lo recuerdo en mi niñez, en la guerra civil en la que directamente participé, o en bastantes años de la guerra y postguerra mundial.

Es importante la calidad de los cambios, pero más aún lo es su velocidad, hasta el punto de que caben serias dudas de si será posible que las estructuras de nuestra sociedad se adapten adecuadamente a la precipitación con que los cambios se están produciendo, y posiblemente se sigan produciendo en las próximas décadas.

Muy especialmente debe preocuparnos si la creación de normas estables de derecho, que forzosamente requiere maduración lenta, podrá adecuarse a las necesidades de convivencia justa y pacífica, para evitar la auténtica "ruptura" que existe en bastantes países, en el mío de modo muy agudo, entre las normas escritas - muchas creadas en situaciones y circunstancias obsoletas - y la realidad acuciante de una sociedad explosiva con amenaza de convulsiones profundas. Cito esto, aunque no sea propio de este acto, porque las civilizaciones probablemente más estables y prósperas en el mundo occidental, la de Roma y la anglosajona, han sido posibles por haber logrado normas de derecho escrito o consuetudinario y fórmulas judiciales para su aplicación que debemos reconocer como las mejores que Europa y América han conocido. Mucho me temo que, por el contrario, nuestros países, el mundo occidental al que pertenecemos, sin un instrumento de convivencia y estabilidad sociológica y ética vean detenidos sus avances de mejora social y económica, y pueda surgir una sociedad que se debata en convulsiones internas y externas y en que no sea posible la libertad que todos queremos y que hemos alcanzado en este siglo a pesar de grandes imperfecciones y limitaciones pero de la que me temo que entre todos estamos abusando.

Aparte de estas observaciones generales y desgraciadamente pesimistas, todos sabemos que las actuales condiciones de nuestra sociedad exigen nuevas estructuras y que algunas instituciones, originadas para afrontar las nuevas situaciones, no han llegado a madurar adecuadamente. Vivimos en la "civilización del cambio" y su hecho más característico es que hemos aprendido a acelerar el progreso técnico continuo, pero que todavía estamos muy atrasados en el "arte" de dirigir y acelerar la maduración de las nuevas instituciones sociales, que no sólo exigen normas jurídicas exteriores que se pueden dictar por teóricos en el poder, sino una acción interna social que las legitime y haga fructíferas y positivas.

. . / .

La institución aseguradora, que a mí y a muchos de los que me escucháis nos ha proporcionado un medio de vida y una profesión digna, debe tener un amplio futuro dentro del conjunto de instituciones de servicios para proteger los patrimonios individuales y empresariales y su estabilidad económica. El desequilibrio de las economías individuales aumenta a medida que la institución familiar se debilita, fenómeno gravísimo, difícil de detener, que deja desamparado a cada individuo con imposibilidad de afrontar aisladamente las nuevas obligaciones y riesgos a su cargo. También ha de disminuir la estabilidad de la empresa, salvo las ampliamente institucionalizadas, sometidas a una tensión de competencia que pone en juego cada día su supervivencia y que, por otra parte, es el precio inevitable del bienestar económico. Aunque este fenómeno sociológico de desaparición de la familia e inestabilidad de la empresa constituye una amenaza para el equilibrio de la humanidad, en el campo estricto de la "sociología real", el seguro ofrece un paliativo que puede compensar de algún modo esa situación, sin panaceas utópicas ni garantía de seguridad absoluta.

Los cambios a que me he referido, afectan, y han de afectar más en el futuro, con o sin nuestra voluntad, a la actividad aseguradora, cuya creación institucional es reciente y por lo tanto con una estructura interna y externa en la que es previsible una profunda transformación, a la que voy a tratar de referirme a lo largo de esta conferencia.

II. EVOLUCION DEL SEGURO. SITUACION ACTUAL

El seguro, servicio o institución consecuencia del mundo industrializado, ha sufrido una evolución que divido en tres etapas, la última acaba en este fin del siglo XX.

En su primera etapa institucional, el siglo XIX, el seguro surgió con fuerza en los principales países occidentales. En bastantes había antecedentes de importancia, principalmente en seguros de Vida, Incendios y Transportes, áreas específicas muy diferenciadas. El seguro de Vida logró una gran importancia en los pueblos anglo-sajones, como canal de ahorro y previsión de futuro; el de Transportes en Londres y otros puertos para proteger a los armadores en sus "aventuras marítimas"; y el de Incendios en la áreas urbanas, e incluso algunas rurales, para proteger el patrimonio familiar y empresarial: vivienda, instalaciones comerciales, talleres, plantas manufactureras y mercaderías. Como institución, tenía un carácter estable y su sistema operativo era bastante sencillo. Las compañías inglesas crearon agencias en centros marítimos destacados, de acuerdo con las necesidades del comercio internacional de su país; otras entidades, generalmente francesas, italianas y suizas, competían en el seguro de Incendios con las domésticas utilizando una estructura operativa local, que en muchos casos fueron las primeras en iniciar. Las compañías americanas de seguro de Vida alcanzaron una gran dimensión fuera y dentro de sus fronteras. Paulatinamente se comenzaba a crear un mercado de entidades nacionales, lo que, en algún caso, Brasil y España por ejemplo, se aceleró por la retirada exigida a final de siglo por la legislación americana de las delegaciones de aseguradores de Vida que se convirtieron en aseguradoras nacionales.

La segunda etapa es la de los primeros 50 años de este siglo, con tendencia paulatina al crecimiento de las aseguradoras nacionales, de modo natural o promovida por requerimientos legales, lo que paralelamente reducía la influencia de los aseguradores de otros países. En ella cabe destacar, sobre todo, la aparición de dos tipos de seguro de gran volumen, que influyeron de modo considerable en la estructura y organización de nuestra actividad:

- El seguro de Accidentes de Trabajo, que se inició institucionalmente en muchas naciones a principios de este siglo, cuando se declaró obligatoria la responsabilidad del patrono por los accidentes de las personas que empleaba. En España fue en 1900 cuando comenzaron su actividad bastantes Mutuas Industriales de este ramo. La iniciativa privada ha dejado de participar en este seguro en muchos países, pero no en el mío ni en Estados Unidos, Canadá, Australia, Nueva Zelanda, Dinamarca, Finlandia, Portugal, Bélgica, Chile, Argentina y supongo que varios más; sí en cambio en el nuestro y en casi toda Europa. A pesar de ello, merece ser citado pues ha sido destacado su impacto histórico en nuestra profesión al exigir en muchos casos una actuación descentralizada para proporcionar en áreas poco habitadas o distantes un servicio directo local para atender a los accidentados.
- El seguro de Automóviles, es la consecuencia del gran fenómeno sociológico de utilización masiva de vehículos automotores y consiguiente necesidad de protección para los riesgos de propiedad y responsabilidad. Comenzó como actividad accesoria del conjunto asegurador, pero hoy es en la mayor parte del mundo el ramo más importante.

En esos cincuenta años no hubo cambios básicos de organización, más que los que lógicamente se derivaban de las nuevas características de esos dos seguros importantes y de otros, de nueva aparición operativa pero menor dimensión, como Responsabilidad Civil, Pérdida de Beneficios, Crédito y Caucción y Accidentes Individuales. Tampoco se produjo ninguna modificación tecnológica dramática, y la administración de operaciones continuó casi con los mismos métodos de cien años antes, salvo algunas técnicas balbucientes de mecanización por fichas perforadas en los años treinta y cuarenta.

.../.

La tercera etapa, en cierto modo la actual, corresponde a los últimos treinta años, desde la II Guerra Mundial y estamos asistiendo a su fin, que fácilmente se prolongará hasta la terminación de nuestro siglo. En ella han surgido nuevas modalidades de seguro, en general relacionadas con la cobertura de seguros industriales e innovaciones tecnológicas, como satélites espaciales y plataformas marítimas, pero sin aparición real de nuevos seguros como había ocurrido en la etapa anterior. En otro aspecto, se han producido dos fenómenos de trascendencia:

- Preocupación estructuralista en la organización de la empresa, muy característica de los últimos cuarenta años, con varios cambios de orientación, aunque muchos de ellos sólo hayan sido modas pasajeras, influida por consultores dinámicos y generalmente sólo con carácter "cosmético" y superficial.
- Repercusión de las nuevas tecnologías, especialmente de informática y comunicaciones. Era inevitable que la administración, casi de "pluma de ave", del seguro al fin de la II Guerra Mundial, sufriese alteraciones importantes con los grandes ordenadores y últimamente con la informática distribuida y posibilidad de comunicación instantánea entre empresas, ciudades, regiones y países. Sin embargo, hasta ahora, los cambios no han sido dramáticos y, en mi opinión, no se han utilizado ni en un cuarenta por ciento las posibilidades de lo ya conocido. Sólo las entidades muy progresivas han adelantado realmente en la implantación descentralizada de la informática distribuida, después de la centralización promovida por los grandes ordenadores que, en muchos casos, todavía están contribuyendo a aumentar la burocracia centralista. Por otra parte, sólo en Estados Unidos y de modo aún poco maduro, se ha avanzado en el ofrecimiento de estaciones informáticas para facilitar a agentes y corredores una amplia automatización de su gestión.

En esta línea, grandes empresas mundiales están llevando a cabo profundas reestructuraciones que les obligan a prescindir de cifras importantes de personal. Con unas u otras características, se habían creado lo que podría calificarse de "dinosaurios" del seguro, empresas burocratizadas con poca capacidad de reacción ante las aseguradoras pequeñas y dinámicas y en las que se iniciaban problemas de coste y rigidez o estratificación. Esto ha ocurrido igualmente en otras áreas empresariales, por ejemplo, hace pocas semanas, la compañía aérea norteamericana Continental, con una nueva gerencia sin tabúes, ha utilizado medidas drásticas para volver a la competitividad que había perdido atezada por exceso de personal administrativo y costes históricos que le impedían enfrentarse con la guerra de tarifas y libertad de actuación que se está produciendo en la navegación comercial aérea de aquel país.

Los casos más recientes de "desburocratización" en el seguro, en definitiva reorganizaciones drásticas administrativas, constituyen "previsión de futuro" en empresas que han advertido la existencia de problemas a los que el "continuum" podría crear dificultades graves. Puedo citar la amplia reorganización de su estructura territorial con eliminación de dos mil puestos de trabajo recientemente anunciada por la compañía PRUDENTIAL de Estados Unidos, probablemente la primera en volumen del mundo; la análoga, que conozco menos, del GRUPO KEMPER, con fuerte reducción de efectivos; la acción aún reciente de la COMMERCIAL UNION, la mayor aseguradora europea, que ha implicado reducción de unas dos mil personas en sus efectivos centrales, situación equiparable a la de otra compañía también muy conocida, CIGNA (fusión de INA y CONNECTICUT GENERAL) que ha llevado a cabo modificaciones estructurales, y fuertes reducciones de personal, como consecuencia de su fusión y deseo de concentrar sus servicios centrales. Supongo que habrá otros casos y que aún vamos a ver más en el futuro, pues parece inevitable una revolución estructural en el seguro, que afectará a todos los países aunque a cada uno de modo diferente, en razón de su historia y desarrollo empresarial. En todos estos casos, y otros que seguirán, se trata, de un modo u otro, de eliminar la burocracia y descentralizar las operaciones para adaptarse más ágilmente y con menor coste a la situación real del mercado. Me atrevo a decir que habrá quienes calificarán de "insensatos" a los dirigentes de cualquier gran entidad aseguradora, de cualquier país del mundo, que no esté hoy profundamente preocupado por medidas para adaptarse al mercado futuro y sobre todo preparado para ejecutarlas en plazo breve.

Voy a destacar a continuación algunas características de los mercados actuales de que en gran parte surge la necesidad de medidas y modificaciones que nos permitan entrar en la cuarta etapa, a que luego me referiré. Mis comentarios se adaptan a bastante países, aunque probablemente estén influidos por las situaciones que más conozco.

- Carácter especulativo del conjunto del mercado, con aseguradores que buscan beneficio a corto plazo o ventajas especiales para sus equipos directivos, lo que contribuye a pérdida de imagen, aún para aquéllos que actúan en línea responsable y profesional, y sobre todo dan lugar a un desequilibrio creciente de resultados, que impiden la autofinanciación del crecimiento y erosionan la solvencia y la garantía absoluta de los asegurados.
- Nivel excesivo de gastos, que eleva de modo excesivo e injusto el coste para los asegurados individuales, en parte para compensar pérdidas técnicas en los grandes riesgos, con situaciones de descontento y perjuicio para la imagen del seguro.

.../.

- Competencia generalmente influida por gestores, comisionistas o agentes, que perciben altas retribuciones cuando dominan un sector o que utilizan fórmulas de cobertura que encubren un coste real elevado a cargo de los clientes.
- Centralización burocratismo y debilidad de la estructura propia territorial, salvo en grandes núcleos urbanos. Esta centralización impide el crecimiento de las entidades que no pueden o saben reducir sus gastos centrales y no se atreven a aumentar su implantación territorial, en un círculo vicioso del cual es difícil escapar.
- Informática principalmente dedicada a la administración de personal, contabilidad general y emisión de pólizas sencillas, pero sin efectividad ni rapidez para el conocimiento de resultados por áreas o centros de trabajo, que facilite la corrección inmediata de desviaciones, situación que dificulta la descentralización territorial. También falta, casi totalmente, su utilización en las áreas de "marketing" y en la simplificación del trabajo de agentes y corredores.
- Política débil de suscripción que admite condiciones antitécnicas que producen pérdidas, que se procura traspasar a los reaseguradores, que se considera tienen la obligación de soportar errores o abusos de suscripción. A esta situación han ayudado los propios reaseguradores, con "guerras de condiciones" y despreocupación del equilibrio técnico, causa en parte de las dificultades del reaseguro internacional que sólo ahora se comienza a corregir con medidas enérgicas.
- Elevado coste del dinero que potencia la guerra de primas y retención de saldos en el llamado "cash flow underwriting" que disturba la posibilidad de la suscripción estable y abre camino en nuestras actividades a los especuladores.
- Presión social en demanda de mejores servicios, mayor rapidez en el pago de siniestros, protesta por la utilización abusiva de cláusulas e inadaptación de coberturas a nuevas necesidades. Esta presión, canalizada a través de asociaciones o movimientos de consumidores, constituye una amenaza institucional y puede despertar la hostilidad del público hacia nuestra profesión. Afortunadamente, y como consecuencia de grandes fracasos en la política de estatificación de diversos sectores, se ha reducido sustancialmente el peligro de las nacionalizaciones políticas que hace treinta años estaban muy extendidas.
- Movimiento estatizador para coberturas catastróficas, como las que ya existían en España, Japón y Nueva Zelanda y comienzan ahora en Francia e Italia y supongo otros países, hecho de importancia para el futuro del seguro, que exige formas complementarias de cooperación internacional.

En estos comentarios he preferido destacar lo que claramente debe corregirse, aún pensando que a muchos aseguradores no les afecta esta situación, y por ello están mejor preparados para el futuro. En todo caso, esta descripción no afecta a bastantes mercados. A vosotros brasileños, que tenéis una situación muy distinta por las características especiales de vuestro mercado y de vuestro país, mi descripción os puede ser útil para compararla con el análisis paralelo que hagáis de vuestra propia situación.

III. NUEVO MERCADO

Como ya he señalado antes, en estos años se está acabando, a diferente ritmo según los mercados, la tercera etapa histórica el seguro y empieza a perfilarse la cuarta, la del siglo XXI, que se caracterizará, si mis previsiones no son muy equivocadas, por la aparición del "NUEVO MERCADO" en que tenga un papel de liderazgo la "NUEVA EMPRESA" y que hará surgir un "NUEVO SEGURO", que ofrezca mejores productos con coste reducido y amplie su función social dentro de cada comunidad política nacional.

Como principales factores que pienso han de influir en esa etapa señalo los siguientes:

- Mayor preocupación por atender los deseos reales del público, exigiendo un sentido social responsable a las instituciones colectivas y al conjunto del seguro que estará orientado por entidades preparadas para competir, sin desorden ni despilfarro.
- Crisis en muchos países de ciertos sectores públicos relacionados con el seguro - también los sectores públicos acaban en "dinosaurios" - que ofrecerán grandes posibilidades a la actividad aseguradora eficiente y con sentido de responsabilidad social. Me refiero principalmente a la Seguridad Social, principalmente en sus coberturas de Pensiones y Retiro, pero también en prestaciones de Enfermedad y de Accidente Laboral. En estos casos se ha llegado a fórmulas estatales complejas y mastodónticas, con promesas sociales imposibles de cumplir, y cuya dinámica de coste creciente amenaza el equilibrio económico nacional. Todos los países se ven afectados por esta crisis pero, muy en especial, los de Europa.
- Aparición de alternativas de protección financiera de los patrimonios familiares, en que el seguro ha tenido casi el monopolio, que le ha hecho despreocuparse del coste de gestión, que ha llegado a ser muy elevado para un servicio de necesidad vital. La futura "guerra de costes" que puede preverse obligará a los aseguradores a una mayor tecnificación y tensión de eficiencia posible origen de un desarrollo importante, en algunos casos espectacular, pero que si no se obtiene reducirá nuestro ámbito operativo.

.../.

- Utilización de los ingresos financieros para compensar el exceso regular de siniestralidad, originado por la presión de la competencia. El producto de fondos invertidos deberá ser considerado como ingreso técnico a efecto de cálculo de primas, ya que en gran parte se genera con fondos de los asegurados, a quienes debe repercutir. Esto obligará al aprovechamiento máximo del rendimiento de recursos propios, factor que servirá para decantar a las entidades líderes con un concepto claro de lo que es la "NUEVA EMPRESA" y una visión de "beneficio a largo plazo" frente al meramente coyuntural y, frecuentemente especulativo. Me parece indudable que en el próximo futuro el éxito del seguro debe ser consecuencia, en gran parte, de su actuación eficiente en la inversión y manejo de fondos.
- Acercamiento máximo de los servicios, a los propios clientes, tanto en la contratación y en la tramitación del siniestro, para lograr resolución rápida y directa de las incidencias y para detectar las necesidades de cobertura y adaptar a ellas los productos que se ofrezcan. Esto naturalmente implica una proliferación, capilar la llamamos en nuestra empresa, de oficinas profesionales y un aumento muy sustancial de la capacidad de decisión de todos los servicios territoriales y no sólo en las grandes unidades de población.

Os he hablado de algunos factores que influirán en la estructura de los mercados futuros, en especial si queremos que el seguro contribuya de modo positivo al equilibrio de nuestro modo de vida y el de nuestros hijos. Para aprovechar las nuevas perspectivas a que he hecho alusión y para adaptarse a las nuevas exigencias, es conveniente que se llegue a lo que denominó "NUEVO MERCADO", término ideal que naturalmente puede tener interpretaciones muy diferentes, que paulatinamente vaya extendiéndose a nuevos países a los que de ese modo se dotará de una pieza importante, de imprescindible me atrevería a calificarla, para una estructura social equilibrada.

Aunque sea de forma muy subjetiva, voy a tratar de expresar lo que creo que necesita un mercado asegurador para ser calificado de "NUEVO MERCADO":

- Concentración, superior al cincuenta por ciento en manos de las cinco o seis entidades o grupos principales, con penetración promedio superior al diez por ciento. Estas entidades deben estar en condiciones de influir en el resto de entidades pequeñas y ágiles, pero éstas tendrán siempre un gran papel en la innovación y actuación imaginativa que ofrece estímulos dinámicos de cambio y mejora. Naturalmente, el grado de concentración dependerá del mercado, sin reglas muy fijas, pues incluso en uno tan maduro como el de Estados Unidos existe poca concentración.
- Alto nivel de competencia, que evite la situación de oligopolio en perjuicio del público, tentación frecuente en situaciones de concentración, por lo que el mercado debe contar con instrumentos que vigilen y permitan corregir el grado real de competencia y que detecten las desviaciones patrimoniales que afecten a su nivel de solvencia y a si la competencia de precios es irresponsable y erosiona el patrimonio empresarial. Con esto se debe coordinar el nivel de competencia y el de solvencia general para que el público confíe en la seguridad de cada entidad por el mero hecho de operar en el mercado. En todo caso puede afirmarse que la existencia de pocas entidades independientes con alta penetración, caso de la industria del automóvil, puede favorecer la competencia en beneficio del público y ser elemento básico de mejora colectiva.
- Reducción de costes. En muchos mercados, y en concreto en el español se concede poca importancia al coste de gestión del seguro, pero en mi opinión, un mercado es tanto más eficiente en cuanto, con un nivel homogéneo de servicios, constituye una obligación moral ofrecer condiciones óptimas y en todo caso es el mejor modo de conservar la lealtad de la clientela. Esta situación de coste debe ser conocida y divulgada.
- Coordinación con el interés general, al que no se considere como enemigo molesto, sino justificación fundamental de nuestra actividad y nuestras empresas. Esto lleva también implícito que el poder público reconozca la función social del seguro, y no lo considere como carga negativa, y que los dirigentes aseguradores tengan conciencia clara de los objetivos institucionales de su profesión.
- Información transparente, comparada y homogénea, que permita conocer en todo momento la evolución de cada empresa y el grado de eficiencia gerencial del mercado y proporcione al público un alto grado de confianza en las empresas que lo componen. En este aspecto, se han producido en los últimos años grandes avances en casi todos los países y muy concretamente en Brasil y en España. Esta información puede y debe llegar a niveles muy bajos de actuación empresarial y debe ser útil para que el Gobierno y los críticos sociales puedan analizar objetivamente el mercado, compararlo con otros mercados nacionales y juzgar la calidad del servicio que ofrece cada empresa.
- Red extensa territorial con capacidad de decisión autónoma que se facilitará si se logra un alto grado de integración informática y que servirá para proporcionar un servicio de calidad homogénea incluso en las áreas rurales más alejadas.
- Gama completa de servicios, en gran parte a través de entidades especializadas, que agilizan la dinámica del mercado, de modo que los asegurados puedan encontrar dentro del conjunto asegurador la solución del mayor número de necesidades para su protección individual o colectiva, financiera o patrimonial y que además sea posible la selección competitiva de coberturas entre los productos de varios aseguradores.

.../.

Voy ahora a referirme a las características que la NUEVA EMPRESA necesita para merecer ese título y estar en condiciones de promover un mercado efectivo y socialmente útil, o sea el NUEVO MERCADO a que antes me referí, que se lograría con empresas líderes que influyan en su orientación general. Si entendemos que la clave del futuro profesional está en ellas resulta conveniente una referencia a sus características, aunque por supuesto nunca existirá un modelo ideal único; cada una, en cada país, será diferente, por razones históricas propias o del mercado, y sobre todo, por la impronta de los dirigentes con mayor influencia en su evolución.

El término NUEVA EMPRESA lo refiero exclusivamente a la institucional que lidera un mercado, pero será necesario que existan, como antes he dicho, empresas de dimensión reducida y alta eficacia, generalmente especialistas en alguna clase de seguro o en un área geográfica, y la nueva informática dará a estas empresas oportunidades insospechadas para competir efectivamente con las institucionalizadas con alta cuota de mercado.

Voy a señalar algunas características que me parecen importantes para que proceda esa calificación de NUEVA EMPRESA, o sea la que comparte con otras una función de liderazgo e influencia orientada al interés general de los ciudadanos.

- Alta penetración, probablemente superior al diez por ciento. Esto permite ofrecer servicios completos, reducir costes de gestión, y mejorar el tratamiento de siniestros; debe acompañarse con una presencia territorial capilarizada, de modo que al menos en un área definida ofrezca servicios que lleguen a prácticamente todos sus habitantes. Esto ocurre por ejemplo en Australia y Nueva Zelanda, en que alguna aseguradora, en el propio país dentro de las cinco primeras, la N.M.R.A. y la Mutua A.A., sólo actúan en un área geográfica definida en la que tienen una elevada cuota de mercado.
- Agilidad operativa para adaptarse permanentemente a una sociedad en cambio y con cambios muy rápidos, que exige preparación para soportar y afrontar cualquier modificación inesperada en el mercado o en el país que incluso pueda afectar a su supervivencia. Este es un aspecto difícil de compatibilizar con la gran dimensión que favorece la creación interna de influencias personales contrarias al interés general. Para lograrla será necesaria una tensión antiburocrática, pues toda empresa que se burocratiza empieza a declinar, y lo mismo ocurre en las instituciones públicas y los gobiernos de las naciones.
- Eficiencia en la inversión, y la mejor utilización de sus recursos, como instrumento de reducción del precio de la cobertura, reforzamiento de la solvencia interna y beneficio de sus accionistas. La NUEVA EMPRESA en nuestra actividad necesita un alto contenido financiero, aun en áreas diferentes al seguro de Vida, pues su margen de beneficio dependerá fundamentalmente de la "plusvalía" de esta gestión.
- Costes competitivos en relación a sus colegas, que permitan ofrecer precios reducidos, contribuyendo a rebajar los promedios del mercado y obligando a otras entidades a seguir esta misma línea. Con esto se eliminan las gerencias ineficientes y se crea una competencia de precio en productos homogéneos y no de "gimmicks" o habilidades para hacer olvidar la baja calidad (al menos en coste) de los productos que se ofrecen.
- Eficiente estructura informática, que facilite una información completa automática e inmediata de resultados, que ayude a las relaciones con servicios territoriales, agentes y clientes, reduzca costes, haga posible una investigación permanente de las necesidades de coberturas y servicios y fórmulas comerciales innovadoras, y, sobre todo, facilite la utilización de sistemas presupuestarios sofisticados, que permitan prever resultados, detectar inmediatamente desviaciones exteriores o interiores en todas las áreas operativas, en especial las descentralizadas, para que sus responsables, aún en unidades reducidas, tengan sentido gerencial de su actuación.

Los anteriores aspectos parecen muy generales, en realidad se adaptan a cualquier tipo de empresa, pero es precisamente lo que pretendo al reseñarlos, incluso reiterándolos hasta con exceso en esta conferencia, porque con frecuencia lo obvio es lo que se olvida. En los mercados donde existen pocas o ninguna empresa con calidad de NUEVA EMPRESA es preciso que las que aspiren a ese rango, sepan que éste sólo se consigue si se actúa acertadamente en los anteriores extremos y que en el mundo de la economía actual, no existen procedimientos taumatúrgicos para conseguir resultados, sino la aplicación permanente y con sentido común de trabajo serio orientado a objetivos concretos.

También será importante en la NUEVA EMPRESA su sistema de protección de desviaciones que afecta a su mecánica de reaseguro e influye en sus relaciones y futura expansión internacional. Naturalmente esto dependerá de las condiciones de cada mercado y cada país y las de Brasil son muy especiales en este caso, pero creo útil hablar en general, aunque puedo estar influido por la situación que más conozco, la de mi propia empresa.

Por supuesto la protección de desviaciones variará en función de la dispersión geográfica y si se opera en un área con pocos habitantes, las necesidades serán distintas de si lo hace en un "megapaís". También en ello influye el grado de solvencia de cada entidad con posibilidad de soportar por sí sola pérdidas fuertes o con mayor sensibilidad para ellas si son limitados sus fondos propios. Pero en todo caso una entidad aseguradora necesita protegerse a través de fórmulas de reaseguro exterior, público o privado, de compensaciones internas dentro de su mercado o de una dispersión internacional de operaciones.

..J.

El reaseguro es en estos años el área de nuestra profesión con mayor necesidad de cambios profundos respecto a sus métodos y sistemas habituales. Todos los reaseguradores, casi sin excepción, han sufrido grandes pérdidas que en algún caso obligan a una reestructuración profunda y en otros muchos a formas encubiertas de liquidación. Por otra parte, el llamado mercado internacional, o sea el de aceptaciones de pequeña cuantía y por intermediarios, ha dado lugar a fuertes pérdidas que de un modo u otro a todos nos han afectado y que, en algunos casos, demasiados quizás, han ido acompañados de actuaciones fraudulentas o semi-fraudulentas.

Esta situación no es coyuntural y transitoria, sino que afecta a la esencia misma del reaseguro, instrumento que permite a las entidades aseguradoras directas soportar desviaciones producidas por grandes siniestros, por la frecuencia imprevista y excesiva de los de algún tipo o por acontecimientos extraordinarios.

La NUEVA EMPRESA con alta penetración en su mercado, estará obligada a soportar en alguna medida los riesgos de la industria de su país, para lo que normalmente su capacidad será insuficiente. En estas condiciones, necesitará buscar mecánicas de protección de siniestros que probablemente exigirán fórmulas diferentes a las actuales, incluso difíciles de prever. Pienso que acertar en esto será un extremo decisivo en la operativa de la NUEVA EMPRESA y os confieso que me gustaría analizarlo en los próximos meses, entre otros aspectos porque MAPFRE ha empeñado su nombre en la actividad reaseguradora y nos sentimos obligados a preparar una política que nos permita resultados satisfactorios.

Con mi pretensión de apuntar el problema, aún sin aportar soluciones, sí quiero destacar que la protección de desviaciones se facilita con la dispersión de riesgos y ésta conduce a la expansión a otros mercados. El seguro es una actividad con proyección internacional inevitable. Por eso, todo asegurador responsable, cuando llega a una cierta dimensión, tiende a expandirse fuera de su propia área geográfica. Esto hace prever en la NUEVA EMPRESA una dinámica de internacionalización paralela a la dinámica análoga de cada comunidad nacional. Esta surgirá con mayor intensidad en los mercados más saturados, en que los aseguradores líderes, con amplia clientela doméstica, tratarán de extender su actividad a otros países, en algún caso por motivos de interés nacional, pero principalmente para mantener la tensión de crecimiento que eleve la moral de directivos y empleados. Esto ocurre ahora en Holanda y Países Escandinavos, y es de prever que en el futuro cada NUEVA EMPRESA, o muchas de ellas, tengan igualmente esa preocupación, en especial cuando se sientan con capacidad de exportar de algún modo su tecnología y sistemas técnicos y gerenciales.

Pero además de los anteriores, existen otros aspectos de distinto carácter, en cierto modo sociológico, que resultan igualmente indispensables para el éxito interno y para la adecuada inserción de la empresa en su comunidad sociopolítica. Los reflejo a continuación.

- Preocupación ética, en la seguridad de que la aplicación no discutida de principios morales de actuación es pieza imprescindible para que una empresa aseguradora consiga sólida cohesión interna y sobre todo el reconocimiento de sus propios agentes o proveedores, clientes, público en general, y el de otras instituciones públicas o privadas con que se relacione. Dentro de un régimen de mercado y estado libre de derecho, no son posibles actuaciones que bordean la ética individual de los dirigentes o la de los negocios y relaciones de convivencia. Por este motivo, los profesionales de la empresa aseguradora debemos analizar las normas de conducta ética empresarial que nos afectan y difundirlas en nuestros mercados.
- Sentido de responsabilidad social, entendiéndolo que la gran empresa aseguradora con patrimonio potente no está sólo obligada a la prestación eficiente de su propio servicio de seguro, sino está sujeta a obligaciones sociales de carácter general, derivadas de su influencia en la vida social, y de su participación en el patrimonio nacional. Esta responsabilidad social la obliga a preocuparse por el impacto de su actuación en los intereses generales del país, por la mejora personal y profesional de quienes prestan en ella sus servicios y por los intereses, derechos y necesidades del público y en especial de sus clientes con que tiene una vinculación más directa.
- Cultura propia, o sea un modo de ser y estar, existencia y presencia externa que impregne toda su actividad, que haga que los empleados se sientan orgullosos de la entidad en que prestan sus servicios y que el público la reconozca fácilmente y no sólo por campañas masivas de publicidad con imagen idealizada no coincidente con la realidad. La cultura propia implica una distinción especial respecto a los competidores y es instrumento para la adhesión de los clientes y sobre todo, signo de respeto colectivo. Aunque haya muchos más factores éste da el espaldarazo de lo que denomino NUEVA EMPRESA, como se daba a los antiguos caballeros para reconocerles como tales; en ambos casos, es símbolo del reconocimiento general de cualidades obtenidas a lo largo del quehacer profesional. Este concepto de la cultura de empresa se está abriendo camino en el mundo y cada día oiréis hablar de él con más frecuencia. En cierto modo, si no su origen sí su importancia principal, proviene de Japón, donde el orgullo de empresa constituye razón principal de su éxito en el mundo económico. Esta idea ha existido siempre en todas las entidades de nuestra profesión que han logrado en algún momento un alto carisma interno y externo. En el futuro esto será aún más importante.

.../.

V. LA NUEVA EMPRESA EN CAMINO

Mis anteriores comentarios se han referido principalmente a lo que debería ser la NUEVA EMPRESA y el NUEVO MERCADO. Pero éstos no son sólo términos de futuro, sino realidad en camino, probablemente rápida, puesto que ya hay mercados y empresas que se acercan a lo que he estado señalando. Sería difícil y hasta incorrecta mi calificación personal sobre posibles empresas y mercados en estas condiciones, pero sí parece ilustrativo ofrecer unos cuadros que incluyen los más importantes, con su situación en 1977 y 1982, su porcentaje de seguro de Vida y los cinco primeros grupos en esos dos años en cada país, con su correspondiente cuota de mercado.

Con esto, que ya tenéis en vuestras manos, se obtiene un panorama general que facilita el estudio global futuro de la evolución de ambos aspectos, aunque para ello serían necesarios más datos como, por ejemplo, ratios de recursos propios a recaudación, coeficientes homogeneizados de gastos de gestión internos y externos y de ingresos financieros, separando en ambos casos Seguros Generales y Seguro de Vida; distribución por ramos y otros que puedan ayudar a conocer la situación dinámica de cada mercado y de cada entidad líder. También podrían ser objeto de análisis no solamente de situación económica sino de comportamiento institucional en aspectos relacionados con la responsabilidad social, normas internas de conducta y otros similares.

Anteriormente comenté la importancia de la transparencia que permite a los Gobiernos y al público juzgar de la calidad del servicio conjunto y de cada entidad, que en gran parte se mide por el coste de la administración del servicio. El pasado Julio, en una reunión del International Insurance Seminar en Singapur, en mi grupo de trabajo, el Sr. Lamble, director de "N.R.M.A.", aseguradora australiana dedicada fundamentalmente a Automóviles, que yo desconocía en ese momento, se extrañaba del alto coste de gestión que advertía en las entidades que asistíamos a la reunión. Cuando les visité posteriormente en Sydney, advertí que su coste operativo era reducido y que operaba de un modo que parecía digno de imitación. Por eso, resulta interesante conocer varios factores de esa clase en una serie de empresas destacadas en todo el mundo, aunque cada una suele tener características muy propias y diferentes que hace difícil una comparación válida.

Con este cuadro he querido iniciar un análisis comparativo internacional que debería continuarse hasta que sea posible producir informaciones regulares, como las internas de mercado que existen hoy en Brasil y en España y que hace 15 años eran completamente desconocidas.

Algunos de los mercados nacionales, incluidos en el cuadro, responden a características de concentración, alta calidad homogénea, coste operativo reducido y sentido de responsabilidad social. Por lo que he podido observar, esto se produce de modo más aparente en los Países Nórdicos y Holanda, que son ejemplo de la sociedad industrializada del futuro, con alto nivel cívico, homogeneidad educativa y facilidad de adaptar su cultura a la era tecnológica. No estoy seguro, probablemente estoy en contra, de que el mimetismo hacia ellos sea un ideal a seguir, si así fuese, España, y probablemente Brasil, tendrían poco futuro y sinceramente confío que los dos tengamos esperanza como pueblos y que nuestros mercados de seguros alcancen un alto nivel de eficiencia. Con esto, dejo claro que esa referencia no constituye anticipo preciso de NUEVO MERCADO y NUEVA EMPRESA.

Pero aunque cada mercado sea distinto, existirán tendencias y principios comunes. Esta diversidad y unidad simultáneas es, me atrevo a decir, aunque no sea momento o foro oportuno, el gran misterio de la humanidad, en definitiva el misterio de la vida del hombre y de su relación con Dios, dentro de una teología de la historia que aún nadie ha comenzado a estudiar seriamente.

En los cuadros a que he hecho referencia, indico el nombre de las cinco primeras entidades de cada país en 1977 y 1982. En algunos mercados existe gran estabilidad, pero en otros se aprecian cambios sustanciales que reflejan ebullición, probablemente la apertura de un camino a situaciones de NUEVA EMPRESA, NUEVO MERCADO y NUEVO SEGURO que espero sea característica de los últimos años de este siglo XX que nos ha tocado vivir.

Muchas de estas entidades - no quiero entrar en comentarios individualizados - reúnen factores propios de la NUEVA EMPRESA. Unas son sociedades por acciones, otras mutuas, otras cooperativas, sin que esto implique una diferencia sustancial superior a la impronta específica que por muchas razones cada una aporta en su mercado. Algunas están vinculadas a movimientos políticos o sindicales socialistas, que gobiernan o han gobernado, y sin embargo están perfectamente integradas dentro de su mercado, que incluso se beneficia de esta circunstancia porque con ello los políticos con hostilidad teórica hacia el seguro conocen bien lo que son nuestras actividades y no son proclives a aventuras irresponsables, generalmente consecuencia de la ignorancia.

Conviene destacar la preocupación internacional de bastantes de estas empresas líderes, en unos casos reciente y en otros consecuencia de su propia trayectoria histórica, pues naturalmente quienes desde hace muchos años montaron redes internacionales de seguros conservan un puesto preeminente en sus respectivos mercados nacionales. De todos modos, los cuadros se refieren exclusivamente a la recaudación de cada entidad en su propio país y no a sus cifras globales mundiales, y esto desvirtúa la importancia de algunas entidades, pues las grandes compañías italianas, inglesas y suizas tienen una dimensión mucho mayor fuera de sus fronteras que en ellas mismas.

.../.

En otros casos, la vocación internacional es de hace algunas décadas o incluso muy reciente, si bien parece paradójico que en los Países Nórdicos cada entidad sólo opera en su propio país y no en los vecinos, salvo excepciones de poca importancia y que, en cambio, casi todas las entidades buscan una presencia destacada en mercados distantes, caso, desde hace bastantes años, de la STOREBRAND y la SKANDIA, que ahora siguen FOLKSAM y KANSA y para el que se preparan varias otras.

En Holanda se ha producido en 1980 la fusión de las entidades ENNIA y AGO, ambas entre las cinco primeras, lo que va a alterar sensiblemente la situación del mercado. También allí se ha despertado recientemente una política de expansión internacional, con inversión de sus elevados excedentes de recursos, procedentes del Seguro de Vida, y dificultad para su expansión interna. Para ello, están procediendo a la adquisición de entidades aseguradoras de otros países en concreto Estados Unidos. En España hay dos casos recientes por parte de ENNIA y AMEV y otro en Australia que incluso ha creado un problema de mercado porque no ha sido bien acogido por el Gobierno.

En su momento la historia, éxitos y fracasos, de alguna de las entidades que figuran en este cuadro, pueden ser útiles para lo que podríamos llamar grandilocuentemente "teoría de la nueva empresa de seguros" y sobre todo para un análisis realista de las posibilidades de internacionalización de las aseguradoras y grado de participación de entidades de otros países en los nuevos mercados, tendencia que no creo se generalice, salvo quizás dentro de la Comunidad Económica Europea y en el gran mercado de Estados Unidos.

Otro efecto característico de estas últimas décadas es la evolución de las grandes aseguradoras internacionales que están encontrando dificultades para el mantenimiento de sus cuotas de mercado en países distintos al suyo, por dificultades locales o simplemente por la mayor facilidad de las sociedades nacionales para atender con rapidez las nuevas necesidades de la clientela, difícil cuando las decisiones se adoptan a mucha distancia y con frecuencia por personas que desconocen cada situación específica.

Todos estos comentarios, breves y generales, podrían dar lugar a un seminario completo en una tribuna internacional, que analizase sistemáticamente estas situaciones, de posible utilidad para los que participasen y las entidades tenidas en cuenta.

VI. OBSTACULOS PARA LA NUEVA EMPRESA

He señalado características deseables para el NUEVO MERCADO y la NUEVA EMPRESA y algún caso en que se está en camino de esa situación. Donde esto no ha ocurrido parecería conveniente que cada uno analizáramos lo que podemos hacer para convertir nuestro mercado en NUEVO MERCADO y nuestra empresa en NUEVA EMPRESA, pero es obvio que todos vamos a encontrar para ello dificultades, y además es probable que si el año dos mil pudiésemos reunirnos de nuevo contempláramos una realidad muy distinta a la que os he apuntado.

En una exposición en 1971 ante el mercado español, en una reunión de la Asociación ICEA en la ciudad de Santiago de Compostela, hice unas apreciaciones de cómo iba a ser el mercado español en la década de los setenta. Once años más tarde, tuve ocasión de volver a hablar en Santiago de Compostela ante casi las mismas personas y encontré que me había equivocado de modo casi total en mis predicciones. Por ejemplo: pensaba iba a tener más proyección internacional, menos gastos generales, muchas fusiones de empresa y mayor grado de territorialización entre otros factores, y casi ha ocurrido todo lo contrario. Os lo digo para que no confiéis en mis previsiones de futuro, ni os preocupéis si mis puntos de vista no coinciden con vuestros intereses.

La situación de cada país y cada mercado es singular y como os he dicho, es muy probable algún viraje inesperado, difícil ahora de prever, que dé lugar a situaciones muy diferentes. En todo caso, aunque esto no ocurra, cada país, cada mercado y cada compañía acabará orientándose hacia derroteros en que ahora no pensamos por razones objetivas o subjetivas. Pero en todo caso, quiero expresarlo muy especialmente, no sería posible una política de concentración de empresas o de mercados si no existe presión del Gobierno a través de la Dirección General de Seguros u organismo análogo para que esto se produzca, y esto lo conocéis bien los brasileños.

Para clarificar estas observaciones, distingo los posibles obstáculos o dificultades en externas e internas.

Las dificultades externas pueden surgir:

- Por decisiones del Gobierno u orientaciones políticas que alteren lo que parece lógico; por ejemplo en lo fiscal, ya que las posibilidades "comerciales" del seguro dependen en gran parte de esto, en especial en el seguro de Vida, que no puede desarrollarse si la fiscalidad de sus productos está penalizada por el Gobierno respecto a los ofrecidos por Bancos u otros intermediarios financieros. Esta es la situación actual de España y constituye un claro obstáculo para el desarrollo del seguro de Vida.
- Por temor de los Gobiernos a la dimensión de las entidades aseguradoras y su influencia política. Ha ocurrido en muchos momentos; en Estados Unidos conoceréis la preocupación de la legislación "anti-trust" por la dimensión, que ha llevado a "descuartizar" desde el próximo primero de Enero, precisamente por este motivo, a la empresa más grande del país, la AMERICAN TELEPHONE AND TELEGRAPH. Una dimensión excesiva del seguro puede producir una reacción semejante, de la que sólo estaremos protegidos con una gran transparencia que permita ver de modo incontestable que utilizamos nuestros fondos en beneficio de nuestros clientes y, en su caso, en beneficio legítimo de nuestros accionistas.

.. / .

- Por la posible utilización de nuestras instituciones y patrimonio para fines políticos o ideológicos del Gobierno, distintos al interés de los asegurados, ya que nuestra dimensión y en especial la de empresas con alta cuota de mercado, implica una exposición especial al riesgo de intromisión de quienes ostentan el poder o influyan ideológicamente en el pueblo.

Estos tres factores son decisivos para el desarrollo del NUEVO MERCADO y de la NUEVA EMPRESA pero, como antes he indicado, si ofrecemos un alto grado de transparencia y si nos preocupamos realmente por los intereses generales del país, estoy convencido de que con mayor o menor rapidez se reconocerá al seguro la gestión autónoma necesaria para sus objetivos institucionales.

Entre las dificultades internas podría citarlas:

- Abusos de accionistas o directivos, con utilización de la empresa y su fuerza económica o su poder social para fines egoístas, incluso colectivos de la empresa, pero contrarios al interés general de los asegurados y del público. Esto se coordina con lo que ya he citado del temor de los Gobiernos a que ocurra y nos exigirá conciencia de esta posibilidad y sobre todo instrumentos institucionales para proteger los fines legítimos de la empresa, frente a los abusos de quienes la manejan.
- Presión de grupos orgánicos de empleados y trabajadores por vía sindical o directa para exigir elevación excesiva de salarios o utilización de recursos en su propio beneficio. El poder sindical, a pesar de su disminución en muchos países occidentales, puede obstaculizar en las empresas de cualquier clase las medidas convenientes para su equilibrio técnico, en especial, en las que cabe una situación de insolvencia sin dificultades de tesorería, caso del seguro.
- Presión de agentes o intermediarios con especial posición en el mercado para obtener condiciones antitécnicas que conducen al desequilibrio interno, encareciendo el coste de distribución sin beneficio para los clientes.

Si alguno de nosotros tenemos el propósito de lograr para la nuestra la calificación de NUEVA EMPRESA, considero necesario, aparte de otros aspectos que claramente se deducen de mis anteriores comentarios, el dominio pleno inmediato y frecuente de las informaciones internas con planes de control de gestión de diverso tipo, que detecten las desviaciones de cualquier clase en productividad por empleado, coste de gestión, coste de distribución, siniestralidad, velocidad de cobranza, retraso en el pago de siniestros, etc. Esto, difundido en toda la organización, constituye un instrumento básico para aumentar la penetración.

También será indispensable aumentar internamente la profesionalización del equipo humano, gerencial, técnico y comercial. Esto es además de gran utilidad para difundir la "cultura empresarial" y la adhesión y respeto de todos los colaboradores de la empresa.

Una política de crecimiento que aumente la penetración, puede lograrse por tres caminos, que cada entidad elegirá según sus circunstancias:

- Uno lento, pero seguro y efectivo, el crecimiento interno con presión comercial permanente y simultánea en todas las áreas geográficas y todos los productos. Este ha sido el que MAPFRE ha utilizado.
- Otro rápido, con problemas pero en muchos casos el único posible, la fusión o adquisición de otras empresas, a ser posible complementarias, especialmente eficaz en situaciones de crisis o dificultades generales de mercado, que además palia los problemas que produce la desaparición de entidades.
- Otro contractual, la coordinación de entidades autónomas, para convertirlas en verdaderas unidades operativas sin fusiones complicadas y arriesgadas, pero de modo que se garantice la estabilidad de la mecánica de agrupación.

Con independencia de los anteriores, quiero añadir tres aspectos de mercado que pueden influir en la creación de una gran institución colectiva aseguradora nacional, y en cierto modo, a la formación de entidades aseguradoras con dimensión suficiente para competir en el concierto internacional, factor que implícita o explícitamente interesa a todos los mercados aseguradores.

- Aprovechamiento de la gran oportunidad que el seguro de Vida puede encontrar en los próximos años, como la tuvo en los países anglosajones en el siglo pasado, ante la preocupación de muchos Gobiernos por la imposibilidad de cumplir las promesas de pensiones y prestaciones de retiro que parecen indispensables para el equilibrio social. Esto va a obligar a cada persona a preocuparse con esfuerzo y sacrificio de su previsión, financiación de su vejez, retiro y protección familiar en caso de muerte, olvidando fórmulas mágicas gratuitas, pero ha de exigir a los aseguradores de Vida también mucho esfuerzo y sacrificio para ofrecer fórmulas que lo hagan posible. Si sabemos aprovechar esta circunstancia y competir en costes con las alternativas privadas que igualmente han de surgir, el seguro de Vida y en consecuencia todo el seguro, dará un salto trascendente de dimensión.

.. / .

- Desarrollo del seguro de Automóviles, no sólo como cobertura que se otorga excepcionalmente a los buenos asegurados, sino como un seguro de gran dimensión que admite fórmulas de gestión masiva y servicio efectivo a los clientes. El ramo de Automóviles debe constituir el área más importante del seguro en los países con desarrollo limitado del seguro de Vida, y pocos aseguradores conseguirán una verdadera posición preeminente sin tener en él una presencia destacada. Por eso y por razones de protección social a damnificados, es importante la obligatoriedad del seguro de Automóviles que aumenta la dimensión global del mercado y promueve la relación directa y frecuente con los clientes. En España el ramo de Automóviles representa el 32% de las primas. En MAPFRE (excluyendo Accidentes de Trabajo que tiene un estatuto aparte) es superior al 50%, lo que creemos factor positivo para nuestro desarrollo.
- Posibilidad de que la iniciativa privada, participe con fórmulas especiales que garanticen la finalidad social, como en España y Chile, en la gestión del seguro de Accidentes de Trabajo, incluido en muchos países dentro de la cobertura global de la Seguridad Social. Para que esto se consiga, será preciso que la empresa industrial moderna tenga conciencia de la importancia de los servicios de prevención, reparación y rehabilitación de los accidentes de trabajo, y de que hasta ahora esto sólo se ha logrado de modo eficiente a través de instituciones autónomas especializadas en esta actividad. Así se ha reconocido en España y nuestro sistema de seguro de Accidentes de Trabajo constituye un ejemplo interesante. Esta hipótesis de participación de los aseguradores en este riesgo, que se habría considerado utópica hace pocos años, puede ser realista en este momento por las ventajas de especializar esta cobertura para que simultáneamente promueva servicios de prevención y rehabilitación, ya que si está anónimamente incluida dentro de un gran complejo exclusivamente sanitario, será incapaz de atender de modo integral y coordinado las necesidades de protección del hombre en su actividad laboral y mucho menos adaptarse a las necesidades específicas de cada empresa o área empresarial. Un ejemplo de esta situación es que MAPFRE MUTUA PATRONAL tiene más de setenta técnicos o ingenieros de seguridad y diez laboratorios de Higiene Industrial al servicio de su clientela, 700.000 trabajadores, un doce por ciento aproximadamente de la industria privada nacional.

VII. COMENTARIOS FINALES

He llegado al fin de mis comentarios y opiniones sobre la NUEVA EMPRESA DE SEGUROS. Me siento con título para ello, pues aunque muchos lo hayan creído, no soy un teórico que presenta panoramas y propuestas válidas teóricamente pero sin viabilidad práctica. Lo que os he expuesto es consecuencia de una larga vida de trabajo, que me ha demostrado que la actitud empresarial que os he descrito facilita el éxito, como el de MAPFRE, entidad que en 1955 estaba a punto de desaparecer, con pérdidas acumuladas superiores a su volumen anual de primas, y se ha transformado en un gran conjunto patrimonial y económico - al menos para la dimensión de España - y que me atrevo a calificar de aceptable "alevín" o aprendiz de NUEVA EMPRESA, incluso con fuerza para una singladura internacional, casi única en la España actual.

En 1955 me incorporé a MAPFRE con el objetivo muy limitado de lograr su supervivencia. Desde entonces:

- No se ha recibido ninguna aportación externa de recursos, salvo en 1981 para crear la CORPORACION MAPFRE y esto porque era conveniente la adquisición de activos ajenos al seguro. En todo caso, el importe de esta participación exterior es aproximadamente el veinte por ciento del beneficio que esperamos obtener en 1983. Estos accionistas exteriores son PRUDENTIAL RE, CAJA DE AHORROS Y MONTE DE PIEDAD DE MADRID y SOCIETE ANONYME FRANÇAISE DE REASSURANCES.
- No hemos tenido amigos influyentes y siempre hemos estado distantes de cualquier Gobierno o corriente de poder y, por supuesto, núcleo financiero.
- No hemos lesionado a nadie, al menos conscientemente.
- No hemos faltado a nuestra palabra.
- Siempre hemos dado ejemplo, ampliamente reconocido, de cumplimiento estricto de obligaciones legales y fiscales.

Por eso puedo decir no sólo que la NUEVA EMPRESA se debe hacer, como parte de la responsabilidad profesional de los aseguradores, sino que además se puede hacer, cada una con sus características propias y metas distintas, puesto que la gran consecuencia del mundo mágico de la libertad es que el hombre libre sabe y puede impulsar sus instituciones con soluciones muy diferentes dentro de un mismo objetivo de servicio eficaz.

No quiero cansaros ahora explicando lo que ha sido MAPFRE. La SOCIEDADE BRASILEIRA DE CIENCIAS DO SEGURO pondrá a disposición de todo el que lo pida un ejemplar de una conferencia que pronuncié hace unos meses en Buenos Aires, en la que expresé más ampliamente los factores que nos han llevado a

.../.

ocupar un lugar preeminente en el seguro de nuestro país. También con mucho gusto enviaré desde Madrid a cada empresa o firma de profesionales que lo desee un ejemplar del libro publicado por MAPFRE con motivo de su cincuentenario, en que de modo claro se reflejan nuestra historia, nuestras dificultades y nuestras circunstancias. Al mismo tiempo os enviaré un ejemplar de la revista "MAPFRE SEGURIDAD" con un boletín de "suscripción gratuita" para los que muestren causa justificada de interés. Con esta información, cada uno podréis obtener vuestras conclusiones y ver en qué se parece lo que os he dicho a lo que hemos hecho y en qué se parece lo que os he dicho y hemos hecho a lo que vosotros estáis haciendo o pensáis hacer en el futuro.

En cualquier caso, quiero reiterar, que la aplicación de principios éticos y de responsabilidad social no es un lastre o rémora para las empresas, sino precisamente lo contrario. Desde 1955 a 1982, MAPFRE ha aumentado constantemente su cuota de mercado, que ha pasado en el área de Accidentes de Trabajo del 2% al 12,5% y en el área de Seguros Generales del 0,30% al 4,2%. En 1982, nuestro incremento de operaciones en Seguros Generales fue sólo del 14% como consecuencia de un cambio de criterios contables; en 1981 había sido del 28% y en 1983, con una inflación en España del 12% y un probable incremento promedio del mercado del 14%, esperamos que el nuestro exceda del 28% como resultado de un esfuerzo tenaz y continuado de organización territorial y nuevos productos. De ese modo, estimo que nuestra cuota de mercado en 1983 se acercará al 13% en Accidentes de Trabajo y alcanzará el 4,5 en Seguros Generales.

Además, esperamos una cifra elevada de beneficio, como en 1981 y 1982, y también que nuestros reaseguradores tengan un beneficio importante, hecho realmente anormal en nuestro mercado, que tendrá en 1983 probablemente uno de los peores años de su historia, al menos en ramos distintos a Automóviles, por haber sufrido el mayor siniestro de Transportes, unos setenta millones de dólares, las inundaciones del País Vasco y algún otro hecho de naturaleza anormal que han desviado el ejercicio muy sustancialmente.

Para acabar quiero deciros que en nuestra dinámica de crecimiento estamos iniciando un período de reorganización profunda, que vamos a denominar SISTEMA MAPFRE 85, del que en los próximos meses daremos amplia cuenta, ya que deseamos continuar una política de transparencia absoluta de nuestras decisiones y razones que las justifican. Nos gusta decir que MAPFRE no tiene llaves y todo el mundo de fuera o dentro puede conocer todo y a veces le obligamos a ello. Aunque el SISTEMA MAPFRE 85 no se implantará hasta ese año, y en su mayor parte será elaborado en los próximos meses, quiero anticipar dos aspectos importantes que tendrán amplia repercusión.

a) Una pieza importante de nuestra estructura y de nuestra política será el "INSTITUTO TECNOLÓGICO DE SEGURIDAD MAPFRE" (ITSEMAP), situado en las afueras de la ciudad de Avila, que inauguramos el 20 de Mayo pasado con motivo de nuestro cincuentenario, con una inversión superior a cuatrocientos millones de pesetas. Este es un proyecto muy ambicioso, que nos hemos comprometido a poner en marcha sin ayuda ajena, con nuestro propio esfuerzo y, en definitiva, con parte de nuestro propio beneficio. Para dotar a este Instituto he propuesto, y aunque aún no hay decisión definitiva pienso que se aceptará, unas aportaciones a la FUNDACION MAPFRE, propietaria de ITSEMAP, proporcionales a los ingresos de MAPFRE, que si se hubiese aplicado en 1983 habría representado más de un millón doscientos mil dólares y lógicamente aumentarán regularmente en un 25% anual, de modo paralelo a nuestra recaudación. Estas aportaciones se incorporarán al capital de la FUNDACION MAPFRE, que habrá de alcanzar en 1990 un volumen de recursos propios que le producirán ingresos anuales superiores a un millón de dólares, que dedicará a financiar actuaciones de seguridad y protección, principalmente a través de ITSEMAP. Esta entidad tendrá, por otra parte, ingresos propios por los servicios remunerados que ofrezca, hasta alcanzar paulatinamente un alto grado de autofinanciación y en conjunto al fin de esta década tendrá un volumen de gastos por sus servicios superior a unos tres millones de dólares anuales.

ITSEMAP cuenta inicialmente con instalaciones en Avila para tres áreas diferenciadas:

- El CENTRO TECNOLÓGICO DEL FUEGO, cuyos objetivos principales son la de los medios de protección, la realización de análisis y ensayos de comportamiento ante el fuego de los materiales constructivos y la formación profesional de técnicos en el campo de la seguridad contra incendios.

Dentro de su modestia inicial, aspira a seguir muy lentamente los pasos de lo que la FACTORY MUTUAL ha logrado en 150 años en Estados Unidos. En todo caso, sus instalaciones son comparables a otras que existen en Europa, casi todas propiedad de gobiernos o instituciones públicas.

- El CENTRO DE EXPERIMENTACION Y SEGURIDAD VIAL, en el que se desarrollan actividades de investigación de nuevos métodos de reparación de automóviles y de las causas de accidentes de tráfico, formación de peritos y profesionales de la reparación de vehículos, estudio y análisis de los métodos de reparación y campañas de diagnóstico u de divulgación para la mejora de la seguridad en el tráfico viario. Sus instalaciones y proyectos son más modestos, pero aceptablemente comparables a los Centros que, con el mismo objeto han creado el conjunto del seguro inglés en Thatcham, la gran compañía Allianz en Alemania, las compañías Folksam y Skandia-Hansa en Suecia y el conjunto del mercado asegurador en Finlandia.

.../.

- El CENTRO DE HIGIENE AMBIENTAL, que, coordinado con la red de laboratorios de Higiene Industrial de MAPFRE MUTUA PATRONAL, se dedica a la evaluación, control y asesoramiento en el campo de la contaminación ambiental, y ha de ser un instrumento eficaz para una acción institucional y mejora de nuestro medio ambiente. Por su naturaleza, prácticamente sin antecedentes en Europa, su puesta en marcha será más lenta pero iniciará su acción efectiva en 1984, lo que no es mucho teniendo en cuenta que decidimos su creación en Septiembre de 1982.

Con independencia de las anteriores actividades, la FUNDACION MAPFRE patrocina otras en las áreas de protección y seguridad en el trabajo, que con las anteriores se recogen en la revista "MAPFRE SEGURIDAD" a que antes he hecho referencia.

Toda esta actuación es consecuencia del sentido de responsabilidad social que creemos es indispensable en las empresas líderes de un mercado y que MAPFRE ejerce a través de la FUNDACION MAPFRE. También, por qué no decirlo, porque pensamos que a la larga se nos abrirán oportunidades empresariales. Confío en que los servicios de varias de estas áreas se extiendan a toda la América no sajona pues deseamos colaborar en la promoción de servicios e instalaciones de seguridad y prevención, en beneficio del pueblo en general y de la actividad industrial en particular. Mucho me gustaría que esto tuviese lugar en algún momento en esta gran ciudad de Sao Paulo, quizás el mayor centro industrial de esa América a que me he referido.

b) Otra pieza "clave" de nuestro conjunto será la CORPORACION MAPFRE, gran sociedad anónima con más de 3.400 millones de pesetas (unos veintitres millones de dólares) de recursos propios que va a operar directamente en reaseguro. Hace dos años la creamos como puro "holding" para agrupar nuestra cartera de participaciones en empresas con el nombre MAPFRE, pero ahora hemos querido dotarla de una actividad directa de reaseguro y un carácter eminentemente internacional. Esto constituye un plan ambicioso, pues esperamos ampliar muy sustancialmente su capital y fondos propios hasta alcanzar en 1986 unos 10.000 millones de pesetas (65 millones de dólares) lo que nos permitirá dotarla de participaciones minoritarias en aseguradoras con que tengamos una especial vinculación de amistad o de servicio.

Los dos primeros pasos de este cambio, que fue aprobado en la reunión del Consejo de la Mutualidad de 7 de Octubre de 1983, han sido la próxima apertura de una sucursal en la ciudad de México, para lo que vamos a incorporar a un importante ejecutivo del reaseguro de aquel país, y la participación reducida en el capital de la única empresa de seguros que se ha creado en Macao, promovida por nuestros buenos amigos aseguradores y banqueros portugueses, junto con los principales comerciantes de aquella colonia, y en la que MAPFRE es el único accionista ajeno al ámbito portugués.

La nueva CORPORACION MAPFRE, con su actividad reaseguradora, constituye un reto importante para todo el equipo MAPFRE, precisamente cuando el reaseguro mundial sufre una profunda crisis, que puede ser un momento oportuno porque sólo en las crisis se puede partir de cero y encontrar huecos abandonados por quienes no han soportado las dificultades. Sin duda, ésta es una manifestación con estructura "capitalista", de la responsabilidad social que debemos tener los aseguradores para extender nuestros servicios más allá de nuestras fronteras y contribuir en lo posible a la mejora económica general.

Termino ya manifestando mi profundo agradecimiento por haber venido y haberme escuchado en una lengua que no es la vuestra. Para mí es siempre una satisfacción muy grande encontrarme con los aseguradores del gran pueblo brasileño, en que he logrado tantos amigos que me hacen sentirme como en mi propia casa.

Muchas gracias y hasta muy pronto.

IHL/eb
Noviembre 1983

CINCO PRIMEROS GRUPOS ASEGURADORES
(Por orden de importancia)

PAIS	1977		1982		
		CUOTA MERCADO		CUOTA MERCADO	
ALEMANIA	ALLIANZ	15,0	ALLIANZ	14,5	
	VOLKSFURSORGE	3,9	COLONIA	3,6	
	COLONIA	3,8	VOLKSFURSORGE	3,5	
	GERLING-KONZERN	3,6	GERLING-KONZERN	3,4	
	RAIFFEISEN	2,8	RAIFFEISEN	3,2	
	TOTAL CINCO PRIMEROS	29,1	TOTAL CINCO PRIMEROS	28,2	
ARGENTINA	CAJA NACIONAL A.Y SEG	8,9	CAJA NACIONAL A Y SEG.	10,6	
	GRUPO JUNCAL	3,6	GRUPO JUNCAL	5,1	
	RUTA	3,2	GRUPO LENG ROBERTS	3,5	
	GRUPO CABILDO	2,7	SAN CRISTOBAL	3,1	
	GRUPO LENG ROBERTS	2,2	LA MERIDIONAL	3,0	
	TOTAL CINCO PRIMEROS	20,6	TOTAL CINCO PRIMEROS	25,3	
AUSTRALIA	GOVERNMENT INS. OF.	21,5	GOVERNMENT INS. OF.	23,3	
	AUSTRALIAN MUTUAL P.S	12,4	AUSTRALIAN MUTUAL P.S.	12,8	
	NATIONAL MUTUAL	5,4	NATIONAL MUTUAL	6,2	
	MUTUAL LIFE & CITIZEN	4,4	MUTUAL LIFE & CITIZENS	3,4	
	NRMA INS. LTD.	2,9	NRMA INS. LTD.	3,3	
	TOTAL CINCO PRIMEROS	46,6	TOTAL CINCO PRIMEROS	49,0	
AUSTRIA	WIENER STAEDTISCHE	N.A.	WIENER STAEDTISCHE	14,0	
	BUNDESLAENDER	N.A.	BUNDESLAENDER	13,5	
	ERSTE ALLGEMEINE	N.A.	ERSTE ALLGEMEINE	9,1	
	WIENER ALLIANZ	N.A.	WIENER ALLIANZ	7,8	
	INTERUNFALL (R.A.S.)	N.A.	INTERUNFALL (R.A.S.)	5,0	
	TOTAL CINCO PRIMEROS	N.A.	TOTAL CINCO PRIMEROS	20,5	
BELGICA	GROUPE A.G.	19,4	GROUPE A.G.	19,5	
	GROUPE ROYALE BELGE	15,5	GROUPE ROYALE BELGE	17,5	
	GROUPE ASSUBEL	6,3	GROUPE ASSUBEL	7,8	
	BOERENBOND	5,6	BOERENBOND	6,1	
	URBAINE U.A.P.	2,9	S.M.A.P.	4,6	
	TOTAL CINCO PRIMEROS	49,7	TOTAL CINCO PRIMEROS	55,5	
BRASIL	SUL AMERICA	12,1	ATLANTICA-BRADESCO	15,2	
	ATLANTICA-BRADESCO	12,0	SUL AMERICA	14,9	
	ITAU	5,2	ITAU	6,8	
	INTERNACIONAL	4,2	NACIONAL	4,1	
	NACIONAL	4,0	INTERNACIONAL	3,8	
	TOTAL CINCO PRIMEROS	37,5	TOTAL CINCO PRIMEROS	40,3	
CANADA	VIDA	LONDON LIFE	8,4	GREAT WEST	10,6
		MUTUAL LIFE	6,9	LONDON LIFE	6,8
		GREAT WEST	6,2	SUN LIFE	6,6
		CONFEDERATION LIFE	5,4	CONFEDERATION LIFE	3,7
		PRUDENTIAL OF AMERICA	3,9	PRUDENTIAL OF AMERICA	2,9
	TOTAL CINCO PRIMEROS	30,8	TOTAL CINCO PRIMEROS	30,6	
	NO VIDA	ROYAL INSURANCE	8,5	ROYAL INSURANCE	4,2
		LLOYDS LONDON	3,8	THE COOPERATORS	4,0
		COMMERCIAL UNION	3,2	LLOYDS NON MARINE	3,4
		TRAVELLERS GROUP	2,8	COMMERCIAL UNION	2,6
ALLSTATE OF CANADA		2,4	ALLSTATE OF CANADA	2,4	
TOTAL CINCO PRIMEROS	20,7	TOTAL CINCO PRIMEROS	16,6		
COLOMBIA	COL SEGUROS	16,3	COL SEGUROS	13,5	
	SURAMERICANA	10,1	SURAMERICANA	9,5	
	BOLIVAR	8,2	BOLIVAR	9,0	
	LA NACIONAL	8,0	LA NACIONAL	8,2	
	GRAN COLOMBIANA	6,7	GRAN COLOMBIANA	7,5	
	TOTAL CINCO PRIMEROS	49,3	TOTAL CINCO PRIMEROS	47,7	

.../.

PAIS	1977		1982		
		CUOTA MERCADO		CUOTA MERCADO	
CHILE	ISE	20,9	CONSORCIO	27,1	
	CONSORCIO	12,0	AETNA BANCHILE	12,2	
	CRUZ DEL SUR	6,2	ISE	11,6	
	CHILENA CONSOLIDADA	6,1	B H C	9,5	
	BHC	4,6	CHILENA CONSOLIDADA	7,0	
	TOTAL CINCO PRIMEROS	49,8	TOTAL CINCO PRIMEROS	67,4	
DINAMARCA	HAFNIA	17,3	BALTICA	20,2	
	BALTICA	16,8	HAFNIA	15,2	
	STATSANSTALTEN	14,0	TOPSIKRING	11,3	
	NYE DANSKE LLOYD	8,6	TRYGG	7,6	
	CODAN	6,7	STATSANSTALTEN	7,6	
	TOTAL CINCO PRIMEROS	63,4	TOTAL CINCO PRIMEROS	61,8	
ESPAÑA	UNION Y FENIX ESPAÑOL	5,2	UNION Y FENIX ESPAÑOL	5,1	
	MAPPRE	3,4	MAPPRE	4,2	
	CATALANA/OCCIDENTE	3,1	CATALANA/OCCIDENTE	3,2	
	MUTUA MADRILEÑA AUTOM	2,8	MUTUA MADRILEÑA AUTOM.	2,8	
	SANJURJO	2,7	SANJURJO	2,4	
	TOTAL CINCO PRIMEROS	17,2	TOTAL CINCO PRIMEROS	12,7	
ESTADOS UNIDOS	PRUDENTIAL OF AMERICA	4,8	PRUDENTIAL OF AMERICA	4,5	
	STATE FARM	4,0	STATE FARM	4,2	
	AETNA LIFE & CASUALTY	3,9	AETNA LIFE & CASUALTY	3,9	
	METROPOLITAN	3,8	TRAVELERS	3,7	
	TRAVELERS	3,5	CIGNA	3,4	
	TOTAL CINCO PRIMEROS	20,0	TOTAL CINCO PRIMEROS	19,7	
FINLANDIA	POHJOLA INS. CO.	26,2	POHJOLA INS. CO.	27,2	
	SAMPO MUTUAL I. CO.	21,0	SAMPO MUTUAL INSUR.CO.	19,6	
	INDUSTRIAL INSURANCE	13,9	AURA GENERAL	14,1	
	AURA GENERAL	13,6	INDUSTRIAL INSURANCE	13,4	
	KANSA GENERAL	6,9	KANSA GENERAL	7,6	
	TOTAL CINCO PRIMEROS	81,6	TOTAL CINCO PRIMEROS	81,9	
FRANCIA	UNION ASS. DE PARIS	13,4	UNION ASS. DE PARIS	12,5	
	ASSURANCES G. FRANCE	8,3	ASSURANCES G. FRANCE	7,8	
	GROUPE ASS.NATIONALE	6,6	GROUPE ASS. NATIONALE	7,3	
	MUTUELLE GENERALE FR.	4,1	MUTUELLE GENERALE FRANCE	4,3	
	PRESERVATRICE FONCIER	3,5	PRESERVATRICE FONCIERE	2,9	
	TOTAL CINCO PRIMEROS	35,9	TOTAL CINCO PRIMEROS	34,8	
GRAN BRETAÑA	PRUDENTIAL	10,3	PRUDENTIAL	6,2	
	ROYAL	5,6	ROYAL	5,0	
	COMMERCIAL UNION	5,2	COMMERCIAL UNION	4,3	
	GENERAL ACCIDENTS	5,0	GENERAL ACCIDENTS	4,2	
	SUN ALLIANCE	4,6	SUN ALLIANCE	3,6	
	TOTAL CINCO PRIMEROS	30,7	TOTAL CINCO PRIMEROS	23,3	
HOLANDA	NATIONALE NEDERLANDEN	16,0	NATIONALE NEDERLANDEN	15,0	
	ENNIA	8,1	DELTA LLOYD	6,8	
	DELTA LLOYD	7,6	ENNIA	5,9	
	AMEV	6,3	AMEV	5,9	
	AGO	5,2	AGO	5,5	
	TOTAL CINCO PRIMEROS	43,2	TOTAL CINCO PRIMEROS	39,1	
ITALIA	ASSICURAZIONI GENERAL	19,9	ASSICURAZIONI GENERALI	19,0	
	R.A.S.	14,3	ASSITALIA-INA	10,8	
	ASSITALIA-INA	12,9	R.A.S.	10,0	
	S A I	7,7	S A I	7,8	
	TURCO	3,5	FONDIARIA	3,8	
	TOTAL CINCO PRIMEROS	58,3	TOTAL CINCO PRIMEROS	51,2	
JAPON	VIDA	NIPPON LIFE	21,0	NIPPON LIFE	21,4
		DAIICHI	13,9	DAIICHI	14,0
		SUMITOMO	12,5	SUMITOMO	13,2
		MELJI	10,2	MELJI	9,6
		ASAHI	7,2	ASAHI	6,7
		TOTAL CINCO PRIMEROS	64,8	TOTAL CINCO PRIMEROS	64,7
	NO VIDA	TOKYO	15,5	TOKYO	17,1
		YASUDA	12,1	YASUDA	12,1
		TAISHO	8,0	TAISHO	8,6
		SUMITOMO	6,1	SUMITOMO	6,6
NIPPON FIRE		6,0	NIPPON FIRE	6,0	
	TOTAL CINCO PRIMEROS	47,7	TOTAL CINCO PRIMEROS	50,4	

.. / .

P A I S	1977		1982		
		CUOTA MERCADO		CUOTA MERCADO	
MEXICO	MEXICANA-HIDALGO	16,8	MEXICANA-HIDALGO	20,3	
	GRUPO NACIONAL PROV.	13,6	GRUPO NACIONAL PROV.	14,8	
	BANAMEX	11,7	BANAMEX	11,9	
	COMERCIAL	11,3	BANCOMER	11,1	
	MONTERREY	11,1	COMERCIAL	9,8	
	TOTAL CINCO PRIMEROS	64,5	TOTAL CINCO PRIMEROS	67,9	
NORUEGA	HORSKE FOLK	28,2	NORSKE FOLK	23,3	
	NKP LIFE	15,1	STOREBRAND	18,2	
	KLP LIFE	10,6	KLP LIFE	14,0	
	STOREBRAND	9,9	NKP LIFE	10,0	
	VESTA	8,5	VESTA	7,7	
	TOTAL CINCO PRIMEROS	72,3	TOTAL CINCO PRIMEROS	73,2	
NUEVA ZELANDA	VIDA	A M P	20,1	A M P	27,2
		NATIONAL MUTUAL LIFE	15,2	NATIONAL MUTUA LIFE	14,4
		G L O	14,6	G L O	11,1
		C M L	8,3	C M L	7,1
		M L C	5,9	T & G	5,4
	TOTAL CINCO PRIMEROS	64,1	TOTAL CINCO PRIMEROS	65,2	
	NO VIDA	STATE INSURANCE OFF.	18,8	STATE INSURANCE OFF.	17,0
		NEW ZEALAND INS.CO.	9,1	NEW ZEALAND INS. CO.	8,2
		SOUTH BRITISH INS.CO.	6,3	SOUTH BRITISH INS. CO.	7,2
		COMMERCIAL UNION	5,6	COMMERCIAL UNION	5,5
AA MUTUAL INS. CO.		5,2	AA MUTUAL INS. CO.	3,8	
TOTAL CINCO PRIMEROS	45,0	TOTAL CINCO PRIMEROS	41,7		
PORTUGAL	IMPERIO	13,6	IMPERIO	16,1	
	MUNDIAL CONFIANCA	12,2	FIDELIDADE	12,6	
	TRANQUILIDADE	8,5	MUNDIAL CONFIANCA	12,5	
	GRUPO MSA	5,3	TRANQUILIDADE	10,9	
	COMERCIO E INDUSTRIA	4,2	BOANCA	9,5	
	TOTAL CINCO PRIMEROS	43,8	TOTAL CINCO PRIMEROS	61,6	
SUECIA	FOLKSAM	30,9	FOLKSAM	28,5	
	SKANDIA	21,2	SKANDIA	20,5	
	TRYGG HANSA	16,2	TRYGG HANSA	16,6	
	LANSFORSAKRINGAR	6,0	LANSFORSAKRINGAR	5,0	
	VEGETE	2,9	VEGETE	2,9	
	TOTAL CINCO PRIMEROS	77,2	TOTAL CINCO PRIMEROS	73,5	
VENEZUELA	CARACAS	13,0	SEGURIDAD-CARABOBO	14,4	
	LA SEGURIDAD	11,0	CARACAS	12,4	
	LA PREVISORA	8,2	METROPOLITANA-ANDES-CAT.	10,1	
	ORINOCO	6,6	GENERAL-PAZ-S.PAUL-CONS.	6,5	
	GENERAL	3,8	VENEZUELA-AMERICAN-INT.	5,6	
	TOTAL CINCO PRIMEROS	42,6	TOTAL CINCO PRIMEROS	49,0	

NOTAS

* No se han podido obtener datos de cuota de mercado de los cinco primeros grupos aseguradores de AUSTRIA en 1977. En BRASIL tampoco se ha obtenido este dato, aunque se conoce y se ha incorporado el de 1975.

* Las peculiaridades de los mercados de seguros de CANADA, JAPON y NUEVA ZELANDA con separación absoluta de los sectores de Vida y no Vida, trabajados por entidades completamente diferentes, han aconsejado presentar en estos países los datos diferenciados por ambos sectores operativos.

* Los datos de mercado de SUECIA incluyen las primas correspondientes a los "lavour market insurance schemes" que representan un gran volumen dentro de los ingresos del Grupo FOLKSAM. No se han podido obtener datos de 1977 y 1982 excluidos estos ingresos. Para 1981 la clasificación de las principales entidades del mercado sueco excluidas las primas de los "lavour market insurance schemes" era la siguiente:

SKANDIA	28,5
TRYGG HANSA	22,0
FOLKSAM	17,0
LANSFORSAKRINGAR ...	10,6
VEGETE	4,5

DATOS SIGNIFICATIVOS MERCADOS ASEGURADORES

PAISES	PRIMAS MERCADO (TODOS RAMOS) (Millones dólares USA)		% PRIMAS VIDA	
	1977	1982	1977	1982
	ALEMANIA	23.334	32.007	43,9
ARGENTINA	916	744	4,1	5,0
AUSTRALIA	4.908	7.094	36,8	36,4
AUSTRIA	1.975	2.827	21,8	24,5
BELGICA	3.303	3.425	30,3	30,1
BRASIL	1.540	1.778	14,9	17,1
CANADA	9.148	14.385	42,0	44,0
COLOMBIA	216	459	24,1	24,6
CHILE	93	125	12,9	53,4
DINAMARCA	1.276	1.680	53,6	36,0
ESPAÑA	1.850	3.145	13,3	12,8
EE.UU. (USA)	144.716	240.135	50,0	56,3
FINLANDIA	702	948	14,8	13,6
FRANCIA	16.377	23.758	22,8	28,0
GRAN BRETAÑA	12.353	22.590	60,9	65,4
HOLANDA	6.337	8.465	38,2	37,4
ITALIA	4.763	7.407	16,7	12,3
JAPON	27.600	51.157	83,8	86,2
MEXICO	648	872	30,2	25,5
NORUEGA	5.526	8.633	83,0	77,2
N. ZELANDA	599	719	53,2	46,9
PORTUGAL	386	555	8,4	8,3
SUECIA	3.237	3.339	49,8	47,1
VENEZUELA	694	1.518	21,4	8,1

NOTAS

- * Los datos de este y el siguiente cuadro han sido obtenidos en un corto plazo de tiempo y en base a informaciones proporcionadas por compañías aseguradoras de los distintos países, no pudiendo garantizarse que no exista algún error inadvertido.
- * En BRASIL no se incluyen cifras de la "Previdencia Privada".
- * Todos los datos corresponden en principio a primas de seguro directo por negocio doméstico. Sin embargo, en el caso de FRANCIA, las primas incluyen también el reaseguro aceptado.
- * En ESPAÑA no se han incluido cifras de seguro de accidentes de trabajo que, aunque se trabaja por algunas empresas mutuas privadas como MAPFRE, se considera excluido del mercado de seguros y sujeto a la legislación de Seguridad Social estatal.
- * Los datos de SUECIA incluyen los denominados "labour market insurance schemes" que cubren los supuestos de enfermedad y accidentes de los trabajadores en virtud de acuerdo entre los Sindicatos y la Confederación de Empresarios suecos. No ha sido posible obtener datos excluidas estas posibles operaciones que en 1981 representaban el 32% de las primas totales del mercado.
- * En CHILE debe destacarse el fuerte aumento de la participación del seguro de Vida en el total de primas del mercado debido a la implantación de los nuevos sistemas de pensiones.
- * En VENEZUELA las fuentes consultadas ofrecen un cambio estable para el bolívar, de 4,2925 bolívares por cada dólar USA desde 1976. Debe recordarse sin embargo que en 1983 se ha producido una fuerte devaluación del bolívar cuyos efectos no figuran obviamente recogidos en el cuadro.

"ESTRATEGIA DE CRECIMIENTO DE UN GRUPO ASEGURADOR"

Por Ignacio Hernando de Larramendi
Consejero-Delegado de MAPFRE

Buenos Aires - 13 Julio 1983

Me satisface presentarme en esta tribuna tan representativa del seguro argentino y ante tan distinguidos colegas. Muchas gracias por haberme ofrecido la ocasión de tratar un tema que, aún siendo subjetivo, considero interesante para los colegas aseguradores. Durante veintisiete años las empresas que dirijo han mantenido regularmente un ritmo superior de crecimiento al de nuestro mercado, por generación interna, sin adquisiciones ni fusiones. Explicar las razones que han llevado a ello puede ser útil no sólo para nuestra actividad aseguradora sino para toda el área general de "administración de empresas", pues la experiencia es aplicable en su mayor parte cualquier sector.

El crecimiento es un objetivo básico en la vida empresarial. Si falta, la empresa comienza su declive; si no es suficiente para una dimensión que permita liderazgo, la empresa no habrá alcanzado su verdadero objetivo existencial. Sólo en casos excepcionales una empresa plantea limitaciones a su crecimiento, generalmente por subordinación a intereses diferentes, de su propietario individual o del grupo a que pertenece; en ocasiones porque, aún con forma de empresa autónoma, es en realidad un servicio subordinado a un fin exterior. El crecimiento es símbolo de éxito empresarial, naturalmente si es estable, se acompaña de patrimonio con solvencia apropiada a su dimensión y riesgos y se obtiene con alto grado de autofinanciación; o sea, si es producto del propio esfuerzo interno, sin apoyos financieros o de otra clase del exterior que encubran su naturaleza real.

El crecimiento "sano" no debilita la base patrimonial de la empresa y le permite alcanzar una dimensión para influir y cotas destacadas, no sólo importantes para la vanidad de los gerentes -¿y quién de nosotros no la tiene?- sino para la mejor permanencia en un área o sector económico.

Por otra parte, el crecimiento permite llegar a lo que yo llamo "dimensión institucional", en que la empresa trasciende de su área sectorial y se convierte en pieza sustancial del conjunto económico social, por su dimensión patrimonial o por su mecenazgo en alguna zona de interés público.

Al hablar de crecimiento debemos preguntarnos por qué o para qué. En unos casos domina la ambición económica de quienes lo promueven, que ven en el crecimiento equilibrado y autofinanciado la posibilidad de

enriquecerse y crear un patrimonio personal o familiar. En realidad, pocas veces es éste el motor principal de las empresas destacadas. Con más frecuencia existe un ansia de acción, de creación de algo trascendente, deseo de superación y desafío frente a los obstáculos; en el fondo, uso máximo de los talentos de que Dios ha dotado a los hombres y de que nos habla el Evangelio. Las dos motivaciones están con frecuencia unidas, lo que explica las grandes fundaciones y donativos institucionales de quienes han dedicado su vida a una obra aparentemente egoísta.

Es importante la diferencia entre crecimiento y ranking, lugar que se ocupa entre los competidores. El crecimiento es un medio para el ranking, pero, si es el único, indica el predominio de la envidia sobre razones de interés empresarial legítimo. El "crecimiento por ranking", aún comprensible dentro de las debilidades de la naturaleza humana, es un crecimiento "tarado", que conduce a errores y sobre todo al sacrificio de la calidad, o que perjudica el equilibrio patrimonial, y es, por lo tanto, intrínsecamente efímero.

La política de empresa comprende el conjunto de criterios de actuación, de acuerdo con los principios generales de la empresa y normalmente se discute con los directivos y se da a conocer a amplias capas de empleados y colaboradores e incluso al público, para obligarse a seguirla. La política de empresa es con frecuencia lo único que se escribe y difunde y puede ser una mezcla de principios básicos, objetivos específicos y estrategia a diferentes niveles, aunque raramente incluye aspectos tácticos.

La estrategia es la línea de actuación que tiene por objeto conducir a la empresa a conseguir sus objetivos a largo plazo o en su caso mejorarlos en todo lo posible, dentro del respeto a los principios generales. La estrategia implica selección de método de actuación para apoyarse en el que se considera más apropiado. Normalmente esta selección se hace con permanencia y no de modo circunstancial para resolver un obstáculo. La estrategia se debe incorporar a la política de empresa, por lo menos hasta conseguir el objetivo propuesto (una

.. / .

determinada cuota de mercado, cobertura completa de un área geográfica, por ejemplo) momento en que puede variar. Un crecimiento continuado y equilibrado es muy difícil si no se acompaña de una estrategia clara con ese objetivo, aunque la estrategia puede ser flexible y en ciertos momentos variable para adaptarse a situaciones distintas.

El plan distingue la gestión orgánica de la pura acción por la acción, con movimientos impremeditados, que podrían calificarse de "gestión inorgánica". Toda empresa debe tener no sólo una política, sino algún plan de actuación, que trate de coordinarla en puntos concretos, a ser posible medibles y sobre todo distribuidos en el tiempo y en sus diferentes estratos y órganos de actuación.

La planificación, naturalmente esto es en gran parte terminología, suele consistir en un plan de métodos de actuación y objetivos proyectados a varios años, a que deben forzosamente someterse los diversos órganos ejecutivos, para lo que se crea un órgano central que obliga a una actuación rígida, incluso contra el sentido común, y que en el mejor de los casos retrasa sustancialmente la reacción ante el cambio haciendo perder la oportunidad de una situación o mercado.

Tras estos comentarios, entro ya en el tema básico de esta conferencia: "la estrategia de crecimiento de MAPFRE". ¿Por qué puede interesar este tema? Fundamentalmente, contesto, porque MAPFRE, completamente aislada, sin amigos ni protectores y en un mercado hostil, ha conseguido mantener un crecimiento regular durante veinticinco años, y pasado en el área de seguro privado de un 0,31% de cuota de mercado con situación de completa insolvencia en 1955 a un 4,2% en 1982, sin aportación externa de capital, adquisición de empresas ni aportación anormal de negocio, creando al tiempo una importante base patrimonial. En 1983 esperamos que nuestro crecimiento sea de nuevo muy superior al del mercado, no tan alto como el de 1981 que, por razones contables, debe promediarse con el de 1982, y que nuestra cuota de mercado será del 4,6%.

En Accidentes de Trabajo MAPFRE MUTUA PATRONAL, ha pasado de una cuota de mercado del 2% en 1967 al 12% en 1982 y no es difícil que se acerque al 13% en 1983. No me voy a referir en estos comentarios a esta entidad, de problemática empresarial muy distinta, pues a diferencia de Argentina, la cobertura de accidentes de trabajo se practica en nuestro país por mutuas patronales, completamente separadas del mercado de seguros privados, aunque en algunos casos, como MAPFRE, subsistan dos Mutualidades completamente separadas desde el punto de vista patrimonial, pero con nombre, consejeros y principios de actuación comunes. Sin embargo quiero citarla pues es ejemplo de que de la aplicación de unos mismos principios de actuación se obtienen resultados muy semejantes. En este sentido debo aclararos que MAPFRE MUTUA PATRONAL tiene un equipo gerencial completamente distinto al de Seguros generales y en el que yo por ejemplo no tengo ninguna participación. Esto demuestra que lo importante son los principios y no las personas.

Para que os deis cuenta del entorno en que se ha desarrollado nuestra actividad os daré unos breves datos. MAPFRE fue fundada en 1933 por la GRUPO DE PROPIETARIOS DE FINCAS RUSTICAS DE ESPAÑA, como Mutualidad para operar principalmente en el Seguro de Accidentes de Trabajo en la agricultura. Después del trauma de la guerra civil, que la afectó fuertemente, en 1943 participó en la extensión del Seguro de Enfermedad a la agricultura española, acción de importancia social que tuvo que abandonar en 1953 como consecuencia del desequilibrio de las tarifas oficiales, que incluso pusieron en peligro su supervivencia; en 1955 cuando la situación de la entidad era muy grave y eran indispensables medidas traumáticas, fui nombrado Director General con la misión especial de evitar la desaparición de la entidad, que estuvo a punto de producirse.

Desde 1955 a 1960 nos dedicamos a la consolidación de la empresa y ampliación de su ámbito operativo, funcional y territorial. Comenzamos en 1961 un período de expansión y reestructuración orgánica, que se basó, entre otros aspectos, en una amplia descentralización funcional y geográfica, con acercamiento máximo a nuestros asegurados. Para ello iniciamos la apertura de oficinas provinciales con personal propio que luego agrupamos en Subcentrales con mucho poder de decisión. Esta política, que ha continuado hasta hoy, es una de las claves de nuestro crecimiento.

En 1966 se segregó por imperativo legal el seguro de Accidentes de Trabajo, medida que, aunque esperada, había condicionado importantes decisiones. Esto dio lugar a la creación de dos entidades independientes, MAPFRE MUTUALIDAD DE SEGUROS, que opera en seguros generales y a

.../...

la que principalmente me voy a referir, y MAFPRE MUTUA PATRONAL DE ACCIDENTES DE TRABAJO, a que aludo en alguna ocasión.

La línea de empresa seguida por MAFPRE MUTUALIDAD DE SEGUROS a partir de 1969 fue en parte resultado de la observación del éxito de la actuación autónoma y especializada de la Mutua Patronal en Accidentes de Trabajo, que nos hizo comprender la influencia que ambos aspectos podían tener en una política dinámica empresarial. Por ello, cuando cauterizamos el trauma económico de la separación de Accidentes de Trabajo, dimos un paso original en el seguro español: autonomizar jurídicamente las principales áreas operativas, que ya funcionaban con gran autonomía, para lo que creamos en 1970 MAFPRE VIDA y MAFPRE INDUSTRIAL para operar respectivamente en Seguros de Vida y Seguros Diversos, reservándose la Mutualidad el Seguro de Automóviles. Este proceso fue algo complicado pero no merece la pena detallarlo en este momento; lo importante es que la Mutualidad, que en 1967 ocupaba el lugar 21 en el ranking nacional, en 1982 ha ocupado el 6º y estoy seguro que llegará al 3º al fin de este año; por su parte, MAFPRE INDUSTRIAL Y MAFPRE VIDA ocupan respectivamente los puestos 21º y 24º en el total del mercado y los puestos 6º y 2º en sus sectores específicos operativos.

Este resultado nos ha hecho ampliar el plan: el 1 de enero de 1982 comenzó a funcionar como entidad autónoma MAFPRE REASEGURO y en marzo de 1983 empezó sus operaciones de seguro de fianzas MAFPRE CAUCION Y CREDITO. Ambas entidades, Sociedades Anónimas, son continuadoras de las operaciones de reaseguros y fianzas respectivamente, que desarrollaba anteriormente MAFPRE INDUSTRIAL. Ambas tienen un claro porvenir en sus correspondientes mercados.

Esta nueva configuración empresarial situaba a la Mutualidad en una posición de "holding" de otras empresas que no creíamos apropiada. Como, por otra parte, MAFPRE había promovido y controlaba la mayoría amplia de la empresa CIC, propietaria de una red de entidades financieras y cuyas acciones cotizaban en Bolsa, decidimos a fin de 1981 cambiar el nombre de CIC por el de CORPORACION MAFPRE y utilizarla como "holding" de todas las entidades mercantiles con nuestro nombre, las antes citadas de seguros y las propias entidades financieras, que estamos agrupando regionalmente. Aún de poco interés para vosotros, esto último completa el panorama de lo que es nuestro conjunto de empresas.

Remontándonos otra vez al pasado, debo destacar que hace nueve años la Mutualidad y la Mutua Patronal crearon la FUNDACION MAFPRE, entidad clave de nuestro Grupo, propietaria de nuestro nombre social y promotora de una línea de servicio institucional para el fomento de la seguridad en todas sus manifestaciones. Su principal realización es el "INSTITUTO TECNOLOGICO DE SEGURIDAD MAFPRE", ubicado en la ciudad de Avila e inaugurado en el mes de mayo pasado. La inversión realizada en sus instalaciones se acerca a los cuatrocientos millones de pesetas e incluye de momento un "Centro Tecnológico del Fuego", un "Centro de Investigación y Seguridad Vial" y un "Centro de Higiene Ambiental", siendo nuestra intención ampliarlo en el futuro a las áreas de protección industrial y seguridad en el trabajo. La Fundación, que recibe regularmente aportaciones de las entidades con el nombre MAFPRE, tiene como principal actividad la promoción y financiación de las actividades de esos Centros, el desarrollo de la Editorial MAFPRE, muy conocida de vosotros, y la publicación de la revista MAFPRE SEGURIDAD, órgano difusor de las actividades de investigación de la Fundación en áreas específicas. Su presupuesto de ingresos en 1983 es de cuarenta millones de pesetas, y para 1984 lo será de cincuenta y cinco millones.

Querría decir algo más sobre las razones que nos han permitido crecer hasta convertirnos en una institución empresarial respetada, con patrimonio y estructura logística de importancia relativa, que incluso ha iniciado una singladura de reaseguro internacional en un momento poco propicio y de notorio riesgo. Esto no se ha logrado por una casualidad; ha sido producto de una acción meditada y de la aplicación, a veces en contra de todas las corrientes, de principios empresariales y estrategia de ejecución correcta y oportuna, consecuencia de una política constante, de una estrategia flexible y de la aplicación de normas básicas de actuación, fundamentalmente de carácter ético y programático, en dosis al parecer acertadas o por lo menos aplicadas con suerte.

Debo señalar que aunque hemos practicado mucho, quizás demasiado, la futurología, nunca hemos tenido un órgano formal de planificación, si bien hemos difundido nuestros principios y líneas generales de actuación entre los variados y amplios servicios descentralizados con actividad autónoma y en general pragmática. Frente a la "planificación", hemos magnificado el pragmatismo, en definitiva la utilización del sentido común, siempre buscando "not so much to forecast but to know the present very well", ("no predecir el futuro sino conocer muy bien el presente") para así estar en condiciones de reacción rápida y adaptación inmediata a alguna circunstancia nueva en el entorno o en el mercado.

.../.

En todo caso, pueden destacarse algunos aspectos de política empresarial con especial repercusión en nuestra evolución en estos últimos años, que me parece pueden servir como puntos de apoyo de una estrategia de crecimiento preocupada por una institucionalización social no especulativa:

- Independencia, quizás nuestra característica más destacada y que implica por sí misma una decisión estratégica, pensando que sólo la libertad permite concentrarse en los propios objetivos y optimizar la propia acción no subordinada a otros intereses. Quizás nuestra independencia fue impuesta por las circunstancias, ya que en 1955 y 1956 nadie creía que íbamos a sobrevivir, pero después ha sido una decisión que nos ha hecho buscar el aislamiento de las diversas fuerzas sociales, fácticas o de presión que influyen en cualquier comunidad humana, socialista, liberal o conservadora, y hoy concretamente en nuestro país. Personalmente pienso que nuestro éxito ha sido posible por esa independencia, y que seguiremos teniéndolo si la mantenemos.
- Servicio, con énfasis en ofrecer en todo momento la calidad de producto (mejora, simplificación, adaptación a necesidades reales y coste reducido) y calidad de prestación (pago justo y rápido de siniestros, sin excusa o amenaza de litigio, pero luchando implacablemente contra abuso y fraude). Queremos ser esencialmente una entidad para dar servicio a sus asociados y asegurados y servicio a la sociedad, y a él subordinamos cualquier acción y cualquier interés personal.
- Especialización, indispensable para un alto ritmo de crecimiento, pues permite aislar los problemas y dificultades de cada área para una política sectorial autónoma, sin promediarla con otras ni obligarla a técnicas y métodos convenientes sólo en otra área. Esto además genera gerencias con dignidad de serlo, al existir posibilidad de riesgo y error, pero pleno conocimiento del éxito.
- Descentralización, que se ha mantenido como una de las claves de nuestra evolución positiva, habiendo sido considerados ya hace años como la entidad aseguradora más descentralizada de Europa. La descentralización exige delegación de decisiones y permite a un mayor número de personas una gestión responsable, con iniciativa y decisión autónomas, lo que multiplica el potencial de una empresa, que depende de la suma del coeficiente de inteligencia y capacidad de sus colaboradores, en tanto se acompañe de facultades de gestión efectiva.
- Legalidad, dando en todo momento especial importancia al cumplimiento estricto de las obligaciones laborales, fiscales y administrativas, entendiéndolo que esto no representa un obstáculo en el desarrollo empresarial sino simboliza respeto a la autoridad del país, reconocimiento de la importancia del estado de derecho y sumisión a los intereses colectivos.
- Transparencia, lograda con distribución masiva, frecuente y creciente de resultados, característica peculiar nuestra, método efectivo para el equilibrio técnico financiero, que mantiene informados en todo lo importante a todas las unidades operativas autónomas con periodicidad mensual o trimestral según los casos. Esto constituye un método efectivo de supervisión colectiva, que elimina la necesidad de severidad jerárquica, ya que cada gerente, directivo o empleado puede juzgar la acción y eficacia de todos los demás y en especial de los de su misma área de actividad.
- Mecanización, promovida al máximo desde hace más de veinte años, casi a ciegas, sin estudios previos de rentabilidad, para los servicios centrales y para la amplísima red territorial. La futura oficina de seguros y el conjunto de nuestra profesión van a estar vinculados íntimamente a la informática electrónica, y los aseguradores que se retrasen en ese campo tendrán serias dificultades para competir con quienes acierten en su implantación. Por eso estamos preparando planes para una mecanización integral, absolutamente indispensable para mantener nuestra tasa de crecimiento.
- Pragmatismo, con actuación que acepta los cambios en cualquier momento y cualquier línea, aún considerada muy estable. El pragmatismo es la magnificación del sentido común para que ninguna norma rígida, salvo las éticas, impida la aplicación de la lógica. Su principal consecuencia entre nosotros es la ausencia formal de servicios staff: no hay departamentos de "marketing", ni de organización y métodos, ni de relaciones industriales, ni de planificación, áreas todas ellas en que se nos considera bastante expertos. En cambio hemos tratado de que numerosas personas, casi toda nuestra red ejecutiva territorial, más de 150 personas, participen en esa

funcione con capacidad de decisión y sin sometimiento rígido a departamentos burocráticos que constriñen más que impulsan.

- Oportunismo comercial, que es una consecuencia del pragmatismo, pero también algo más, predisposición permanente para estar atento a alguna nueva vía de penetración técnica y geográfica y aprovecharla concentrando en ella toda la atención y posible fuerza operativa, de modo que quien encuentre una oportunidad tenga facultad para aprovecharla. El principio básico de "marketing" es lograr alguna posición de ventaja respecto al mercado y explotarla al máximo. Esto es importante y especialmente eficaz cuando puede lograrse de modo flexible, área técnica por área técnica, incluso por contrato o modalidad aislado, y zona por zona. Es quizás marketing de pobres, de quienes no pueden apoyarlo con grandes inversiones; pero permite esta acción múltiple y simultánea que nos envidian, piensan, algunos de nuestros competidores.
- Estructuralismo capilar, consecuencia de nuestra voluntad de acercamiento al asegurado, con representación profesional capacitada para una efectiva respuesta técnica en todo núcleo de población, incluso muy olvidado y abandonado, y en barrios urbanos con alguna característica de homogeneidad. La "red capilar MAPFRE" debe llevar nuestros servicios, con alto nivel de calidad, a todo el territorio español. Esta red implica un importante esfuerzo de preparación profesional, y una inversión muy elevada, que afecta a nuestros costes, pero que creemos merece la pena para asentar una presencia futura en todas las áreas geográficas.
- Promoción interna, en la que hemos dado ejemplo destacado, aunque el pragmatismo nos ha hecho reclutar exteriormente cuando parecía conveniente. Hace tres años, al dar mayor impulso a la política de implantación capilar, nos propusimos reforzar aún más la promoción interna y ahora comenzamos a recoger los frutos de esa decisión, que nos obliga a que cualquier incorporación de empleado de carácter administrativo o subalterno se haga pensando en su rápida promoción, comercial, gerencial o técnica.
- Formación continua, que se fomenta con la existencia de numerosas áreas de decisión autónoma y consiste en frecuentes períodos de formación especializada, cursillos cortos, cursillos por correspondencia y reuniones informales para estudio y resolución de problemas y sistemas, que tienen mucha más importancia que la formación formal, con cursos largos y abundante teoría.

Todo lo anterior es importante, pero me atrevo a decir que la principal razón de nuestro crecimiento equilibrado ha estado en conseguir algo a lo que cada vez se da más valor en el mundo empresarial: una cultura propia de empresa, un modo de ser que adquieren los que se incorporan a nosotros y que difícilmente olvidan los que nos dejan.

Una empresa con vocación de permanencia necesita esa "cultura propia" que enaltece a los que la integran, identifica a unos con otros y permite trabajar olvidando derechos y aceptando obligaciones. Esta adhesión a la empresa deja sin efecto el "complejo de lucha de clases" y la desconfianza a todo lo que haga la empresa, lastre que impide enfrentarse con los problemas de mercado y entorno, desafío permanente de la empresa libre y de los hombres que la componen y semilla generadora del progreso como instrumento de liberación y acercamiento del hombre al Sumo Creador.

También hay otro aspecto muy directamente responsable de nuestro crecimiento que quiero citar, porque explica en gran parte nuestra evolución; nuestra naturaleza mutua, sin exigencia de dividendo, que nos ha permitido llevar a cabo una política de resultados a largo plazo con reinversión de beneficios para financiar objetivos que solamente iban a conseguirse con el transcurso amplio del tiempo. Por ejemplo, la decisión de operar en reaseguro en países de lengua castellana se adoptó hace más de quince años; los diez primeros los dedicamos a viajes, contactos, y hemos buscado operaciones específicas. Quizás esto no hubiese sido posible si nos hubiésemos preocupado excesivamente de los dividendos anuales, si hubiésemos tenido una estructura "capitalista", aunque ahora estamos creando una estructura de esta clase, precisamente para reforzar el principio del beneficio como una fórmula de obtener un equilibrio empresarial regular.

Para el futuro tenemos grandes planes. Creemos que en los cincuenta próximos años estaremos en condiciones de lograr una mayor dimensión institucional y extender alguna de nuestras actuaciones a otros países, no con espíritu de transnacional hegemónica sino con sentido de comunicación fraterna y aportación recíproca institucional. Cuanto hemos expresado con motivo de nuestro cincuentenario, áreas posibles para el futuro, algunos han creído que eran utópicas, pero mi opinión, experimentada en realizaciones no subvencionadas, es que se llevarán a cabo en gran parte, como ha ocurrido con otras de MAPFRE. Por ello me permito acompañar como anexo a esta disertación lo que expuse como intenciones de futuro. Para que éstas tengan una base firme contamos con tres "bазas importantes":

.. / .

- Espíritu de concordia, que evita la confrontación, la ofensa e incluso la coacción pacífica, y prescinde en todo lo posible de la crítica exterior, pública o privada, que agota las energías humanas o las limita para el quehacer positivo. Esta actitud no es generalmente seguida por la mayoría de las fuerzas sociales de mi país, que actúan como si el progreso social o económico dependiese necesariamente de lucha de clases, lucha de intereses o lucha de ideologías, pero cuando se consigue proporciona una fuerza interior que permite triunfos poco probables en otras circunstancias.
- Experiencia empresarial, ya que todas las actividades que preveo deben tener este carácter y actuarán con limitación patrimonial, información de resultados, técnicas de descentralización y proliferación orgánica de unidades autónomas motivadas y capaces de cumplimiento de objetivos y mejora de servicios.
- Comunidad idiomática, pronto la más numerosa entre los países occidentales, ya que dentro de treinta o cuarenta años, el mundo de los hispano-parlantes superará ampliamente al de los anglo-parlantes. Esto ofrece una incalculable área de expansión para las actividades que requirieron comunicación verbal o escrita, en especial si casi no exigen desembolsos monetarios y no necesitan desplazamientos humanos permanentes, por lo que las fronteras políticas no obstaculizan su expansión, en especial, como en nuestro caso, si cargan de objetivos de dominio capitalista. Creo, en esta línea, en una posible gran acción recíproca cultural y tecnológica, y espero que en ella MAPPRE pueda contribuir a una acción de colaboración recíproca entre tantos países hermanos, aunque sea en áreas muy limitadas, para defender lo mejor de lo nuestro, dentro de una humanidad sin diferencias de clases, razas o ideologías transitorias y con respeto para cada cultura y actividad vital autónoma.

Ya acabo de referirme a MAPPRE, y perdonadme por hacerlo tan reiteradamente. Para terminar querría hacer unas afirmaciones que nos afectan a todos y que a vuestro país y al mío, y que creo nos hace mucha falta en un momento difícil, de desesperanza, con un horizonte incierto en todo el mundo occidental y ante un cambio drástico probable en el modelo de sociedad a que estamos acostumbrados. Desearía que mis palabras, como dije en el reciente acto de clausura de nuestro cincuentenario, fueran un canto a la esperanza. Esta no puede faltar en quienes tengan el convencimiento de que el futuro procede de nosotros mismos, y nuestros actos y estén dispuestos a labrar su propio futuro, a crearlo y a mejorarlo, a hacer camino y no a vivir sólo a costa del cambio de los demás. Por eso quiero decirlos que:

Tengo confianza y esperanza en el seguro, porque es indispensable en la actual estructura social y porque, si los aseguradores actuamos con prudencia, energía y desinterés, será cada vez mayor nuestra influencia en la estructura sociopolítica. Como dirigentes del sector, nos corresponde que el seguro sea algo más que un mero centro de beneficio o interés económico para unos cuantos, propietarios o incluso empleados, y que sienta profundamente la responsabilidad que tiene frente a la sociedad que le rodea.

Tengo confianza y esperanza en la empresa a la que compete promover la creación de riqueza y mantener el poder adquisitivo de los ciudadanos, aunque se dé la paradoja de que la repudian o denigran quienes reclaman esto con más insistencia e incluso violencia. El espíritu de empresa debe identificarse con la iniciativa creativa y creadora del hombre y su capacidad como motor de mejoramiento individual y colectivo. Aún con obstáculos, incomprendiones y hostilidad, la empresa sobrevivirá porque es indispensable.

Tengo, por último, confianza y esperanza en los pueblos que hablan nuestra lengua, llenos de defectos pero también de virtudes, que superarán sus dificultades y conseguirán esa independencia digna y noble que nos ha caracterizado y debe seguir caracterizándonos en el futuro.

Pero sobre todo tengo confianza y esperanza en el hombre, base principal de nuestras empresas y de nuestros pueblos al que debemos con la ayuda de Dios nuestro futuro. Por eso quiero acabar diciendo que MAPPRE no ha sido ni es sus estructuras, sus principios filosóficos, su organización capilar ni su informática, sino únicamente la suma de los hombres cada uno de ellos en su diferente misión pero con la misma importancia final.

Espero que todo lo que os he dicho, salvando lo que puede haber de falta de objetividad en mis comentarios sobre lo que en gran parte ha constituido la obra de mi vida, os sirva como ejemplo de actuación meditada, estrategia paciente, de más de 27 años, siempre orientada a un mismo fin: crear una empresa o conjunto empresarial estable. No tengo duda de que cada uno de vosotros en su empresa tiene posibilidades de hacer una propia estrategia que le conduzca a engrandecerla y hacerla pieza importante de la vida social y económica de su patria. Celebraría haberos abierto alguna luz en ese propósito que, sin duda, todos tenéis en vuestra vida profesional.

De nuevo a todos vosotros, amigos del gran pueblo argentino, muchas gracias.



REPRODUÇÃO(ÕES) DO ORIGINAL DO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Ineditoriais

The Home Insurance Company

CERTIDÃO

Certifico que The Home Insurance Company, arquivou nesta JUNTA sob o nº 114.248 por despacho de 31 de outubro de 1983, da 3ª TURMA, Fls. D. Of. União de 18.10.83, que publicou Portaria nº 239 de 19.9.83, que aumentou o capital social para Cr\$...... 2.868.000.000,00, do que dou fé.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, em 31 de outubro de 1983. Eu, Marlene de S. Queiroz escrevi, conferi e assino. Marlene de S. Queiroz. Eu, ALEXE VON-MELENTOVYTCH Secretário Geral da JUCERJA, a subscrevo e assino. ALEXE VON MELENTOVYTCH.

Processo nº 68.530/83

Taxa de Arquivamento - Cr\$680,00

(Nº 51.642 de 4-11-83 - Cr\$ 15.000,00)

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - 09.11.83

Indiana — Companhia de Seguros Gerais

CCG/MF nº 61.100.145/0001-59

ATA DE REUNIÃO DA DIRETORIA, REALIZADA EM 21 DE OUTUBRO DE 1983

AOS vinte e um dias do mês de outubro de mil, novecentos e oitenta e três, em sua sede social, à Rua Boa Vista nº 254-6º andar, na Capital de São Paulo, reuniu-se a Diretoria da INDIANA-COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, para tratar de assuntos de interesse social, sob a presidência do Sr. Jamil Domingos, Diretor 1º Vice-Presidente, secretariado por mim, Cláudio Afif Domingos, Diretor Superintendente, para discutirem e deliberarem sobre a necessidade da mudança de endereço da Sucursal do Rio de Janeiro, da Rua Uruguaiana nº 10 - 19º andar, conjuntos 1904, 1907 e 1908 - Centro, na cidade do Rio de Janeiro, para a Avenida Graça Aranha nº 333 - 12º andar, Centro, da cidade do Rio de Janeiro, ratificando o Sr. Itaubi Lara, como profissional responsável por aquela Sucursal. Nada mais havendo a ser tratado, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário à lavratura da presente, a qual, feita e lida, foi por todos aprovada, indo, por isso, por todos eles assinada. (a.a) JAMIL DOMINGOS - CLÁUDIO AFIF DOMINGOS - GUILHERME AFIF DOMINGOS - LUCIANO AFIF DOMINGOS - AGOSTINHO FELLIPELLI. Esta é cópia fiel do original lavrado em livro próprio. São Paulo, 21 de outubro de 1983. (a.a) CLÁUDIO AFIF DOMINGOS e AGOSTINHO FELLIPELLI. SECRETARIA DA JUSTIÇA - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - CERTIDÃO - Certifico que este documento foi registrado sob número e data estampados mecanicamente. JUCESP - Registrado sob nº ... 115.512/83 em 03 de Novembro de 1983. a) RUBENS ABUTARA - Secretário Geral.

(Nº 13.274 de 9-11-83 - Cr\$ 18.000,00)

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - 10.11.83

.../.

London Seguradora S/A

CGC. 33.065.699/0001-27
SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TECNOLOGIA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO-JUCERJA
CERTIDÃO

Processo n. 67.937/83

CERTIFICO que LONDON SEGURADORA S/A, arquivou nesta JUNTA sob o n. 114.172 por despacho de 26 de outubro de 1983, da 3a. TURMA, Ata de AGE de 16/9/83, que aumentou o capital social para Cr\$ 945.254.400,00, com a reavaliação do ativo e reserva, alterou o art. 5º dos Estatutos, do que dou fé. JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, em 26 de out. de 1983. Eu, Maria da Glória Soares escrevi, conferi e assino. Eu, ALEXE VON MELENTOVYCH Secretário Geral da JUCERJA, a subscrevo e assino.
Taxa de arquivamento - Cr\$ 22.848,00.

(Nº 51.664 de 8-11-83 - Cr\$ 12.000,00)

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - 11.11.83

Indiana — Companhia de Seguros Gerais

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA JUSTIÇA - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO CERTIDÃO-C E R T I F I C O, de conformidade com a PORTARIA Nº 25/70, DO DRNC., DE 09.11.70, ARTIGO 2º, que a sociedade "INDIANA-COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS", com sede nesta Capital-SP., à Rua Boa Vista, nº 254, 6º andar, arquivou nesta Repartição sob nº 115.512/83, por despacho desta Junta Comercial, em sessão de 03.11.83, a ARD., realizada aos 21.10.83, que deliberou e aprovou a mudança de endereço da SUCURSAL do Rio de Janeiro-RJ., da Rua Uruguaiana, nº 10, 19º andar, conjuntos 1904/1907 e 1908-Centro, para a Avenida Graça Aranha, nº 333, 12º andar, Centro-Rio de Janeiro-RJ.; do que dou fé. Secretaria da Junta Comercial do Estado de São Paulo, 10 de novembro de 1983. Eu, Neide Andrade dos Santos, escriturária, a datilografei, conferi e assino: a) Neide Andrade dos Santos. E eu, Ana Maria de Moraes Castro, Chefe da Seção de Certidões, a subscrevo: a) Ana Maria de Moraes Castro. VISTO, Rubens Abutara, Secretário Geral Ana Maria de Moraes Castro.

(Nº 13.659 de 17-11-83 - Cr\$ 12.000,00)

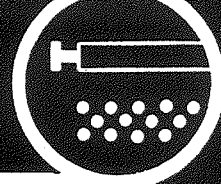
SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA JUSTIÇA - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO CERTIDÃO-C E R T I F I C O, que a sociedade "INDIANA-COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS", com sede nesta Capital-SP., à Rua Boa Vista, nº 254, 6º andar, arquivou nesta Repartição sob o nº 115.510/83, em sessão de 03.11.83, a AGE., realizada aos 21.09.83 que aprovou a elaboração de laudo de avaliação de imóveis da companhia, integrantes de seu ativo permanente e consistentes nas salas: -415, 505, 506, 509, 510, 511, 601, 602, 603, 604, 605, 606, ... 607, 608, 609, 610, 611, 612, 613, 614, 616, 618 e 622; 716, 717, 718 e 719, no Edifício Clemente de Faria, à Rua Boa Vista, nº 254, nesta Capital-SP.; sob o nº 115.511/83, em sessão de 03.11.83, AGE., realizada aos 28.09.83, que aprovou o laudo de avaliação elaborado pela SETAPE-Serviços Técnicos de Avaliações do Patrimônio e Engenharia S/C Ltda.; bem como elevou o CAPITAL SOCIAL, para Cr\$ 769.268.507,00, alterando o artigo 5º dos Estatutos Sociais; do que dou fé. Secretaria da Junta Comercial do Estado de São Paulo, 10 de novembro de 1983. Eu, Neide Andrade dos Santos, escriturária, a datilografei, conferi e assino: a) Neide Andrade dos Santos. E eu, Ana Maria de Moraes Castro, Chefe da Seção de Certidões, a subscrevo: a) Ana Maria de Moraes Castro. VISTO, Rubens Abutara, Secretário Geral Ana Maria de Moraes Castro.

(Nº 13.658 de 17-11-83 - Cr\$ 15.000,00)

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA JUSTIÇA - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO CERTIDÃO-C E R T I F I C O, que a sociedade "INDIANA COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS", com sede nesta Capital, à Rua Boa Vista, 254-6º andar, arquivou nesta Repartição, sob nº ... 3590048080-6, por despacho desta Junta em sessão de 09 de novembro de 1983, a Ata de Reunião de Diretoria, realizada aos 26.10.83, deliberando e aprovando a criação da Sucursal de Serra Negra-SP., à Rodovia Estadual de Acessos às Vertentes, Km. 3,0-Casa 01-Bairro dos Macacos, na cidade de Serra Negra-SP., com capital destacado de Cr\$. 12.000.000,00, tendo como responsável, o Sr. Silvio Subi, brasileiro; do que dou fé. Secretaria da Junta Comercial do Estado de São Paulo, 09 de novembro de 1983. Eu, Denise Delza Joaquim Tonetti, escriturária, a datilografei, conferi e assino: a) Denise Delza Joaquim Tonetti. Eu, Ana Maria de Moraes Castro, chefe substituta da Seção de Certidões, a subscrevo: a) Ana Maria de Moraes Castro. VISTO, Rubens Abutara, Secretário Geral Ana Maria de Moraes Castro.

(Nº 13.660 de 17-11-83 - Cr\$ 12.000,00)

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - 21.11.83



Esquema para dar mais segurança ao porto de Santos

Realizou-se ontem, na Delegacia da Receita Federal, em Santos, importantíssima reunião, cujo objetivo se traduzia no preparo de um esquema para devolver a segurança ao porto, ora tumultuado pela ação de marginais e principalmente de bandos "piratas" os quais intranquilizam as companhias que ali operam.

Participaram dessa reunião o bacharel Altivo Ferreira, secretário-geral da COPLANC — Coordenação de Combate ao Contrabando; delegado Romeu Tuma, superintendente da Polícia Federal em São Paulo; o delegado da Receita Federal, em Santos; delegados da Polícia Federal, em Santos; representante da Companhia Docas; um delegado de

polícia do Estado e um oficial da Polícia Militar, representando a polícia santista; representantes de Companhias de Seguros e da Associação Comercial.

GUARDA COSTEIRA

A reunião foi sigilosa, transpirando, entretanto, que sua finalidade básica era a formulação de um planejamento preventivo, fadado a devolver a tranquilidade no litoral santista. Ficou deliberado que começaria imediatamente uma grande operação conjunta, a ser desenvolvida pela Polícia Federal, Marinha e Guarda Portuária. Aliás, essa operação representa, na realidade, o embrião para formação da cogitada Guarda Costeira, como exigência fundamental da segurança em nosso principal porto.

DIÁRIO POPULAR

11.11.83

Fenaseg critica projeto de indenização a vítimas

O Presidente da Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados (Fenaseg), Victor Renault, classificou ontem de "absurdo" o projeto do Vereador Paulo Emilio (PDT), aprovado por unanimidade pela Câmara Municipal, que obriga as companhias a pagarem seguro às vítimas acidentadas por veículos identificados e não segurados.

— Só pode ser uma brincadeira de mau gosto. Esse projeto — afirmou — não tem a menor condição de passar no Congresso. Acredito que o autor vá retirá-lo. Há um fundo mantido pela seguradora que paga as des-

pesas de atendimento médico às vítimas de acidente de veículos não identificados. Mas não podemos pagar tudo.

Um representante das companhias, que não quis se identificar, criticou também o dispositivo do projeto que obriga os hospitais a cobrarem diretamente das seguradoras em vez do INPS, que pagava as contas e era depois ressarcido.

— Isso abre espaço para que os hospitais cobrem do INPS e das seguradoras porque não existe fiscalização que possa impedir essa irregularidade — disse o dirigente.

O GLOBO

11.11.83

A morte do lobo

Luiz Mendonça

O Sr. John Harris, treinador de animais, conseguiu domesticar o lobo "Slick". E o exibiu em escolas de todos os níveis, desde o primário ao universitário. Com isso, dava aos alunos a oportunidade de conhecerem belo exemplar de uma espécie em extinção.

Nessa peregrinação o animal foi levado ao Condado de Ontario (N. Y., USA), onde contra ele um fazendeiro deu parte à Polícia. O resultado da diligência policial foi a morte do lobo, a tiros de magnum-357. Disparou-os o Sr. Howard E. Sheridan, adjunto de "sheriff".

O proprietário do animal não teve dúvida: moveu ação judicial contra o fazendeiro e contra a polícia, reclamando indenização de dois milhões de dólares, por todas as razões legais que o amparavam e ao seu animal, este pertencente (repita-se) a uma espécie em extinção.

O fazendeiro defendeu-se como pôde. Alegou ter chamado a polícia por surpreender um animal (que lhe "parecera" um lobo) tentando invadir o chiqueiro da sua fazenda. O policial disse que tentara conter o lobo, mas este afinal se enfurecera, obrigando-o a fazer os disparos fatais. Testemunhas desmentiram tais versões nos depoimentos que prestaram e o processo tornou-se confuso, além de demorado.

Recentemente, acabando com uma batalha judicial que já se arrastava por três anos, foi enfim lavrada a sentença: indenização de vinte e cinco mil dólares ao dono do lobo, a ser paga em partes iguais pelo fazendeiro e pela corporação policial.

O leitor, com razão, até aqui pode estranhar que esse caso judicial esteja dando pano para as mangas, numa coluna de seguros. Assim, para encurtar a história, diga-se logo de uma vez que, no final das contas, a indenização pela morte do lobo (quanto à parte da polícia, no rateio determinado pela sentença) teve que ser desembolsada por duas empresas seguradoras.

E aí está o fato importante a salientar: a corporação policial de um simples e pequeno condado dos Estados Unidos estava financeiramente protegida por um seguro de responsabilidade civil, resguardando-a contra toda e qualquer condenação judicial.

É claro que a morte de um lobo ou de qualquer outro animal não entrou em cogitação, nem mesmo foi uma hipótese sequer lembrada, quando um dia a polícia resolveu comprar aquele seguro. Preocupou-a, isto sim, a lei dos direitos civis, há algum tempo manancial de frequentes sentenças por todo o país, determinando a reparação de injúrias físicas e morais causadas por policiais em serviço.

Moral do curioso episódio: no Condado de Ontario a polícia atirou no que viu (o lobo) e terminou acertando, também, no que não viu (o seguro comprado com outras intenções).

JORNAL DO COMMERCIO

11.11.83

Não fumantes

Luiz Mendonça

Há realmente casos de longevidade entre fumantes inveterados. Por isso, ainda existe quem seja capaz de enganar-se, ou pelo menos de alimentar dúvidas, quanto ao poder ofensivo que o fumo tem sobre a saúde.

Os que sobrevivem até idade avançada, suportando o contínuo e prolongado convívio com a nicotina e o alcatrão, na verdade constituem exceções — em linguagem estatística, são desvios apontados da tendência típica dos fumantes, que é a tendência para uma vida menos longa.

Por acreditar nessa tendência perniciososa, a "Scottish Mutual Assurance" há mais de dez anos resolveu conceder descontos tarifários aos não-fumantes, em seus seguros de vida. De início o mercado segurador britânico não deu qualquer importância àquela iniciativa da seguradora escocesa. Pondo de lado questões técnicas, estatísticas e de ordem médica, os homens práticos do seguro britânico devem ter desde logo argüido a inviabilidade daqueles descontos, provando por "a+b" que não seria possível exercer controle sobre os hábitos dos segurados, de modo a apurar quem seria realmente não-fumante e quem assim iria conservar-se durante a vigência do seguro.

Com o passar dos anos, todavia, a idéia do desconto para não-fumantes gradualmente conseguiu alastrar-se tanto no Reino Unido como, aliás, também nos Estados Unidos. O resultado dessa evolução foi que, segundo notícia de recente edição do "Finan-

cial Times", o próprio Lloyd's de Londres (organização seguradora mundialmente conhecida) acaba de instituir substanciais descontos tarifários para segurados (novos) que nunca fumaram ou que em época recente tenham deixado de fumar.

O Lloyd's, cuja fama internacional provém de algumas curiosidades pouco ortodoxas e pouco convencionais em matéria de seguros, no entanto, resistiu e demorou o mais que pôde nessa questão de seguro de vida com desconto para não-fumantes. Mas afinal aderiu, forçado pela competição existente no mercado — isto é, aderiu para ter condições de disputar negócios.

Essa competição entre organizações seguradoras, engalfinhadas na conquista da faixa cada vez maior dos não-fumantes, é mais uma informação que ajuda a compreender um outro fato — a expansão geográfica dos fabricantes de cigarros, que há alguns anos passaram a cruzar suas fronteiras nacionais para a conquista de outros mercados no exterior.

E o que faz aqui o colunista, perseverando na tolice de fumar? É tempo de ele corrigir-se, mesmo que as companhias de seguro de vida, no Brasil, ainda continuem sem cogitar de descontos para não-fumantes.

Seguro de vida no Brasil, com tarifas reduzidas para não-fumantes ou ex-fumantes, ainda é idéia quase tão remota quanto a do seguro de automóvel praticado na Suécia, cujo preço final varia com a quilometragem rodada durante a vigência da apólice. Mas um dia possivelmente chegaremos lá.

JORNAL DO COMMERCIO

18.11.83

'Taxa sobre ativo penaliza empresas'

O presidente da Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização (Fenaseg), Victor Arthur Renault, ao comentar ontem a proposta de reformulação da Superintendência de Seguros Privados (Susep), afirmou que ela é uma exigência que se faz necessária para a própria segurança das áreas onde a autarquia atua. Entretanto, discordou da fórmula de cobrança que recairá sobre as empresas para manter a nova estrutura.

Para ele, incidir um percentual de até 3%, sobre o ativo líquido das seguradoras, anualmente, significa penalizar a sua capitalização. Victor Renault adiantou que o mercado não se furtaria em contribuir, «desde que, para isso, fosse encontrado uma fórmula melhor». E acrescentou: «Eu não a tenho, mas já propomos o diálogo para empreender estudos nesse sentido».

DIALOGO

O presidente da Fenaseg manifestou ainda o desejo de conversar sobre o projeto de reestruturação

da Susep, como um todo, pois seguindo ele a sua entidade foi comunicada sobre a elaboração do novo órgão (o Ibrasp — Instituto Brasileiro de Seguros Privados, a ser criado em substituição à autarquia). «mas não houve uma discussão mais ampla sobre o assunto».

A proposta da Susep, possivelmente já em mãos do Ministro Leilão de Abreu, do Gabinete Civil, na sua opinião, deve ser debatida, deve haver uma participação maior do mercado, com todos os segmentos, inclusive com o setor de serviços de assistência médica, paramédica e hospitalar, para se chegar a um consenso.

Victor Renault entende que há de fato necessidade de se reestruturar a Susep, «É preciso instrumentalizá-la — disse ele —, dotá-la de suporte físico e material de toda natureza». Essa tese tem o apoio de todo mercado, garantiu ele, reafirmando a necessidade de existir um órgão normativo e fiscalizador bem estruturado, o que é uma exigência das próprias áreas onde hoje atua a Susep.

JORNAL DO COMMERCIO

18.11.83

Benefícios da formação de bombeiros voluntários

Com a presença do governador Franco Montoro, de secretários de Estado e autoridades municipais foi aberto, ontem, no Palácio das Convenções do Anhembi o I Encontro Nacional de Bombeiros Voluntários, promovido pelas Secretarias dos Negócios do Interior e da Segurança Pública, com o objetivo de estimular a criação dessas corporações no Interior do Estado e a formação de pequenos núcleos de defesa civil. Representando a Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização e o Sindicato dos seguradores paulistas, o advogado José Sollero Filho, diretor jurídico da Cruzeiro do Sul, proferiu conferência sobre os benefícios da formação desses grupos para uma assistência formada por prefeitos do Interior ou seus representantes, bombeiros voluntários e outros interessados. A seguir, publicamos parte da conferência de José Sollero Filho, no que se refere à atuação dessas corporações para o mercado segurador brasileiro.

... as condições higrométricas, o regime de ventos, a natureza das construções podem provocar a destruição de muitas cidades, ainda hoje, com grandes perdas patrimoniais, de vidas e de condições de sobrevivência. Prejuízos por incêndios são vultuosíssimos. Em 1982, indenizações por seguro-incêndio pagas pelas seguradoras totalizaram Cr\$ 17,6 bilhões, ou seja, cerca de 177 milhões por dia útil. Aqui se vê mais uma vez a importância dos corpos de bombeiros locais. Atendido no seu início, quando o fogo está na cesta de papel, no carpete, na cortina, no quadro de fusíveis, ele pode ser extinto sem maior dano. O bombeiro voluntário, individualmente, ou a sua corporação, atendendo prontamente ao fato evitará a tragédia, o grande dano. Se, no entanto, for esperado o socorro da cidade vizinha ou da capital

será tarde e só poderá ser isolado o foco...

Não só aí haverá campo para as atividades benéficas dos Corpos de Bombeiros Voluntários. As enchentes, as inundações, os afogamentos, os "socorros impossíveis", é que podem ser realizados pelos bombeiros, com a eficiência e a generosidade bem conhecidas por todos.

Mesmo sem tragédias, vantagens econômico-financeiras podem ser trazidas para as comunidades que organizem seus corpos de bombeiros, apoiados em convenientes estruturas locais e treinamento adequado. De fato, a tarifação do seguro-incêndio no Brasil se baseia em três elementos conhecidos abreviadamente como LOC: a localização onde está o risco, a sua ocupação e a construção que o abriga. É evidente que uma fábrica de fogos de artifícios oferece maior risco de incêndio do que uma igreja, e um prédio de concreto armado incombustível tem de ser taxado mais baixo do que uma casa coberta de madeira. Principalmente, se o risco estiver situado junto de Corpo de Bombeiros que pode atendê-lo com rapidez, eficiência e meios adequados.

Essas cidades são distribuídas em quatro classes, atendendo às possibilidades de socorro, às condições de abastecimento de água e distribuição, facilidade de acesso, organização e aprimoramento dos Corpos de Bombeiros locais, voluntários ou oficiais.

Na Classe 1 encontram-se cidades como Belo Horizonte, Rio, Porto Alegre, Recife. Em São Paulo, estão na Classe 1 de Construção, Capital (exceto a zona periférica), Campinas, Ribeirão Preto, Santo André, Santos, São Bernardo do Campo.

Na Classe 2 se alinham, entre nós, Araraquara, Cubatão, Guarulhos, Osasco, São Caetano do Sul, São Carlos, São José do Rio Preto, São José dos Campos e São Vicente.

Na Classe 3 se colocam, Americana, Fernandópolis, Franca, Guarujá, Ita Solteira, Itapetininga, Jacaré, Jundiá, Limeira, Mogi das Cruzes, Ourinhos, Paulínea, Piracicaba, Presidente Prudente, Sorocaba, Taubaté.

As restantes localidades ficam na Classe 4 de Localização, sendo de notar que há possibilidade de reclassificação das cidades (a lista acima pode até estar desatualizada) que passam de uma categoria para outra obedecidas as exigências do Poder Público e da própria natureza do seguro onde tem de haver o equilíbrio entre o risco e o prêmio.

As vantagens da reclassificação são muito grandes e se ligam à existência de bombeiros no local. Dependem os benefícios da natureza do risco, ressalvada a possibilidade de meios de prevenção, um depósito de gasolina é perigoso igualmente numa pequena cidade ou no sertão. Mas examinados alguns riscos, verifica-se que há uma redução de 10% de uma classe de localização para outra.

Assim, se tomarmos uma panificadora, com tipo de construção, a taxa para os seguros de prédio é de 0,50% ao ano nas cidades de Classe 4 e é de 0,35% para as cidades de Classe 1. Quer dizer, uma padaria no Interior em cidade não classificada entre 3 e 1 paga 60% mais de prêmio de seguro incêndio do que nas cidades como Campinas ou Ribeirão Preto. Isto no período de um ano. Veja-se, então, que em um longo período de tempo se pode concluir pela real vantagem econômico-financeira consequente.

Mas não é aí que reside a maior vantagem dos Corpos de Bombeiros Voluntários. O que mais faz falta hoje é a criação de meios de aplicação de generosidade, de preocupação de servir, de estímulo à boa vontade do nosso povo. E por não haver esses canais, essas pontes, que estamos na crise de violência, de desespero, de desemprego, de tumulto atual. A criação de Corpos de Bombeiros Voluntários cooperará seriamente para o crescimento do sentido comunitário das pequenas comunidades carentes, de forma a lhes permitir formarem-se em células vivas de sã vida democrática, que é de serviço, de amor, de patriotismo, de dedicação. E é aos nobres Prefeitos aqui reunidos que cabe dar a cada momento de sua gestão nova saída para esta caminhada de permanente aspiração de dias melhores que esperamos possam ser atingidos".

DIÁRIO DO COMÉRCIO

18.11.83

Administração terá que adequar custo à realidade

Leonor Bueno Wanderley

No transcorrer desse ano o mercado segurador vem sendo bastante favorecido com as taxas do mercado financeiro, obtendo ótimos resultados com suas aplicações. Para o próximo ano, entretanto, espera-se um aumento do custo administrativo muito além do crescimento da receita, visto que a tendência natural é de aumento da sinistralidade e de estabilidade, na melhor das hipóteses, no bolo de segurados, além da probabilidade de redução das taxas de juros.

A afirmação foi feita pelo presidente do Sindicato das Empresas de Seguros e de Capitalização no Estado de São Paulo, Octávio César do Nascimento, para quem a restrição dos salários, instituída com o Decreto-lei n.º 2.065, repercutirá na redução da capacidade de consumo e, portanto, na angariação de prêmios de seguros. Com relação ao aumento das alíquotas do Imposto de Renda sobre os ganhos de capital, mesmo com uma receita financeira pesada, ele acredita que as seguradoras serão igualmente afetadas como outras atividades econômicas; apenas o capital que girava nas companhias até o pagamento posterior do IR será reduzido imediatamente da receita com a retenção na fonte. Assim, e ainda mais tendo-se à frente a probabilidade de redução das taxas de juros, responsáveis por elevados ganhos patrimoniais durante esse ano, as seguradoras, de uma forma geral, deverão voltar suas administrações para a maximização dos resultados financeiros, na opinião do presidente do Sindicato dos Seguradores paulistas.

FREIO NA EXPANSÃO

Com a redução dos salários e perda do poder aquisitivo da população, os ramos vida e acidentes pessoais e também os seguros de bens não deverão se expandir no próximo ano, afetando também a capacidade de crescimento das companhias, assinalou Octávio César do Nascimento. Como afirmou, os reajustes dos seguros de vida e de acidentes pessoais sofrerão o impacto da redução dos salários, pois as companhias terão que acompanhar tais índices se não quiserem ter um número razoável de desistências de segurados; mesmo assim, haverá o risco dos segurados optarem pela manutenção dos valores desse ano. Por sua vez, o seguro de bens também será afetado com a não expansão da produção dos mesmos, segundo Octávio César do Nascimento. O esfriamento da economia poderá refletir-se também na não contratação de seguros por empresas que, em outra conjuntura, poderiam expandir suas instalações e optar pela garantia desses projetos de engenharia e instalação de máquinas. Caso as seguradoras consigam vencer barreiras no Exterior, porém, os seguros de exportação poderão ter algum incremento, em vista da necessidade provocada pelo Governo — devido à recessão do mercado interno — das empresas se voltarem para a comercialização no Exterior.

Com relação à caderneta de poupança-seguro, Nascimento assinalou que se criou um segmento que pode vir a expandir os ramos vida e de acidentes pessoais. Porém, é difícil prever-se a contribuição adicional que tal mecanismo pode trazer ao mercado segurador no início de sua vigência. Mas, certamente, concluiu o empresário, os resultados seriam formidáveis em outra conjuntura econômica.

DIÁRIO DO COMÉRCIO

18.11.83

Proposta a criação de nova estatal

O governo poderá criar proximo-mente mais uma empresa estatal apesar do esforço de contenção de gastos prometido ao FMI e aos bancos credores. O Ministério da Fazenda enviou à Secretaria de Planejamento da Presidência da República (Seplan) anteprojeto de criação da estatal Ibrasp — Instituto Brasileiro de Seguros Privados.

O anteprojeto foi enviado em setembro pelo ministro Ernane Galvêas ao ministro Delfim Netto, do Planejamento. A proposta está sendo agora examinada pela Secretaria Especial de Controle das Estatais (Sest). Fontes qualificadas da área financeira sustentam que não haverá maiores gastos na eventual criação dessa estatal, porque ocorreria, neste caso, apenas a transformação da Superintendência de Seguros Privados (Susep), vinculada ao Ministério da Fazenda, em Instituto Brasileiro de Seguros Privados.

Esse instituto, a exemplo da Susep, controlaria e regulamentaria o Sistema Nacional de Seguros Privados e Capitalização. Uma fonte mais próxima do ministro Delfim Netto acredita que a criação da estatal poderá sofrer adiamento, por causa dos compromissos do Brasil com o FMI e credores externos, mas reconhece que a proposta é boa, porque reorganizará o sistema de seguros.

O anteprojeto enviado pelo Ministério da Fazenda à Seplan propõe também a fixação de uma taxa de fiscalização, que será cobrada das entidades e pessoas físicas vinculadas ao Sistema Nacional de Seguros Privados e Capitalização. Ocorre, segundo fonte da Seplan, que nas últimas semanas a Fazenda recuou e posicionou-se contrária a essa taxa de fiscalização.

O ESTADO DE S. PAULO

20.11.83

SÍNTESE DO NOTICIÁRIO DA IMPRENSA

Jornal do Commercio - 11/11/83 - EXECUTIVOS CRIA TROFÉU LOPES MARTINEZ - Comemorando os dez anos de sua fundação, o Clube dos Executivos instituiu a Medalha e o Troféu Waldemar Lopes Martinez, seu fundador e primeiro presidente, para homenagear os vencedores do "Corretor Executivo 84", concurso criado há cinco anos para premiar os corretores de seguros que mais se destacam anualmente nos ramos vida e acidentes pessoais. O concurso, que dura cinco meses (de 1º de novembro a 31 de março), traz algumas novidades este ano: foi criado o prêmio viagem internacional (aos Estados Unidos) para os primeiros colocados a nível nacional nas categorias pessoas físicas e jurídicas; viagem para qualquer cidade brasileira para o segundo e terceiro colocado nessas categorias; e um carro zero km (Gol) será disputado entre todos os participantes, desde que tenham satisfeito as condições mínimas pré-fixadas.

Diário do Comércio - 11/11/83 - QUESTÕES SOBRE SEGUROS DE EDIFICAÇÕES - Em caso de estar um imóvel situado em local costumeiramente sobrevoado por aviões, o seguro do morador sobre risco de queda de aeronave ficaria onerado? Não existe um seguro específico para cobrir o risco de queda de aeronaves; a cobertura para este risco estaria incluída nas seguintes modalidades: incêndio, edifício em condomínio e compreensivo de imóveis diversos comerciais e residenciais. Outra das dúvidas é a seguinte: se uma pessoa reside em um edifício onde todas as unidades autônomas menos três são financiadas pelo BNH, o proprietário das unidades financeiras deverá participar do seguro contratado pelo condomínio sobre os pavimentos das garagens e demais áreas comuns? O seguro do BNH abrange não só as partes privativas, mas também as comuns, razão pela qual os mutuários não devem fazer nenhum pagamento adicional. Todavia, se forem feitas melhorias no edifício pelo próprio condomínio, a estas caberá o pagamento adicional do seguro, uma vez que não integram o edifício quando do financiamento.

Diário do Comércio - 18/11/83 - EXPLICAÇÕES AOS LEITORES - 1) Qual o critério para se fixar as importâncias seguradas para danos elétricos? Elas devem corresponder ao valor de reposição de todas as partes elétricas dos bens segurados. Assim, no caso de um conjunto motor/bomba, somente o motor, a chave de comando e a fiação estarão sujeitos a esse tipo de dano, devendo-se excluir o valor da bomba. 2) Como segurar os cabos e fios elétricos e eletrodutos que interligam dois edifícios numa mesma fábrica, considerando que, normalmente, os valores são alocados a cada prédio? O procedimento normal é atribuir metade do valor das interligações a cada um dos dois prédios, ou criar um item dentro da apólice de incêndio, correspondente a todas as interligações elétricas existentes dentro de uma fábrica. 3) O fato de se contratar a cobertura de atualização automática do seguro elimina a aplicação do rateio em caso de sinistro? Não, a atualização automática tem por objetivo fazer com que os valores segurados fixados na data de contratação do seguro sejam corrigidos automaticamente, até que, no fim da vigência da apólice, seja alcançado um valor segurado pré-determinado. 4) Para efeito de cobertura de explosão de equipamentos e inflamáveis, é necessária a fixação de uma importância segurada para cada local dentro de uma fábrica? Essa é uma das formas de contratar-se a co

../.

bertura de explosão de aparelhos (equipamentos) e substâncias (in flamáveis). Todavia, a melhor forma seria fixar uma única verba cor respondente aos danos gerados pela pior explosão que possa ocorrer no estabelecimento segurado.

Jornal do Commercio - 18/11/83 - A AMARGA QUEDA DE PRODUÇÃO - As apurações estatísticas do IRB demonstram que as diversas carteiras de seguros do mercado, em valores deflacionados, de 1963 a 1982, estão experimentando amargas quedas na produção de prêmios, principalmente nos últimos quatro anos. Este fato se constata quando a receita total de 1982, cerca de Cr\$439 bilhões 962 milhões, é comparada com a dos anos anteriores, pois verifica-se que manteve-se abaixo da de 1978 (Cr\$471 bilhões 672 milhões). Abaixo são relacionados os desempenhos de cada ramo do seguro considerado pelas estatísticas do IRB: a) Incêndio - A produção de 1982 (100 bilhões 117 milhões) manteve-se abaixo da de 1977, tendo sido iniciada em 1980 a queda dessa carteira. b) Vidros - Expansão equilibrada desde 1969. c) Roubo - Recuperou-se em 1982, em relação ao exercício anterior, porém permanece estável em relação a 1979. d) Tumultos - Mantém-se estável desde 1979. e) Transportes nacionais - Voltou a operar aos níveis de 1973. f) Transportes internacionais - Houve expressiva expansão dos negócios até 1981, porém estes caíram no ano passado. g) Automóveis - Desempenho flutuante, tendo obtido sua melhor receita em 1978. h) Cascos - O seguro de navios registra uma importante reação nos negócios, verificada já em 1981. i) Aeronáuticos - Sem modificações expressivas desde 1975. j) Lucros cessantes - De 1979 a 1981, os negócios estacionaram-se na casa dos 7,5 bilhões, em média. l) Fidelidade - Curva descendente com seu ponto mais baixo no ano passado. m) Crédito interno - Excelente performance no ano passado, embora ainda distante das 68, 69 e 70. n) Crédito à exportação - há três anos o rendimento permanece inalterado. o) Responsabilidade civil geral - Os prêmios desde carteira permanecem na casa dos 2 bilhões há 11 anos. p) Rural - Resultados favoráveis no ano passado, embora desde 1968 a tendência tenha sido de baixa. q) Animais - Tendo alcançado o ápice das receitas em 1979, a queda tem sido constante. r) Habitacional - Taxa de expansão no ano passado. s) Riscos de engenharia - Clara recuperação em relação a 1980 e 81. t) Riscos diversos - Tendo a atuação dessa carteira permanecido inalterada desde 1975, nos dois últimos anos registrou-se um melhor desempenho. u) Acidentes pessoais - Inalterada em relação a 1981. v) Hospitalar operatório - Inclinação altista desde 1980. x) Vida individual - Pequena elevação em comparação com o ano anterior, embora sua performance real tenha retornado ao nível de 1969. z) Vida em grupo - taxas de crescimento de 1963 a 1979; em 1980 e 81 manifestou-se uma retração, porém no ano passado observou-se uma recuperação importante.

TRÂNSITO

Sinal amarelo

Atropelador terá de pagar indenização até 2014

Filhos do crescimento desordenado das cidades brasileiras, apadrinhados pela fiscalização deficiente do trânsito e protegidos pela morosidade dos procedimentos judiciais, os motoristas irresponsáveis têm, desde terça-feira passada, mais uma razão para abrandar a pressão que costumam fazer sobre o pedal do acelerador. Por votação unânime, a 2.ª Câmara Cível do Tribunal de Alçada do Rio Grande do Sul condenou o engenheiro Augusto Maria

em que ele fôí condenado, na primeira instância, a dois anos e meio de detenção, por homicídio culposo.

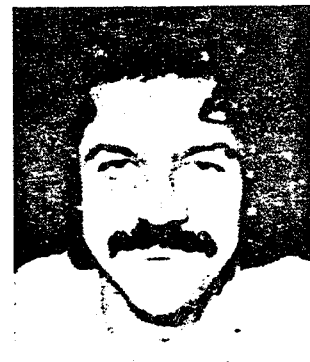
OMISSÃO DE SOCORRO — Sisson estava embriagado quando provocou o acidente que resultou na morte de Fernando Jaeger. O médico, então com 31 anos, passeava de bicicleta pelo acostamento da Avenida Diário de Notícias, na capital gaúcha, e Sisson, ao volante de um Passat, fez uma ultrapassagem perigosa pela direita, saiu da pista e o atingiu por trás, atirando-o longe. O atropelador fugiu do local sem prestar socorro à vítima, e só se apresentou à polícia horas depois, ao tomar conhecimento de que seu carro fora identificado por testemunhas. Submetido aos exames rotineiros, consta-

o direito de planejar a compra de uma casa, para que meus filhos tenham de novo seu quarto, seus objetos pessoais", consola-se Regina Helena.

PUNIÇÃO EXEMPLAR — A sentença acende um sinal amarelo diante dos motoristas imprudentes, habituados à impunidade, e pode servir de alento a outras vítimas de atropelamentos e colisões de veículos. "O fato de alguém estar sendo cobrado por um ato irresponsável que praticou é uma advertência a muitos outros que continuam pondo em risco a segurança alheia", comenta o juiz aposentado Geraldo Faria Lemos Pinheiro, presidente do Conselho Estadual de Trânsito de São Paulo, um dos raros especialistas brasileiros em Direi-



O advogado Renato Maciel: vitória incomum em um caso de atropelamento



Regina e seus filhos: contemplados com a indenização, agora têm direito a retomar os planos para o futuro, interrompidos após a morte de Fernando (acima)

Sisson Filho, 61 anos, a sustentar, até o ano de 2014, a esposa e os três filhos do médico Fernando Trein Jaeger, que ele atropelou e matou no dia 24 de outubro de 1981.

Sisson terá que pagar mensalmente uma pensão de 27 salários mínimos — equivalente, hoje, a 1 542 240 cruzeiros —: considerada a maior indenização já concedida a pessoas físicas na história do Direito brasileiro, além dos honorários do advogado Renato Maciel de Sá Júnior, contratado pela viúva Regina Helena Pederneras Jaeger — mais de 50 milhões de cruzeiros. Além disso, Sisson Filho será obrigado ainda a constituir um capital de garantia das pensões no valor de 300 milhões de cruzeiros. Seus bens, entre os quais um iate, duas lanchas, apartamento e terrenos em Porto Alegre e Florianópolis, foram bloqueados pela Justiça e, no Tribunal de Alçada, ainda tramita, em grau de recurso, o processo criminal

tou-se seu estado de embriaguez, com um teor de 18 decigramas de álcool por litro de sangue — o Código Nacional de Trânsito considera alcoolizado o indivíduo que apresenta acima de 8 decigramas de álcool por litro de sangue.

"Fernando saiu de casa para andar de bicicleta, como fazia todo sábado, e nunca mais voltou", lembra Regina Helena. "Só fiquei sabendo de sua morte no dia seguinte, quando me telefonaram avisando que ele estava no Instituto Médico Legal, recolhido como indigente." Ela conta também que, após a morte do marido, sua família passou a enfrentar problemas financeiros, obrigada a viver com uma pensão do INPS, de 110 000 cruzeiros: "Ficamos dependendo inteiramente do meu pai para comer e morar, e eu não conseguia entender o que tinha acontecido conosco". Com a indenização, diz a viúva, a família pode voltar a fazer planos. "Passamos dois anos sem poder pensar no futuro, e agora me dou

do Trânsito. "Embora prevista na Lei Penal, a indenização nesses casos não é comum no Brasil, talvez porque as vítimas não saibam que têm direito à reparação", acrescenta.

Mesmo aplaudindo a sentença do tribunal gaúcho, o empresário Pedro Paulo Poppovic, que há quatro meses deu início a uma campanha contra a violência do trânsito, após perder a esposa, a psicóloga Ana Maria, num acidente ocorrido na Avenida Sumaré, em São Paulo, considera a indenização, isoladamente, uma medida insatisfatória. "É preciso que o motorista assassino seja responsabilizado criminalmente e condenado à prisão", diz ele, entendendo que só assim se estará providenciando uma punição exemplar. "As leis brasileiras protegem mais a propriedade do que a vida humana, e nos crimes de trânsito os processos demoram tanto que muitas vezes a pena prescreve antes do julgamento", lamenta. ●

Câmbio

O Banco Central do Brasil cotou, ontem, o dólar norte-americano a Cr\$ 896,00 para compra e a Cr\$ 900,00 para venda. No Mercado Livre, que esteve calmo, o dólar foi negociado entre Cr\$ 1.165,00 e Cr\$ 1.170,00 para compra e entre Cr\$ 1.185,00 e Cr\$ 1.190,00 para venda.



Câmbio

NOTAÇÕES DO DIA 28/11/83 EM RELAÇÃO AO CRUZEIRO:

Países	Moedas	(1)		(2)		(3)	
		Compra	Venda	Compra	Venda	Compra	Venda
Estados Unidos	Dólar	896,00	900,00	896,000	900,000	898,50	899,00
Argentina	Peso					47,89005	47,91670
Bolívia	Peso					0,18868	0,18879
Equador	Sucre					10,96170	10,96780
Paraguai	Guarani					5,66055	5,66370
Peru	Sol					0,44925	0,44950
Uruguai	Peso					23,36100	23,37400
Venezuela	Bolívar					71,34090	71,38060
México	Peso					5,44545	5,48170
Inglaterra	Libra	1.298,89	1.323,36	1.307,440	1.332,720	1.310,91150	1.312,54000
Alemanha	Marco	328,57	334,81	330,530	336,800	331,79468	332,10195
Suíça	Franco	408,33	416,13	409,310	417,630	412,43975	412,85878
Suécia	Coroa	111,67	113,61	112,210	114,190	112,80602	112,93969
França	Franco	108,02	110,07	108,530	110,580	109,12071	109,24778
Bélgica	Franco	16,205	16,469	16,273	16,531	16,35122	16,36628
Itália	Lira	0,54270	0,55317	0,546	0,556	0,54786	0,54884
Holanda	Florim	293,27	298,82	294,430	300,010	296,29018	296,55286
Dinamarca	Coroa	91,074	92,670	91,670	93,276	91,91815	92,01637
Japão	Iene	3,7887	3,8608	3,797	3,869	3,82829	3,83205
Austria	Xelim	46,696	47,513	46,296	47,214	47,01726	47,09271
Canadá	Dólar	718,93	730,28	720,080	731,890	724,65521	725,17544
Noruega	Coroa	118,31	120,37	118,970	121,070	119,56087	119,70705
Espanha	Peseta	5,7267	5,8426	5,751	5,852	5,75961	5,78135
Portugal	Escudo	6,8987	7,0516	6,899	7,079	6,91153	7,02343
África do Sul	Rand					739,46550	740,77600
Filipinas	Peso					64,42245	64,45830
Kwatt	Dinar					3,073,13955	3,075,92850
Nova Zelândia	Dólar					589,41600	590,64300
Austrália	Dólar	814,89	828,49	820,140	833,360	822,57675	823,48400
Paquistão	Ruppee					68,55555	68,59370
Hong Kong	Cents					114,91815	115,07200
Finlândia	Markka					155,17095	155,25730
Índia	Ruppee					85,89660	86,03430
Dólar Convênio	Dólar					896,00	900,00
Dólar Repasse		— Cr\$ 897,00. Dólar Cobertura — Cr\$ 899,00.					

Fontes: (1) — Banco Central do Brasil — Abertura.

(2) — Agência Estado — Obs.: Os números acima representam a média aproximada das cotações de alguns importantes mercados internacionais. Por esta razão, não são rígidos, estando sujeitos a oscilações de banco para banco, dependendo do volume, oportunidade, ou importância de cada operação. Normalmente, os preços estabelecidos pelos bancos e corretores não coincidem entre si, mas devem estar fixados em torno da tabela acima.

(3) — Corretora Souza Barros Câmbio e Títulos S/A — Fechamento em Nova York.

DIÁRIO DO COMÉRCIO

29.11.83



COMISSÃO DE SEGUROS INCÊNDIO E LUCROS CESSANTES

DESCONTOS POR EXTINTORES

RESOLUÇÕES SOBRE OS SEGUINTE PROCESSOS:-

- | | |
|---|---|
| <p>- CIA. TEXTIL RAGUEB CHOEFI - Av. Pa
ranã, 1440 - MARINGÁ - PR</p> <p>D T S - 5493/83 - 27.10.83</p> | <p>- NORD S.A. - INDÚSTRIA E COMÉR-
CIO - Rodovia Marechal Rondon
nº. 1920 - SALTO - S.P.</p> <p>D T S - 5553/83 - 31.10.83</p> |
| <p>- MOVAX INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE
PERFIS LTDA. - Rodovia do Xisto
Km. 19 nº. 5081 - ARAUCÁRIA - PR</p> <p>D T S - 5521/83 - 27.10.83</p> | <p>- MORITA S.A. COMERCIAL IMPORTADO
RA - Rua Coronel Antonio nº. 98
CAMPO GRANDE - MS</p> <p>D T S - 5554/83 - 31.10.83</p> |
| <p>- MOVAX INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE
PERFIS LTDA. - Rua Major Sezino
nº. 811 - ARAUCÁRIA - PR</p> <p>D T S - 5523/83 - 27.10.83</p> | <p>- COMPANHIA NACIONAL DE ESTAMPA
RIA - FÁBRICA SANTO ANTONIO-Rua
Comendador Oetterer nºs. 119/
211 - SOROCABA - S.P.</p> <p>D T S - 5555/83 - 31.10.83</p> |
| <p>- COOPERATIVA DOS CAFEICULTORES DA
REGIÃO DE MARÍLIA - Rua Bassan,
s/nº. - MARÍLIA - S.P.</p> <p>D T S - 5548/83 - 31.10.83</p> | <p>- BRASIMAC S.A. - ELETRO DOMÉSTI-
COS - Rua José Soares de Azeve-
do, 78 - TABOÃO DA SERRA - S.P.</p> <p>D T S - 5556/83 - 31.10.83</p> |
| <p>- SIMETAL S.A. INDÚSTRIA E COMÉR-
CIO - Rua Adelino de Almeida Cal
tilho, 209 - SÃO PAULO - S.P.</p> <p>D T S - 5549/83 - 31.10.83</p> | <p>- BRASIMAC S.A. - ELETRO DOMÉSTI-
COS - Rua Marechal Bitencourt nº.
744 - SANTA CRUZ DO RIO PARDO-S.P.</p> <p>D T S - 5557/83 - 31.10.83</p> |
| <p>- SIDERÚRGICA NOSSA SENHORA APARE
CIDA S.A. - DIVISÃO CLEIDE - Ave
nida D. Pedro I nºs. 734/790 -
SANTO ANDRÉ - S.P.</p> <p>D T S - 5550/83 - 31.10.83</p> | <p>- COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRI-
BUIÇÃO - LOJA 346 - Rua Antonio
Maria Coelho, 1510 com Rua Maracajú
nº. 1427 - CAMPO GRANDE - MS</p> <p>D T S - 5558/83 - 31.10.83</p> |
| <p>- INDÚSTRIAS GESSY LEVER LTDA. -
Avenida das Indústrias nº. 315-
VINHEDO - S.P.</p> <p>D T S - 5551/83 - 31.10.83</p> | <p>- COOPERATIVA AGRÍCOLA DE COTIA -
COOP. CENTRAL - Rua Pres. Vargas
nºs. 245/253 - BASTOS - S.P.</p> <p>D T S - 5559/83 - 31.10.83</p> |
| <p>- PERDIGÃO COMERCIAL E EXPORTADO-
RA S.A. - Avenida Nações Unidas
nº. 51-15 - BAURÚ - S.P.</p> <p>D T S - 5552/83 - 31.10.83</p> | <p>.../.</p> |

- INDÚSTRIAS ROMI S.A. FUNDAÇÃO ROMI (CENTRO ADMINISTRATIVO E AMBULATÓRIO) - Avenida João Ometto nº. 200 - SANTA BÁRBARA D'OESTE-S.P.
D T S - 5560/83 - 31.10.83
- CASA ANGLO BRASILEIRA S.A. - MODAS, CONFECÇÕES E BAZAR "MAPPIN" - Al. Barão de Limeira, 108 - Campos Elísios - SÃO PAULO - S.P.
D T S - 5561/83 - 31.10.83
- GRÁFICA PINHAL LTDA. - Rua D. Luiza Paiva Dias nº. 126 - SÃO PAULO - S.P.
D T S - 5562/83 - 31.10.83
- COMPANHIA ITAÚNA DE PAPEL - Rua Frei Galvão, 255 - Jardim Rollo ARARAS - S.P.
D T S - 5563/83 - 31.10.83
- SOCIEDADE BENEFICENTE ISRAELITA BRASILEIRA HOSPITAL ALBERT EINSTEIN - Avenida Albert Einstein nºs.627/701 - SÃO PAULO - S.P.
D T S - 5564/83 - 31.10.83
- KEIKO DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. - Av. Kizaemon Ta-keuti, 3200 - TABOÃO DA SERRA - S.P.
D T S - 5565/83 - 31.10.83
- ADP SYSTEMS - EMPRESA DE COMPUTAÇÃO LTDA. - Rua Paulino Guimarães nºs. 186,198 e 210 c/ Rua Pedro Vicente - SÃO PAULO - S.P.
D T S - 5566/83 - 31.10.83
- BOUQUET INDÚSTRIA E COMÉRCIO - Avenida Santa Marina, 780 - Água Branca - SÃO PAULO - S.P.
D T S - 5567/83 - 31.10.83
- PERSTORP DO BRASIL INDÚSTRIA E COM. LTDA. - Av. Piraporinha, 852 - SÃO BERNARDO DO CAMPO - S.P.
D T S - 5568/83 - 31.10.83
- VOLKSWAGEN CLUBE - Av. Tiradentes nº.1853 - SÃO BERNARDO DO CAMPO-S.P.
D T S - 5569/83 - 31.10.83
- SIMETAL S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO - Rua Honório Maia, 793 - SÃO PAULO - S.P.
D T S - 5570/83 - 31.10.83
- QUIMINDÚSTRIA S.A. - Distr. Industrial de Pajuçara-MARANGUAPÉ - CE
D T S - 5571/83 - 31.10.83
- PLÁSTICOS A.P.J. LTDA. - Rodo-
via Vinhedo/Viracopos - Bairro Capela - VINHEDO - S.P.
D T S - 5572/83 - 31.10.83
- HOTEL AMAZONAS (TURISMO) LTDA.-
Praça Adalberto Vale, s/nº. -
MANAUS - AM
D T S - 5573/83 - 31.10.83
- FONE-MAT S.A. - INDÚSTRIA PARA
TELECOMUNICAÇÕES - Avenida Ro-
bert Kennedy nº. 747 - SÃO
BERNARDO DO CAMPO - S.P.
D T S - 5574/83 - 31.10.83
- COMÉRCIO DE MÓVEIS XAVIER LTDA.
Av. Brasil, 456 - FRANCA - S.P.
D T S - 5575/83 - 31.10.83
- AGEFRA ARMAZENS GERAIS DE FRANCA
LTDA. E/OU EXPORTADORA E IMPORTADO
RA MARUBENI COLORADO S.A. - Av. San-
tos Dumont, 2155 - FRANCA - S.P.
D T S - 5576/83 - 31.10.83
- COMPANHIA VINÍCOLA RIO GRANDEN-
SE - Avenida Presidente Wilson
nº. 1550 - SÃO PAULO - S.P.
D T S - 5577/83 - 31.10.83
- M.R.A. MATERIAL FOTOGRÁFICO LTDA.-
Avenida Jardim Japão nº. 768 -
SÃO PAULO - S.P.
D T S - 5578/83 - 31.10.83

.. / .

- RICAL CALÇADOS LTDA. - Rua Couto Magalhães, 535 - FRANCA - S.P.
D T S - 5579/83 - 31.10.83
- S.A. WHITE MARTINS - Av. dos Autonomistas, 10484 - OSASCO - S.P.
D T S - 5580/83 - 31.10.83
- ANDERSON CLAYTON S.A. IND. E COMÉRCIO - Rua General Marcondes Salgado, 17-71 - BAURÚ - S.P.
D T S - 5581/83 - 31.10.83
- BRASIMAC S.A. - ELETRO DOMÉSTICOS - Av. Marcelino Pires nº. 2089 - DOURADOS - MS
D T S - 5582/83 - 31.10.83
- BRASIMAC S.A. - ELETRO DOMÉSTICOS - Avenida Calogeras, 225 - CAMPO GRANDE - MS
D T S - 5583/83 - 31.10.83
- SALSBURY LABORATÓRIOS LTDA. - Rua Maria Bibiana do Carmo nº. 305 - CAMPINAS - S.P.
D T S - 5584/83 - 31.10.83
- SALSBURY LABORATÓRIOS LTDA. - Rua Roberto Cantuzio, 73 e Rua Antonio J. S. Martelinho nºs. 192 e 198 - CAMPINAS - S.P.
D T S - 5585/83 - 31.10.83
- EQUIPETROL S.A. - Cia. das Torres, 646 - Cidade Industrial de Aratú - SIMÕES FILHO - BA
D T S - 5620/83 - 03.11.83
- ERICSSON DO BRASIL COMÉRCIO E INDÚSTRIA S.A. - Avenida Dom João VI nº. 264 - SALVADOR - BA
D T S - 5621/83 - 03.11.83
- ARMARINHO SANTO ANTONIO LTDA. - Rua Florência de Souza nº. 70 - UBÁ - MG
D T S - 5623/83 - 03.11.83
- DOM VITAL TRANSP. ULTRA RÁPIDO IND. E COM. S.A. - Rua das Calçadas nºs. 330 e 334 - RECIFE - PE
D T S - 5631/83 - 03.11.83
- ARMARINHO SANTO ANTONIO LTDA. - Avenida Cristiano Roças nºs. 151/155 - UBÁ - MG
D T S - 5644/83 - 04.11.83
- JOHANN FABER DO PARANÁ S.A. IND. E COM. DE MADEIRAS - Estr. Fernandes Pinheiro, 900 - TEIXEIRA SOARES - PR
D T S - 5730/83 - 11.11.83
- BRASIMAC S.A. - ELETRO DOMÉSTICOS - Rua Sete de Setembro nº. 519 - PARAGUAÇU PAULISTA - S.P.
D T S - 5735/83 - 14.11.83
- EQUIPAMENTOS N.G.K. RINNAI S.A. Estrada São Paulo/Rio de Janeiro, 2768 - ITAQUAQUECETUBA-S.P.
D T S - 5736/83 - 14.11.83
- CIBA GEIGY QUÍMICA S.A. - Av. das Nações Unidas, 14171-SÃO PAULO-S.P.
D T S - 5737/83 - 14.11.83
- EDITORA ABRIL S.A. - Av. Otaviano Alves de Lima, 4400-SÃO PAULO-S.P.
D T S - 5738/83 - 14.11.83
- LABORATÓRIOS LEPETIT S.A. - Av. Mário Lopes Leão, 1500-SÃO PAULO-S.P.
D T S - 5739/83 - 14.11.83
- DU PONT DO BRASIL S.A. (DIVISÃO POLIDURA) - Avenida Poliduranº. 100 - Cumbica - GUARULHOS - S.P.
D T S - 5740/83 - 14.11.83
- METALAUTO LTDA. - Rua José Lopes, 75 - GUARULHOS - S.P.
D T S - 5741/83 - 14.11.83
- NOVUS CALÇADOS S.A. - Rua Conselheiro Ramalho nºs. 525/557 - SÃO PAULO - S.P.
D T S - 5742/83 - 14.11.83
- GAIL GUARULHOS S.A. IND. E COM. Rua Cavadas, 899 - GUARULHOS-S.P.
D T S - 5743/83 - 14.11.83

.../.

- DOMENICO BESTETTI & COMPANHIA
LTDA. - Avenida Hollingsworth nº.
691 - SOROCABA - S.P.

D T S - 5744/83 - 14.11.83
- COMÉRCIO DE VEÍCULOS BIGUAÇÚ LTDA.-
Rua Biguaçú, 91 - SÃO PAULO - S.P.

D T S - 5745/83 - 14.11.83
- SUNTORY DO BRASIL INDÚSTRIA E CO
MÉRCIO LTDA. - Alameda Campinas
nºs. 556 e 600 - SÃO PAULO-S.P.

D T S - 5746/83 - 14.11.83
- TINTURARIA PARI LTDA. - Rua Jo-
ão Veloso Filho, 100 - SÃO PAULO - S.P.

D T S - 5747/83 - 14.11.83
- BRINDES TIP LTDA. - Rua Profes-
sor Guilherme Belfort Sabinonº.
1401 - SÃO PAULO - S.P.

D T S - 5748/83 - 14.11.83
- CEM S.A. - ARTIGOS DOMÉSTICOS -
Rua General Osório nº. 518 -
SANTA BÁRBARA D'OESTE - S.P.

D T S - 5749/83 - 14.11.83
- MEIAS LUPO S.A. - FÁBRICA I -
Rua Gonçalves Dias nºs. 511/543 -
ARARAQUARA - S.P.

D T S - 5750/83 - 14.11.83
- DIAS PASTORINHO S.A. COMÉRCIO E
INDÚSTRIA - Rua Conselheiro Mo-
reira Barros, 240 - SÃO PAULO - S.P.

D T S - 5751/83 - 14.11.83
- BRASIMAC S.A. - ELETRO DOMÉSTI-
COS - Rua Coronel Militão nº.
714 - TANABI - S.P.

D T S - 5752/83 - 14.11.83
- COMPANHIA AMERICANA INDUSTRIAL
DE ÔNIBUS - Rua Guaiauna, 550 -
SÃO PAULO - S.P.

D T S - 5753/83 - 14.11.83
- DEDINI COMERCIAL LTDA. - Av. Rui
Barbosa nºs. 360/364-PIRACICABA - S.P.

D T S - 5754/83 - 14.11.83
- MEIAS LUPO S.A. - FÁBRICA II -
Rodovia Washington Luiz - Km.
276,5 - ARARAQUARA - S.P.

D T S - 5755/83 - 14.11.83
- INDÚSTRIA QUÍMICA SÃO MARCO LTDA. -
Rua Serra de Jairé nºs. 878/892 -
SÃO PAULO - S.P.

D T S - 5756/83 - 14.11.83
- VIPA - VILA PRUDENTE AUTOMÓVEIS
LTDA. - Avenida Doutor Francis-
co Mesquita, 400 - SÃO PAULO - S.P.

D T S - 5757/83 - 14.11.83
- SAMIRA INDÚSTRIA E COM. S.A. -
Rua Jaraguã nºs. 715 a 739 -
SÃO PAULO - S.P.

D T S - 5758/83 - 14.11.83
- HITER INDÚSTRIA E COM. DE CON-
TROLES TERMO-HIDRÁULICOS LTDA.-
Rua Barão de Pombalinho, 110 -
SÃO PAULO - S.P.

D T S - 5759/83 - 14.11.83
- TELEXPEL INDÚSTRIA E COM. DE PA
PÉIS LTDA. - Av. Pres. Jucelino
K. de Oliveira, 800 - CAIEIRAS-S.P.

D T S - 5760/83 - 14.11.83
- KARMANN-GHIA DO BRASIL LTDA. -
Av. Álvaro Guimarães nº. 2487 -
SÃO BERNARDO DO CAMPO - S.P.

D T S - 5761/83 - 14.11.83
- Y.K.K. YOSHIDA BRASILEIRA INDÚS
TRIA E COMÉRCIO LTDA. - Av. Fer-
nando Stecca, 1555 - SOROCABA-S.P.

D T S - 5762/83 - 14.11.83
- TRANSPORTES BELAUTO LTDA. - Ave-
nida Visconde de Souza Franco nº.
829 - BELÉM - PA

D T S - 5763/83 - 14.11.83
- LUMOBRÁS IMPORTAÇÃO, COMÉRCIO E
INDÚSTRIA LTDA. - Rua Amazonas
nº. 352 - BARUERÍ - S.P.

D T S - 5764/83 - 14.11.83

.../.

- DEDINI REFRAATÓRIOS LTDA. - Rodovia Piracicaba/Rio Claro - Km. 5 - PIRACICABA - S.P.
D T S - 5765/83 - 14.11.83
- CEM S.A. - ARTIGOS DOMÉSTICOS - Rua Antonio Agu, 749 - OSASCO - S.P.
D T S - 5766/83 - 14.11.83
- SUPERMERCADO ELDORADO S.A. - Avenida Conselheiro Nêbias, 802 - SANTOS - S.P.
D T S - 5767/83 - 14.11.83
- JOHNSON & JOHNSON S.A. INDÚSTRIA E COM. - Km. 157 da Rod. Pres. Dutra - SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - S.P.
D T S - 5768/83 - 14.11.83
- GETOFLEX METZELER INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. - Avenida Rotary nº. 281 - GUARULHOS - S.P.
D T S - 5769/83 - 14.11.83
- DI CICCIO S.A. - COMÉRCIO E INDÚSTRIA - Rua José Abrantes nº. 100 - SÃO PAULO - S.P.
D T S - 5770/83 - 14.11.83
- HEVEA - INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS LTDA. - Rua Arnaldo Magniccaro nº. 127 - Jurubatuba - SÃO PAULO - S.P.
D T S - 5771/83 - 14.11.83
- ALCACE S.A. EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS - Avenida Papa João XXIII nºs. 3450/3500 - MAUÁ - S.P.
D T S - 5772/83 - 14.11.83
- McFADDEN & COMPANHIA LTDA. - Rua Conde Francisco Matarazzo, s/nº. RANCHARIA - S.P.
D T S - 5773/83 - 14.11.83
- BRASILIT S.A. - Avenida Prosperidade, 380 - SANTO ANDRÉ - S.P.
D T S - 5774/83 - 14.11.83
- RODRIGUES PINTO GELATINAS LTDA. - Avenida Papa João XXIII, 300 - PEDREIRA - S.P.
D T S - 5775/83 - 14.11.83
- CONFAB INDUSTRIAL S.A. - Rua Dr. Gonzaga, s/nº. - Distrito de M. Cesar - PINDAMONHANGABA - S.P.
D T S - 5776/83 - 14.11.83
- COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO - LOJA 131 - Rua Marquês de Valença, 170 - BELO HORIZONTE - MG
D T S - 5837/83 - 17.11.83
- TRANSPORTADORA PAMPA S.A. - Rua Professora Corina Erse nº. 238 - JUIZ DE FORA - MG
D T S - 5839/83 - 17.11.83
- YANES CAMPING LTDA. - Rod. Fernando Dias - Km. 882,20 - EXTREMA - MG
D T S - 5840/83 - 17.11.83
- ÂNCORA S.A. IND. E COM. - Rua Dona Maria Carneiro, 142 - ITAJUBÁ - MG
D T S - 5841/83 - 17.11.83
- EMBRACO-EMPRESA BRASILEIRA DE COMPRESSORES S.A. - Rua Ruy Barbosa, 1020 - JOINVILLE - SC
D T S - 5844/83 - 17.11.83

* * *

_____ *

DESCONTOS POR HIDRANTES

RESOLUÇÕES SOBRE OS SEGUINTE PROCESSOS:-

- | | |
|---|---|
| <p>- METALÚRGICA BRASITÁLIA LTDA. - Avenida Roberto Gordon nºs.449/455 - <u>DIADEMA - S.P.</u>
D T S - 5586/83 - 31.10.83</p> | <p>- PELMEX DA AMAZÔNIA S.A. - Rua Rio Jutai, s/nº. - Distrito Industrial - <u>MANAUS - AM</u>
D T S - 5596/83 - 31.10.83</p> |
| <p>- DEGUSSA S.A. DIVISÃO QUÍMICA E ESTABILIZANTES BARLOCHER COM. E INDÚSTRIA LTDA. - Rua Justino Paixão, 168 - <u>MAUÁ - S.P.</u>
D T S - 5587/83 - 31.10.83</p> | <p>- EMPAX EMBALAGENS S.A. - Rua Herbert Alfred Landsberger, 72 - <u>Santo Amaro - SÃO PAULO - S.P.</u>
D T S - 5597/83 - 31.10.83</p> |
| <p>- CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO CAMARGO CORRÊA S.A. - Rod. Pres. Dutra Km. 228,6 - <u>GUARULHOS - S.P.</u>
D T S - 5588/83 - 31.10.83</p> | <p>- MERCK SHARP & DOHME IND. QUÍMICA E FARMACÊUTICA LTDA. - Rua 13 de Maio,999 - <u>Souzas - CAMPINAS - S.P.</u>
D T S - 5598/83 - 31.10.83</p> |
| <p>- INDS. GESSY LEVER LTDA. - Av. das Indústrias, 315 - <u>VINHEDO - S.P.</u>
D T S - 5589/83 - 31.10.83</p> | <p>- LEVI STRAUSS DO BRASIL IND. E COMÉRCIO LTDA. - Rua João Paulo Ablas, s/nº. - <u>COTIA - S.P.</u>
D T S - 5599/83 - 31.10.83</p> |
| <p>- COPEBRÁS S.A. - COMPLEXO DE FERTILIZANTES - Estr. de Cubatão/Piaçaguera - Km.62 - <u>CUBATÃO - S.P.</u>
D T S - 5590/83 - 31.10.83</p> | <p>- HEUBLEIN DO BRASIL COMERCIAL E INDL. LTDA. - Rua Engenheiro Carlos Reinaldo Mendes, 1762 - Antida Rua Major Barros França - <u>B. Boa Vista - SOROCABA - S.P.</u>
D T S - 5600/83 - 31.10.83</p> |
| <p>- SIELD-SOCIEDADE INDL. DE ESCOVAS LTDA. - Av. Santos Dumont nº. 2001 - <u>Cumbica - GUARULHOS-S.P.</u>
D T S - 5591/83 - 31.10.83</p> | <p>- EQUIPAMENTOS VILLARES S.A. - Av. Senador Vergueiro nºs. 2000 e 2100 - <u>SÃO BERNARDO DO CAMPO - S.P.</u>
D T S - 5777/83 - 14.11.83</p> |
| <p>- S.A. FABRIL SCAVONE - Av. Independência, 226 - <u>ITATIBA - S.P.</u>
D T S - 5592/83 - 31.10.83</p> | <p>- LORILLEUX DO BRASIL IND. DE TINTAS S.A. - Rodovia Raposo Tavares - Km. 27,4 - <u>COTIA - S.P.</u>
D T S - 5778/83 - 14.11.83</p> |
| <p>- FIAÇÃO E TECELAGEM TOGNATO S.A. Avenida Pereira Barreto, 851 - <u>SÃO BERNARDO DO CAMPO - S.P.</u>
D T S - 5593/83 - 31.10.83</p> | <p>- ALVENIUS EQUIPAMENTOS TUBULARES S.A. - Estr. Municipal Fernando Nobre, s/nº. - Altura do Km. 28,6 da Rodovia Rap. Tavares - <u>COTIA - S.P.</u>
D T S - 5779/83 - 14.11.83</p> |
| <p>- CARGILL AGRÍCOLA S.A. - Rod. SP-305 - Km. 13 - <u>MONTE ALTO - S.P.</u>
D T S - 5594/83 - 31.10.83</p> | <p>- INDS. ARTEB S.A. - Estr. de Piraporinha, 1221 e Av. Robert Kennedy, s/nº. - <u>SÃO BERNARDO DO CAMPO - S.P.</u>
D T S - 5780/83 - 14.11.83</p> |
| <p>- INDS. J. B. DUARTE S.A. - Rua dos Patriotas, 1382 - <u>SÃO PAULO-S.P.</u>
D T S - 5595/83 - 31.10.83</p> | |

.. / .

- IND. E COM. L.S. STARRET S.A. - Av. Laroy S. Starret, 1880 - Bairro do Pinheirinho - ITÚ - S.P.
D T S - 5781/83 - 14.11.83
- FAGERSTA SECOROC IND. E COM. S.A. E OU SECO TOOLS DO BRASIL S.A. IND. METALÚRGICA - Av. Sen. Vergueiro nº. 2402 - SÃO BERNARDO DO CAMPO - S.P.
D T S - 5782/83 - 14.11.83
- CIA. VIDRARIA SANTA MARINA - Rua Rui Barbosa, 345 - MAUÁ - S.P.
D T S - 5783/83 - 14.11.83
- CIA. CERVEJARIA BRAHMA - FILIAL AGUDOS - Rôdovia Marechal Rondon - Km. 317 - AGUDOS - S.P.
D T S - 5784/83 - 14.11.83
- BSI INDS. MECÂNICAS S.A. - Via Senador José Ermírio de Moraes - Km. 3 - SOROCABA - S.P.
D T S - 5785/83 - 14.11.83
- BRASCOLA LTDA. - Rua Brascola nº. 222 - SÃO BERNARDO DO CAMPO - S.P.
D T S - 5786/83 - 14.11.83
- ALCON LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA. - Avenida Nossa Senhora da Assunção, 736 - SÃO PAULO - S.P.
D T S - 5787/83 - 14.11.83
- GLASURIT DO BRASIL LTDA. - Avenida Ângelo Demarchi nº. 123 - SÃO BERNARDO DO CAMPO - S.P.
D T S - 5788/83 - 14.11.83
- BORLEM S.A. EMPREENDIMENTOS INDUSTRIAIS - Av. Barão do Rio Branco nº. 20 - GUARULHOS - S.P.
D T S - 5789/83 - 14.11.83

- COMPANHIA JAUENSE INDUSTRIAL - Rua Humaitã, 2317 - JAÚ - S.P.
D T S - 5790/83 - 14.11.83
- INGO MÁQUINAS ÓPTICAS LTDA. - Rôdovia SP-95 - Km.46,5 - AMPARO - S.P.
D T S - 5791/83 - 14.11.83
- SOLVENTEX IND. QUÍMICA LTDA. - Estr. Jaceguava,863 - SÃO PAULO-S.P.
D T S - 5792/83 - 14.11.83
- AGRO INDL. AMÁLIA S.A. - Fazenda Amália - SANTA ROSA DE VITERBO - S.P.
D T S - 5793/83 - 14.11.83
- LOJAS ARAPUÃ S.A. - Av. Pres. Kennedy, 2299 - OSASCO - S.P.
D T S - 5794/83 - 14.11.83
- COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO - LOJA 346 - Rua Antonio Maria Coelho, 1510 com Rua Maracajú, 1427 - CAMPO GRANDE - MS
D T S - 5795/83 - 14.11.83
- COPA - COMPANHIA DE PAPÉIS - Estrada Estadual - SP-52 - Km. 7 - Bairro Itagaçaba - CRUZEIRO - S.P.
D T S - 5825/83 - 14.11.83
- CHOCOLATES GAROTO S.A. - Praça Meyerfreund, 1 - VILA VELHA - ES
D T S - 5843/83 - 17.11.83

* * *

* _____ *

T A R I F A Ç Ã O I N D I V I D U A L

DECISÕES DA SUSEP SOBRE OS SEGUINTE PROCESSOS:-

- KUBOTA-TEKKO DO BRASIL IND. E COM. LTDA. - Av. Fagundes de Oliveira nº. 900 - Piraporinha - DIADEMA - S.P.

584/83, de 19.09.83, aprova a Tarifação Individual para o seguro supra, representada pelas seguintes condições:

Ofício DETEC/SESEB nº

.../.

BI-374

DTS-7

a) - desconto de 25% (vinte e cinco por cento) sobre as taxas básicas da TSIB, aplicável aos locais n^{os}. 5,6,6A/B,7,17 e 18 - rubrica 022.11;

b) - vigência de 3 (três) anos, a partir de 07 de outubro de 1982;

c) - observância do disposto no subitem 5.1 da Circular SUSEP n^o 12/78.

- TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. - TELEBRÁS (CENTRO DE PESQUISAS E DESENVOLVIMENTO) - Estr. de Servividão da Fazenda Pau D'Alho n^o. 1000 - Rodovia SP-340 - Campinas/Mogi-Mirim - Km. 118,5 e outros locais - CAMPINAS - S.P.

Ofício DETEC/SESEB n^o 610/83, de 19.09.83, aprova a Tarifação Individual para o segurado supra, representada pelas seguintes condições:

a) - taxa única de 0,10% (dez centésimos por cento) para a cobertura básica de Incêndio e Raio;

b) - adicional de 0,075% (setenta e cinco milésimos por cento) para a cobertura acessória de Danos Elétricos com franquia de 10% (dez por cento) dos prejuízos em cada sinistro, limitada ao mínimo de 10 vezes o Maior Valor de Referência vigente no País, na data do sinistro;

c) - adicional de 0,05% (cinco centésimos por cento) para a cobertura acessória de Explosão, com a Cláusula 204, da TSIB;

d) - vigência de 3 (três) anos, a partir de 02 de setembro de 1981.

- RIGESA, CELULOSE PAPEL E EMBALAGENS LTDA. - Rua Johann G.H. Haldich n^o. 511 - Bairro de Passo Manso - BLUMENAU - SC

Ofício DETEC/SESEB n^o 642/83, de 27.09.83, aprova a alteração da Tarifação Individual - Incêndio do Segurado em epígrafe, a fim de incluir o local n^o. 7, rubrica 422.42, no benefício de desconto de 20% (vinte por cento) sobre as taxas normais da TSIB, enquanto os locais

n^{os}. 6 e 7 constituírem um único risco, permanecendo, entretanto, as demais condições fixadas anteriormente.

- BAYER DO BRASIL S.A. - Rua Domingos Jorge n^{os}. 1000/1100 e Alexandre Gusmão, 606 - Bairro do Socorro - Sto. Amaro-SÃO PAULO - S.P.

Ofício DETEC/SESEB n^o 658/83, de 06.10.83, aprova a alteração da Tarifação Individual - Incêndio do segurado supra, a fim de incluir os locais n^{os}. 9607 e 9608, rubrica 437.13, no benefício de desconto de 25% (vinte e cinco por cento), sobre as taxas básicas da TSIB, permanecendo, entretanto, as demais condições fixadas anteriormente.

- COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO INDÚSTRIAS DE PAPEL - Estrada Velha de Campinas - Kms. 34 e 35 - CAIEIRAS - S.P.

Ofício DETEC/SESEB n^o 661/83, de 06.10.83, aprova a Tarifação Individual para o segurado supra, representada pelas seguintes condições:

a) - desconto de 20% (vinte por cento) sobre as taxas básicas da TSIB, aplicável aos locais:

Bloco II - 201/204 e 208/211 - rubrica 422.13;

Bloco VII - 701 - rubrica 422.42;

Bloco VIII - 801A/E - rubrica 364.22 (serraria);

Bloco IV - 412 - rubrica 116.10;

b) - vigência de 3 (três) anos, a partir de 02 de julho de 1982;

c) - observância do disposto no subitem 5.1 da Circular n^o 12/78, da SUSEP.

- COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO INDÚSTRIAS DE PAPEL - Rua Spartaco, 685 esquina com Rua Tito n^{os}. 479/503 - Bairro da Lapa - SÃO PAULO - S.P.

Ofício DETEC/SESEB n^o 664/83, de 07.10.83, aprova a Tarifação Individual para o se-

.../.

gurado supra, representada pelas seguintes condições:

- a) - desconto de 25% (vinte e cinco por cento) sobre as taxas básicas da TSIB, aplicável aos locais A, A-1 e C - rubrica 529.10;
- b) - vigência de 3 (três) anos, a partir de 23 de outubro de 1982;
- c) - observância do disposto no subitem 5.1 da Circular SUSEP nº 12/78.

- LABORATÓRIOS LEPETIT S.A. - Avenida Mário Lopes Leão nº. 1500 - SÃO PAULO - S.P.

Ofício DETEC/SESEB nº 673/83, de 06.10.83, aprova a Tarifa Individual para o segurado supra, representada pelas seguintes condições:

a) - desconto de 25% (vinte e cinco por cento) sobre as taxas básicas da TSIB, aplicável aos locais nºs.:

- 5 (3º pavimento), somente para prédio - rubrica 437.14;
- 5A, 9 e 9A, para prédio e conteúdo - rubrica 437.14;

b) - vigência de 3 (três) anos, a partir de 30 de dezembro de 1982;

c) - observância do disposto no subitem 5.1 da Circular SUSEP nº 12/78.

- EMPRESA DE ENERGIA ELÉTRICA DE MATO GROSSO DO SUL S.A. - ENERSUL em diversos locais no Estado de MATO GROSSO DO SUL

Ofício DETEC/SESEB nº 684/83, de 13.10.83, aprova a Tarifa Individual para o segurado supra, representada pelas seguintes condições:

a) - taxa única de 0,125% (cento e vinte e cinco milésimos por cento) para a cobertura dos riscos de Incêndio e Raio;

b) - taxa única de 0,20% (vinte centésimos por cento) para a cobertura de Danos Elétricos;

c) - taxa única de 0,375% (trezentos e setenta e cinco milésimos por cento) para a cobertura

especial de "Deficiência e bens em Locais não Especificados", c/ a inclusão da seguinte Cláusula Especial:

"Em caso de sinistro, havendo de ficiência de seguro nas verbas especificadas ou bens não explicitamente segurados, fica entendido e acordado que se lançará mão da verba da Seção C para procurar suprir a falta de cobertura parcial ou total, sem prejuízo da Cláusula de Rateio das Condições Gerais da Apólice, limitada, ainda, a indenização pela mencionada verba, em cada sinistro, a 10% (dez por cento) dessa verba".

d) - vigência de 3 (três) anos, a partir de 09 de abril de 1982;

e) - negar a inclusão graciosa da cobertura de incêndio resultante de queimadas em zonas rurais, prevista na Cláusula 215, da TSIB.

Nas taxas acima, já estão considerados os descontos por sistemas de proteção e/ou combate a incêndio, existentes ou que venham a existir.

- NATIONAL DO BRASIL LTDA. - Rod. Pres. Dutra - Km. 159 - Rio/São Paulo - SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - S.P.

Ofício DETEC/SESEB nº 688/83, de 13.10.83, aprova a Tarifa Individual para o segurado supra, representada pelas seguintes condições:

a) - desconto de 25% (vinte e cinco por cento) sobre as taxas básicas da TSIB, aplicável aos locais nºs.:

- 36 e 38 - rubrica 470.11;

- 41 - rubrica 470.13;

b) - vigência de 3 (três) anos, a partir de 14 de dezembro de 1982;

c) - observância ao disposto no subitem 5.1 da Circular SUSEP nº 12/78;

d) - negativa de qualquer benefício tarifário para os locais nºs.: 2, 2A, 15, 16, 21, 21A, 26, 34 e

.. / .

45, por não apresentarem condições superiores aos normais de suas classes e ainda pelo aglomerado de dependências anexadas prejudicando a qualidade do risco.

- FÁBRICA DE AÇO PAULISTA S.A. - Avenida Fernando Stecca, 5501 - SOROCABA - S.P.

Ofício DETEC/SESEB nº 691/83, de 13.10.83, aprova a Tarifação Individual para o segurado supra, representada pelas seguintes condições:

- desconto de 20% (vinte por cento) sobre as taxas básicas da TSIB, aplicável aos locais nºs. 1 e 1E - rubrica 374.33;
- vigência de 2 (dois) anos, a partir de 11 de agosto de 1982;
- observância do disposto no subitem 5.1 da Circular SUSEP nº 12/78.

- COMPANHIA CERVEJARIA CUIABANA - Rodovia do Moinho - Km. 2,5 - CUIABÁ - MT

Ofício DETEC/SESEB nº 694/83, de 13.10.83, aprova a Tarifação Individual para o segurado supra, representada pelas seguintes condições:

- desconto de 25% (vinte e cinco por cento) sobre as taxas básicas da TSIB, aplicável aos locais nºs.: 8(1º/2º pavimentos), 9 e 9D - rubrica 119.10;
- vigência de 3 (três) anos, a partir de 30 de novembro de 1982;
- observância do disposto no subitem 5.1 da Circular SUSEP nº 12/78;
- negativa de benefício tarifário para os locais nºs.: 9C, por se tratar de adega "out door" (tanques metálicos de manutenção de cerveja), rubrica 119.20 e 10/10A, ocupados em sua maioria por depósitos.

- CELANESE DO BRASIL FIBRAS QUÍMICAS LTDA. - Estrada da Bauxita - Km. 03 - POÇOS DE CALDAS - MG

Ofício DETEC/SESEB de 13.10.83, aprova a Tarifação Individual para o segurado supra, representada pelas seguintes condições:

- desconto de 10% (dez por cento) sobre as taxas básicas da TSIB, aplicável aos locais nºs. 1, 1A, 1B, 2, 2A e 27 - rubrica 235.41;
- vigência de 2 (dois) anos, a partir de 28 de setembro de 1982;
- observância do disposto no subitem 5.1 da Circular SUSEP nº 12/78;
- negativa de concessão do benefício tarifário para os locais nºs. 5 e 8, ocupados por depósitos; 10, 10A e 12, por se tratar de tanques ao ar livre.

- RESANA S.A. INDÚSTRIAS QUÍMICAS Av. Amazonas, 1100 - Brás Cubas MOGI DAS CRUZES - S.P.

Ofício DETEC/SESEB nº 708/83, de 18.10.83, aprova a Tarifação Individual para o segurado supra, representada pelas seguintes condições:

- desconto de 25% (vinte e cinco por cento) sobre as taxas básicas da TSIB, aplicável aos locais nºs. 110-1 (inclusive tanque sobre a laje de cobertura), 111-1, 120-1 e 120-5 - rubrica 438.14, 121-1 e 150-1 (inclusive silos sobre a laje de cobertura ou em anexo) - rubrica 438.11, 130-1 - rubrica 438.12;
- prazo de vigência de 3 (três) anos, a partir de 25 de outubro de 1982;
- observância do disposto no subitem 5.1 da Circular SUSEP nº 12/78.

.../.

- ROYALPLÁS S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO - Avenida Novo Brasil, s/nº. Cumbica - GUARULHOS - S.P. - RISCO PETROQUÍMICO

Ofício DETEC/SESEB nº 717/83, de 24.10.83, aprova a título precário, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a partir desta data, a taxa única de 0,45% (quarenta e cinco centésimos por cento) para a cobertura dos riscos de Incêndio, Raio e Explosão do conjunto industrial do segurado supra, já considerados os descontos por instalações de prevenção e combate a incêndio.

Deverá ser incluída na apólice Cláusula Especial de Pagamento ou Devolução de Prêmio, na dependência da decisão final da SUSEP, no processo definitivo.

- TINTAS YPIRANGA S.A. - Rua Assumpta Sabatini Rossi, 1650 - SÃO BERNARDO DO CAMPO - S.P.

Ofício DETEC/SESEB nº 720/83, de 20.10.83, aprova a Tarifação Individual para o segurado supra, representada pelas seguintes condições:

a) - desconto de 25% (vinte e cinco por cento) sobre as taxas básicas da TSIB, aplicável aos locais nºs. 1 (1º/2º pavimentos), 3 (3º pavimento), 4 (1º/2º pavimentos) e 23 - rubrica 527.12;

b) - prazo de vigência de 3 (três) anos, a partir de 15 de fevereiro de 1982;

c) - observância do disposto no subitem 5.1 da Circular nº 12/78, da SUSEP.

*

OUTROS SISTEMAS DE PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIO

DECISÕES DO IRB SOBRE OS SEGUINTE PROCESSOS:-

- SHOPPING CENTER MORUMBI LTDA. - Av. Roque Petronio Jr., 1089 - Brooklin Paulista - SÃO PAULO - S.P. CHUVEIROS AUTOMÁTICOS E SISTEMA DE DETECÇÃO E ALARME

Ofício IRB DITRI-882/83, de 06.10.83, concorda com a concessão do desconto de 30% (trinta por cento) para a totalidade do risco do Segurado em referência, pela existência de instalações de sprinklers protegendo totalmente as áreas e pavimentos ocupados por lojas e galerias, equipamentos de detecção e alarme instalados nos estacionamentos existentes no subsolo e 3º pavimento, não protegidos por sprinklers e de um equipamento automático de detecção e alarme de incên-

dio instalado na área ocupada pela administração do Shopping no 3º pavimento, sendo o equipamento de sprinklers alimentado por dois abastecimentos de água, de acionamento automático.

A presente concessão, vigorará por 3 (três) anos, a contar de 09.07.82, data da entrega do equipamento de sprinklers, sujeita à apresentação regular dos relatórios trimestrais de inspeção dos equipamentos de sprinklers e detectores, abrangendo, ainda, todas as lojas protegidas.

.../.

- PRODESP - COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - Rua Agueda Gonçalves nº. 240 - TABOÃO DA SERRA - S.P. - SISTEMA DE DETECÇÃO E ALARME

Ofício IRB DITRI-904/83, de 13.10.83, concorda com a renovação do desconto de 10% (dez por cento), para os locais assinalados na planta incêndio com os nºs. 1 (Subsolo/3º pavimentos), 2 (Subsolo e térreo), 3 (subsolo e térreo) e 4 protegidos por sistema de detecção e alarme, pelo prazo de 5 (cinco) anos, a contar de 18.06.83, data do término da concessão anterior, condicionada à apresentação, dentro de 90 (noventa) dias, a contar de 18.06.83, do relatório e certificado da firma instaladora com firmando o perfeito estado de funcionamento do sistema e a eliminação das irregularidades apresentadas.

- CARGILL AGRÍCOLA S.A. - Rodovia SP-305 - Km. 13 - MONTE ALTO - S.P. - SPRINKLERS (DILÚVIO)

Ofício IRB DITRI-912/83, de 19.10.83, concorda com a concessão dos descontos, abaixo mencionados, por sistema de sprinklers (dilúvio) com duplo abastecimento de água, por 5 (cinco) anos, a contar de 08.02.83, data da entrega do equipamento:

- 60% (sessenta por cento) para os locais nºs. 40 e 61;

- 30% (trinta por cento) para o secador instalado no local nº. 7 (sistema de operação manual).

* * *

_____ *



SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E DE CAPITALIZAÇÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO

DIRETORIA	Octávio Cezar do Nascimento	—	Presidente
	Rubens dos Santos Dias	—	Vice-Presidente
	Waldemar Lopes Martinez	—	1.º Secretário
	Alberico Ravedutti Bulcão	—	2.º Secretário
	Humberto Felice Junior	—	1.º Tesoureiro
	Gilberto Dupas	—	2.º Tesoureiro
SUPLENTES	Joaquim Antonio Borges Aranha		
	Luís José Carneiro de Mendonça		
	Luís Antonio Nabuco de Almeida Braga		
	Marcos Ribeiro do Valle		
	Dálvares Barros de Mattos		
	Evandro Carneiro Pereira		
CONSELHO FISCAL	Mamoru Yamamura		
	Giovanni Meneghini		
	Flávio Eugênio Raia Rossi		
SUPLENTES	Francisco Latini		
	Clélio Rogêrio Loris		
	Orlando Moreira da Silva		
DELEGADOS REPRESENTANTES	Walmiro Ney Cova Martins		
	Octávio Cezar do Nascimento		
SUPLENTES	Sérgio Charles Túbero		
	Waldemar Lopes Martinez		
SECRETÁRIO EXECUTIVO	Roberto Luz		
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE SEGUROS	Conselho Técnico de Seguros - Comissões Técnicas: - Acidentes Pessoais e DPVAT - Rural - Assuntos Contábeis e Fiscais - Assuntos Jurídicos - Automóveis e Responsabilidade Civil - Incêndio e Lucros Cessantes - Responsabilidade Civil Geral - Riscos Diversos - Riscos de Engenharia - Roubo, Vidros e Aeronáuticos - Transportes e Cascos - Vida e Previdência Privada.		

AV. SÃO JOÃO, 313 - 7.º ANDAR - FONES 223-7036 - 222-6878 - 223-7041 - 223-4649 - END. TELEGR. "SEGECAP" SÃO PAULO - CGC 60.495.231

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E DE CAPITALIZAÇÃO

DIRETORIA	Victor Arthur Renault	—	Presidente	
	Lutz de Campos Salles	—	1.º Vice-Presidente	
	Alberto Oswaldo Continentino de Araujo	—	2.º Vice-Presidente	
	Hamilcar Pizzatto	—	1.º Secretário	
	Ruy Bernardes de Lemos Braga	—	2.º Secretário	
	José Maria Souza Teixeira Costa	—	1.º Tesoureiro	
	Délio Ben-Sussan Dias	—	2.º Tesoureiro	
	SUPLENTES	Ivan Gonçalves Passos		
		Mario José Gonzaga Petrelli		
		Nilo Pedreira Filho		
Octávio Cezar do Nascimento				
Pedro Pereira de Freitas				
Roberto Baptista Pereira de Almeida Filho				
	Rodolfo da Rocha Miranda			